

JUÇARA GONÇALVES FREITAS

**ARGUMENTATIVIDADE E GÊNEROS DISCURSIVOS: UM
ESTUDO DAS EXPRESSÕES ANAFÓRICAS NA CRÔNICA
JORNALÍSTICA**

TAUBATÉ - SP

2006

JUÇARA GONÇALVES FREITAS

**ARGUMENTATIVIDADE E GÊNEROS DISCURSIVOS: UM
ESTUDO DAS EXPRESSÕES ANAFÓRICAS NA CRÔNICA
JORNALÍSTICA**

Dissertação apresentada para a
obtenção do Certificado de Mestre em
Linguística Aplicada do Departamento
de Ciências Sociais e Letras da
Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Língua Materna
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marlene Silva
Sardinha Gurpilhares

**TAUBATÉ - SP
2006**

Freitas, Juçara Gonçalves

Argumentatividade e gêneros discursivos: um estudo das expressões anafóricas na crônica jornalística / Juçara Gonçalves Freitas. – 2006.

171f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2006.

Orientação: Prof^a Dr^a Marlene Silva Sardinha Gurpilhares, Departamento de Ciências Sociais e Letras.

1. Gênero Discursivo. 2. Crônica jornalística. 3. Anáfora.
4. Argumentação. I. Título.

JUÇARA GONÇALVES FREITAS

**ARGUMENTATIVIDADE E GÊNEROS DISCURSIVOS: UM ESTUDO DAS
EXPRESSÕES ANAFÓRICAS NA CRÔNICA JORNALÍSTICA**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO CERTIFICADO DE
MESTRE EM LÍNGÜÍSTICA APLICADA**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LÍNGUA MATERNA

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ – TAUBATÉ - SÃO PAULO

DATA: __/__/__

RESULTADO: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof^a. Dr^a. Marlene Silva Sardinha Gurpilhares

UNITAU

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. _____

UNITAU

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. _____

ITA

Assinatura: _____

Dedico este trabalho

Ao meu marido, Roberto, pelas infindáveis horas de incentivo, de dedicação e de companheirismo... pelas suas mãos ágeis e determinadas... pelo seu desprendimento inigualável.

Aos meus pais, José e Jacy, exemplos de luta, de perseverança e de amor.

AGRADECIMENTOS

À prof^a Dr^a Marlene Silva Sardinha Gurpilhares, competente orientadora, pela disponibilidade e dedicação com que orientou esta pesquisa.

Às prof^{as} Dr^{as} Elisabeth Ramos da Silva (UNITAU) e Claudete Moreno Ghiraldelo (ITA), pelas proveitosas sugestões e pelos incentivos feitos na qualificação desta pesquisa.

À Patrícia Nunes Dovigo, secretária do curso de pós-graduação, por sua atenção, simpatia e disponibilidade.

A todos os professores do Curso de Mestrado em Lingüística Aplicada, pelos seus ensinamentos propulsores de mudança, de reflexão e de novos saberes.

Ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela concessão de licença para aperfeiçoamento.

“O próprio da linguagem é, antes de tudo,
significar”.

Émile Benveniste

FREITAS, Juçara Gonçalves. Argumentatividade e gêneros discursivos: um estudo das expressões anafóricas na crônica jornalística. Taubaté, 2006. 171f. Dissertação (Mestrado, Linguística Aplicada) – Departamento de Ciências Sociais e Letras – Universidade de Taubaté – UNITAU

RESUMO

Este trabalho se propõe a examinar as expressões anafóricas no gênero discursivo crônica jornalística. Considerando a dificuldade de os leitores / alunos chegarem à leitura proficiente e à produção textual, a pesquisa sobre referenciação vem sanar, em certa medida, esses entraves. Este estudo se baseia na perspectiva de que a referenciação é um processo discursivo de reconstrução do real. O objetivo deste trabalho de pesquisa consiste em mostrar, no gênero discursivo em questão, a função das expressões anafóricas, não só na organização textual mas também como mecanismos de argumentação. A metodologia adotada caracteriza esse gênero discursivo e, num segundo momento, analisa as expressões anafóricas verificadas em seis crônicas em relação à construção da coesão e da coerência e, sobretudo, a sua função argumentativa. Quanto aos resultados, as análises apontam a crônica como um instrumento importante para se detectarem aspectos contextuais das atividades sociocognitivas de linguagem, num universo sociocultural e histórico. Em relação às anáforas, observaram-se os três tipos: diretas correferenciais, indiretas e encapsuladoras. As diretas correferenciais não constituem um tipo paradigmático de uso ao se pensar no seu emprego estratégico e enriquecedor do discurso. Já as indiretas além de facilitarem a compreensão mostram-se necessárias tanto ao manutenção do tema quanto à progressão textual. As encapsuladoras têm caráter resumitivo mas também se caracterizam como predicativas. O encapsulamento pode apresentar um valor axiológico tanto pela ocorrência de um nome-núcleo como de um adjetivo no SN. A identificação do introdutor referencial permite o reconhecimento de que anáfora e referência não coincidem quanto à significação. As expressões nominais que compõem as anáforas representam, nesse gênero, as escolhas lexicais estrategicamente postas em curso pelo autor. As anáforas denotam um processo amplo de avaliações incessantes e tomadas de posição que atestam o projeto argumentativo de dizer. A compreensão da anáfora, inserida no universo da referenciação, amplia a capacidade de leitura.

Palavras-chave: gênero discursivo; crônica jornalística; anáfora; argumentação.

ABSTRACT

This paper has the scope to make an analysis of the anaphoric expressions at the discursive genre called journalist chronic. Considering the difficulty of the readers / students to reach a proficient reading and a textual production, the research around referentiation came to save, in a certain way, such problems. This study is based on the perspective that referentiation is a discursive process of real rebuilding. The scope of this research paper consists in showing, at the discursive genre in subject, the function of anaphoric expressions, not only at the textual organization but as argumentation mechanisms too. The adopted methodology makes the characterization of such discursive genre and, at a second stage, to analyze the anaphoric expressions verified on six chronics in relation to the construction of cohesion and coherence and, overall, to the argumentative function. In relation to results, the analysis is pointing chronic as an important tool to permit detection of contextual aspects at social cognitive activities of language, on a socio-cultural and historic universe. Three types of anaphor were found: direct co-referential, indirect and encapsulation. The first type does not constitute a paradigmatic type of use thinking on their strategic use and speech improver. The indirect anaphor beyond facilitating the comprehension were shown necessary to the theme maintenance as well as to the textual progression. The encapsulations have summarized behavior but also are characterized as predicative. Their action can present an axiological value caused by appearance of a nucleus-name or by an adjective at the nominal syntagm (NS). The identification of the referential introductory permits the knowing that anaphor and reference are not identified between them in terms of signification. The nominal expressions which constitute the anaphor are representing, in this genre, the lexical choices strategically put in course by the author voice. The anaphors are denoting a wide process of incessant evaluations and taken of positions which guarantees the argumentative project of saying. The anaphor comprehension, within the referentiation universe, is able to increase the reading capacity.

Key-words: discursive genre; journalist chronic; anaphor; argumentation.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RESUMO, | 6 |
| ABSTRACT | 7 |
| SUMÁRIO | 8 |
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO 1 O REFERENTE NOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS | 16 |
| 1.1 Apresentação do capítulo | 16 |
| 1.2 A filosofia da linguagem | 27 |
| 1.3 A questão da referência | 38 |
| CAPÍTULO 2 GÊNERO DO DISCURSO | 40 |
| 2.1 Apresentação do capítulo | 40 |
| 2.2 Os gêneros na escola | 58 |
| CAPÍTULO 3 LINGÜÍSTICA TEXTUAL | 62 |
| 3.1 Apresentação do capítulo | 62 |
| 3.2 A referenciação | 89 |
| 3.2.1 A perspectiva sociocognitivo-interacionista | 89 |

| | |
|--|------------|
| 3.3 Classificação das anáforas..... | 99 |
| 3.3.1 Anáfora correferencial por repetição..... | 102 |
| 3.3.2 Anáfora correferencial por sinonímia ou parassinonímia..... | 103 |
| 3.3.3 Anáfora correferencial recategorizadora..... | 105 |
| 3.3.3.1 Por hiperonímia..... | 105 |
| 3.3.3.2 Por termos genéricos..... | 106 |
| 3.3.3.3 Por descrição nominal definida..... | 106 |
| 3.3.4 Anáfora não-correferencial..... | 108 |
| 3.3.5 Anáfora associativa..... | 115 |
| 3.3.6 Anáfora encapsuladora..... | 118 |
| CAPÍTULO 4 ANÁLISE DO “CORPUS”..... | 125 |
| 4.1 Apresentação do capítulo..... | 125 |
| 4.2 – Análise da crônica 1..... | 126 |
| 4.3 – Análise da crônica 2..... | 130 |
| 4.4 – Análise da crônica 3..... | 134 |
| 4.5 – Análise da crônica 4..... | 138 |

| | |
|--|------------|
| 4.6 – Análise da crônica 5..... | 141 |
| 4.7 – Análise da crônica 6..... | 147 |
| CONCLUSÃO..... | 152 |
| REFERÊNCIAS..... | 158 |
| ANEXOS..... | 164 |

INTRODUÇÃO

A proficiência no exercício de ler, ou seja, a capacidade de se atingir níveis de leitura que cheguem à compreensão crítico-reflexiva, ainda parece ser privilégio de poucos leitores. Pesquisas realizadas por estudiosos dedicados ao assunto apontam para o reconhecimento de que a atribuição de estratégias cognitivas, e sua monitoração e flexibilização, bem como a aplicação conveniente do próprio conhecimento, frente a um objetivo de leitura, são ações ausentes no leitor não proficiente. Baker & Brown (1984 apud BRITO, 2002, p. 86) esclarecem que há pesquisas comprovando que leitores jovens e, de maneira geral, leitores pouco eficientes não procuram dar um sentido ao processamento textual. Portanto, o trato com o texto se fixa na leitura sobre a qual recaem ações como pronunciar corretamente as palavras, ler palavra por palavra ou recorrer, com certa constância, ao dicionário. Robinson (1978 apud BRITO, 2002, p.90) pondera que “o constante manuseio do dicionário faz com que o leitor perca a corrente de pensamento”.

Kleiman (1989, p. 26), em sua investigação, cujo foco centrou-se no conhecimento prévio e suas implicações no ato de ler, verificou as conseqüências que surgem da leitura sem engajamento compreensivo-interpretativo. Seu grupo de leitura processou o texto palavra por palavra, desprivilegiando (ou ignorando) a ação de organizá-lo em grandes e prioritários segmentos de significado. Por conseguinte, a leitura desconsiderou a base interpretativa na qual se filtram as possibilidades que levam ao contexto de produção. Assim sendo, o grupo não chegou à compreensão que conduz a se identificar os efeitos de sentido da textualização do discurso. Como bem lembra Brito (2002, p. 100), na relação leitor-texto-autor deve surgir “uma ampliação do universo de experiência do leitor mediante um contínuo questionamento acerca do que está nas linhas e, principalmente, nas entrelinhas de um texto”.

Entre os educadores há um reflexo desse quadro, no que concerne às práticas de leitura e produção textuais em sala de aula. Nesse contexto, qualquer esforço no campo da pesquisa, que forneça subsídios para uma mudança desse quadro desolador, merece aplauso. Nesse sentido, esta pesquisa é de fundamental importância na medida em que a referenciação tem extrema relevância no que concerne ao domínio da leitura e da produção do texto escrito. Temos ciência de que a construção do conhecimento ocorre, sobretudo, por

meio da leitura. É através da leitura que se desenvolvem os sentidos: crítico e reflexivo. É ela a responsável pela formação de tomadas de posição crítica diante de elementos ideológicos, culturais e históricos, instituídos em sociedade. Justifica-se a pertinência do processo de referenciação na ação da textualidade por esta estar, irremediavelmente, baseada em critérios sequenciais construídos discursivamente. Em vista disso, identifica-se a referenciação no âmbito do ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa.

É reconhecidamente no panorama contextual que se encontra o estudo dos elementos anafóricos (referenciação). São eles os responsáveis pelos mecanismos de concatenação coerente, coesão e argumentação textuais. Inegavelmente, as expressões anafóricas também contribuem, com vigor, para a progressão do texto durante sua construção. Acresce-se a isso a visão dos processos de referenciação através dos quais se vão construindo objetos-de-discurso. Assim sendo, as expressões anafóricas têm um papel decisivo na arquitetura do texto, na qual a coerência vai se construindo, à proporção que os sujeitos sociais vão interagindo. Como postula Marcuschi (2005, p.91), “a coerência (...) não passa de um processo que se dá na relação entre indivíduos operando sobre o texto e não como propriedade textual”. No mesmo sentido, podemos apostar numa coesão que nasce no seio das atividades discursivas, nas quais as relações que se vão formando é que determinam a presença dos conectores ou, até mesmo, sua ausência. Certificar-se do valor das expressões anafóricas no jogo da textualidade amplia tanto a capacidade de leitura quanto a prática de produção textual. A compreensão das anáforas no jogo discursivo certamente promove um alargamento na capacidade de estabelecer relações, de criar sentido e de preencher os espaços lacunares sugeridos pelo processo argumentativo, sobre o qual todo texto se alicerça.

Considerando-se ainda que as pesquisas com os gêneros discursivos tiveram um impulso muito grande, a partir da perspectiva bakhtiniana, em razão da evidente importância atribuída a eles, visto que é incontestável a presença dos textos sociais no nosso cotidiano, optamos por conduzir a investigação desta pesquisa com base no gênero discursivo “crônica jornalística”. Justificamos a opção por um gênero discursivo, na medida em que são os próprios gêneros os responsáveis por nossas ações nas diferentes situações de uso da língua. Podemos afirmar, inclusive, que, sem o seu conhecimento, a interação

humana seria bastante dificultada. A difusão dos estudos nessa direção, impregnou várias áreas do conhecimento e, como é natural, chegou até às propostas de ensino de Língua Portuguesa, haja vista que os Parâmetros Curriculares Nacionais vêm enfatizando o trabalho com os gêneros discursivos nas práticas de uso da língua concreta, revestidas de compreensão e ações responsivas ativas. A escolha por um gênero discursivo midiático deve-se a sua caracterização de facilitar o trato com o texto e sua compreensão, em termos de construções constitutivamente discursivas e interacionais. Dessa maneira, torna-se pertinente o levantamento e análise do elemento anafórico, num universo contextual e dialógico, considerando seu traço subjetivo-argumentativo expresso pela forma lingüística e pela função.

O objetivo desta pesquisa consiste em mostrar, no gênero discursivo “crônica jornalística”, a função das expressões anafóricas, não só na organização textual, mas também como mecanismos de argumentação. Há de se considerar que, muitas vezes, os indicadores da força argumentativa encontram-se subjacentes à superfície textual. Também se torna fator relevante considerar que, notadamente, este gênero discursivo acusa a presença de elementos valorativos que lhe conferem a existência perceptual do redator.

Acreditamos ser oportuno esclarecer que a metodologia aqui adotada, aliada às teorias, concentrou-se num recorte apenas, dentro de outras tantas possibilidades de se abordar o tema da referenciação. O assunto certamente pode receber desdobramentos que possibilitem novas abordagens, como o estabelecimento de uma interface entre a gramática tradicional e os estudos lingüísticos. Essa interface pode se mostrar extremamente importante pela própria lingüística de texto, uma vez que é o texto o objeto da lingüística. Sendo assim, as teorias de texto passam a ser fundamentalmente produtivas e eficazes por abarcarem aspectos lingüísticos não detectáveis e, muito menos, explicáveis pela gramática da frase ou do texto. Assim, pelas mais recentes teorias, com vistas a uma futura pesquisa, é possível o estudo do texto voltar-se para uma abordagem pragmático-discursiva, porém, certamente interligado à abordagem sintático-semântica da gramática tradicional.

Além disso, parece-nos promissor, frente a um quadro bastante preocupante de crise de leitura, o direcionamento de pesquisas, pelo foco da referenciação, que contemplem o fazer pedagógico. Assim, acreditamos ser possível levar o aluno a produzir textos coesos e coerentes, utilizando os mecanismos de referenciação adequadamente. Da mesma forma,

com relação à leitura, levá-lo a reconhecer a intencionalidade (argumentatividade), inerente a todo processo de produção textual. Aliás, como bem defende Koch (2003, p.65), não há, de forma alguma, texto neutro, imparcial. Sabe-se que, pelo sintoma de subjetividade presente no discurso, torna-se viável o reconhecimento da orientação argumentativa, da qual se revestem todos e quaisquer textos. No mesmo sentido, o aluno deve ser levado a perceber o contexto de situação sobre o qual recai, substancialmente, o rumo a ser tomado no exercício de leitura. Daí se reconhecer, também, a visão interacionista entre leitor-texto-autor, como postula Kato (1985, p.57). No processo de referenciação, a intencionalidade se apresenta sob as marcas lingüísticas, as mais diversas, como as expressões anafóricas.

Esta dissertação configura-se por meio de um referencial teórico diluído em suas explicações definitórias e suas vertentes. Para alicerçar, a um só tempo, a escolha dos elementos anafóricos como fundamento de análise do “corpus”, e a opção de materializá-la na crônica jornalística, privilegiamos os seguintes temas teóricos: a história do referente nos estudos lingüísticos, o percurso da lingüística textual, a referenciação e os gêneros discursivos.

O capítulo 1, totalmente voltado para o referente, expõe sua trajetória histórica. Este percurso histórico do referente, nos estudos lingüísticos, expressa o caminho percorrido desde a Antiguidade às primeiras décadas do século XX.

O capítulo 2 dedica-se ao estudo do gênero do discurso, concentrando-o no viés das práticas sociais. Ao lado de sua definição, apresentamos uma classificação e uma distinção que o separa dos chamados tipos textuais. Há menção às características do discurso jornalístico, com ênfase no jornal Folha de São Paulo, no qual se encontra a crônica jornalística que representa o “corpus” deste trabalho investigativo. Assim, de um modo mais específico, abordamos a caracterização do gênero discursivo “crônica jornalística”.

O capítulo 3 trata da trajetória da lingüística textual, num percurso que abrange desde as análises interfrásticas até os mecanismos processuais de referenciação. A par do assunto do qual trata este capítulo, ou seja, da lingüística de texto, estão os itens que empreendem uma importância capital a este trabalho, quais sejam, uma exposição sobre a referenciação e uma proposta classificatória dos tipos de anáforas. Partimos do princípio de que o mundo não pré-existe. Tampouco cremos no estabelecimento de etiquetas entre as palavras e as coisas, posto que essa visão extensional de referentes do mundo não se

harmoniza com a concepção de língua como resultado das práticas cultural e socialmente construídas, num universo de operações sociocognitivas e interacionais. Conforme Lima (2001, p.149), existem muitos indícios em situações reais de interação, tanto na escrita quanto na oralidade, que levam os itens lexicais a um distanciamento da visão cartográfica de etiquetas das coisas do mundo. Acredita a autora que os itens lexicais, são, na verdade, “ferramentas para lidar com os entes mundanos”. É nessa direção que adotamos o termo referenciação, sobre o qual ocorrem processos de construção de objetos-de-discurso. Portanto, são eles os responsáveis pelas operações realizadas nas negociações entre sujeitos, ao mesmo tempo em que o discurso vai tomando corpo e se desenvolvendo.

No capítulo 4 fazemos a análise do “corpus”. Selecionamos seis crônicas jornalísticas para efetuar o trabalho de caracterização desse gênero e de análise das expressões referenciais. Nosso modelo de análise acerca das expressões anafóricas baseia-se no estudo e na interpretação de pontos-de-vista, ora mais diversos e divergentes, ora mais únicos e congruentes. Na realidade, o que se firma nos estudos em torno da classificação das anáforas é uma efervescência de questionamentos que levam a pontos, muitas vezes, não-consensuais. Entretanto, embora atestemos essas discussões, para esta pesquisa tentamos percorrer uma análise investigativa em torno dos seguintes tipos de anáforas: diretas correferenciais, indiretas e encapsuladoras. Neste trabalho de pesquisa, buscamos dissecar, com a máxima precisão a que se possa chegar pela leitura textual-discursiva, as relações interacionais e sociocognitivas que envolvem o fenômeno da referenciação e, mais especificamente, as ocorrências das expressões referenciais. Para tanto, efetuamos um modelo de análise baseado nos seguintes autores: Apothéloz (2003), Apothéloz e Chanet (2003), Bentes (2004), Cavalcante (2003, 2005), Conte (2003), Francis (2003), Koch (2002, 2003, 2004a, 2004b, 2005), Marcuschi (2000b, 2004, 2005) e Zamponi (2001, 2003).

Por fim, apresentamos as conclusões, ratificando os posicionamentos tomados sobre o processo de referenciação.

CAPÍTULO 1

O REFERENTE NOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

1.1 Apresentação do capítulo

Este capítulo apresenta uma abordagem histórica do “referente”, nos estudos lingüísticos, da Antigüidade às primeiras décadas do século XX.

O estudo da trajetória do referente, ao longo da história da linguagem, mostra o perfil marginal com que foi caracterizado.

Historicamente, o objeto extralingüístico esteve à mercê de diversas concepções. Dessa forma, como um intruso no campo lingüístico, sempre foi relegado a um plano secundário. Na verdade, tem-se na origem de tudo uma intrincada via por onde passam linguagem, pensamento, percepção e realidade. Visivelmente, sem implicar essa ordem, todos esses elementos fazem parte de estudos envolvendo ciências como: a Semiologia, a Antropologia, a Lingüística, etc.

Isso posto, pergunta-se até que ponto a concepção de língua como reflexo do pensamento, que, por seu lado reflete o mundo real, daria conta de explicar a realidade construída no e pelo discurso. A história nos mostra que os passos “dados” para se chegar a uma resposta foram longos e árduos.

Numa abordagem histórica, lembremos que no período anterior a Sócrates não temos datas precisas das obras que retratavam o pensamento da época acerca da língua. O estudo da língua encontra-se numa posição difusa, alicerçando-se sempre nas teorias filosóficas. Nessa perspectiva, surgiram vários questionamentos, os quais serão tratados nos parágrafos seguintes, cujos tópicos envolvem a relação certo e errado, a natureza da língua

como natural ou convencional, linguagem e pensamento e, fundamentalmente, o papel do referente ao longo da história.

Sabemos que as especulações filosóficas dos gregos sofreram restrições, uma vez que a preocupação primeira era o cunho filosófico em detrimento dos fatos da língua. Esta estava fundamentada nas idéias filosóficas centradas eminentemente na língua grega. Aliás, o foco dos estudos gregos foi a retomada dos clássicos. Aproximadamente no século III a.C. nascia a então dualidade certo/errado. O que estivesse consoante o uso correto da língua dos clássicos certamente estaria livre de corrupções, porque estaria mantido no reduto do grego clássico.

Não menos importante, a questão da condição da língua como natural ou convencional atravessou períodos importantes da História. Tanto na Índia como na Grécia (em torno de V/II a.C.), as especulações filosóficas sobre o conhecimento continham, sobretudo, as tentativas em definir as relações entre a noção e a palavra que a designa.

Com relação à discussão: natural ou convencional (da qual decorre outra discussão, qual seja, analogia / anomalia) Platão - no seu diálogo - expõe seu favoritismo ao caráter natural da língua, ainda que sua opinião tenha permanecido em posição secundária pela atenção maior dada ao estudo da etimologia, tratado na parte central da obra. Porém arrisca-se apontar que, no início e no fim do diálogo, há teses envolvendo significante, significado, signo e sua suposta arbitrariedade, e já a noção de linguagem e seu caráter social. Interessante destacar que as questões lingüísticas contidas em seu diálogo, no que concerne à fonética ou à etimologia, revelam a composição da coisa denotada, ou seja, o referente e sua relação com a palavra.

Assim como Platão, Aristóteles não se empenhou em descrever a língua em si mesma. Sua retórica lógica não aponta caminhos para um efetivo estudo lingüístico. No entanto, o valor de suas pesquisas está na base dada à constituição do que mais tarde se tornaria a Gramática e as partes do discurso. Já em relação à velha controvérsia, podemos definir sua tendência para o convencionalismo da língua. Mesmo que tímidas, essas noções certamente impulsionaram teorias lingüísticas que se seguiram.

Mas é na Escola Estóica que finalmente a língua é tratada em obras já independentes. Torna-se, por assim dizer, um diferencial no estudo gramatical grego. Os

estóicos postulavam que o espírito do homem era preenchido conforme sua experiência sensorial e intelectual (idéia da tábula rasa). A língua, segundo eles, constituir-se-ia da expressão dessas experiências, isto é, seria a expressão do pensamento do homem. É bom que se frise o entendimento de que, para os estóicos, por exemplo, o signo é tido como entidade constituída dos elementos: significado, palavra e referente (CARDOSO, 2003, p.9).

Com a Escolástica, na Idade Média, a controvérsia se manteria sob a dúvida, ao determinar se a linguagem era racionalista, pura, não sujeita a modificações, ou subjetiva, única, para cada comunidade lingüística e sujeita a modificações. A gramática dessa época deveria conter as categorias gramaticais voltadas para a realidade exterior eminentemente universal. Ignoravam-se os sistemas variados das diferentes línguas. Na Renascença, seguindo esta tendência, a Gramática de Port-Royal do século XVII, embora tenha sido modelo para posteriores gramáticas dos séculos seguintes, limitou seu tratado a uniformizar as línguas, compreendendo cânones de lógica, válidos universalmente. Tem-se como básico na linguagem, o pensamento. É nele que se originam os sons articulados e diferenciadores entre si que são, na verdade, os signos. Estes refletem o pensamento do qual a expressão ganha vigência exterior. Conforme Cardoso (2003, p.22): "Não se necessita da palavra para pensar, mas se necessita da palavra para significar o que pensou". Convém considerar que para a Gramática de Port-Royal, a essência de todas as coisas está na razão. É ela, portanto, que direciona o olhar para uma concepção única, universal, conforme supracitado. Voltando-se para a questão da referência, tem-se, segundo Cardoso (2003, p.23):

Se se quiser entender como Port-Royal concebe a questão da referência é preciso conceber a seguinte ordem de elementos: primeiro, a razão universal; depois o olhar da razão sobre as coisas do mundo; em terceiro lugar os objetos do pensamento resultantes desse olhar; finalmente, o signo da linguagem para significar o pensamento.

Ao se voltar para o pensamento, Port-Royal determina que o referente é o próprio objeto do pensamento. Com isso faz lembrar que há palavras sem significação no exterior,

uma vez que dependem de nosso julgamento. Quando nos referimos a algo que não é outra coisa senão aquilo no qual acreditamos ser, estamos expressando unicamente nosso pensamento. Pode-se postular que a gramática, com suas partes constitutivas, contém significação, porque expressa os objetos do pensamento, logicamente voltados para a razão universal. Embora reconheça sinais de particularidades entre as línguas, no que concerne à concepção categorial das coisas, finca-se nos caracteres universais subjacentes às diferenças. Havemos de pensar, porém, que a busca pela razão universal, tão almejada, torna-se inatingível muitas vezes. Basta que se atente, por exemplo, à sintaxe, de todo arbitrária, ou ao emprego do artigo, totalmente dispensável em algumas línguas. Como explicar, também, o uso em si da língua, inexplicavelmente independente da razão? Em que momento podemos inserir a razão universal na evolução histórica das línguas, tão dinâmica e intangível, por natureza? Há, portanto, na Gramática de Port-Royal, dentro da concepção de unidade entre as línguas, uma inexplicabilidade das relações entre as coisas. Dessa forma, o racional e o lógico não sustentam fundamentalmente a linguagem como representação.

Indispensável nesse estudo é perceber a relação de significação concebida pelos clássicos e ainda em vigor no século da Gramática de Port-Royal, largamente difundida em *La Logique ou L'art de Penser*, por Arnaud e Nicole, em 1660. Aqui a relação é diádica (CARDOSO, 2003, p.10) e seu princípio básico é que o signo é o próprio signo de alguma coisa. A díade primeira pode ser comparada ao vidro, que mostra em seu interior alguma coisa que não é ele mesmo. Entretanto, a díade segunda da relação volta o signo para si mesmo, porque ele se representa. O que se quer afirmar é que o signo é a própria coisa representada. Comodamente a referência permanece visível na díade primeira: o signo e a coisa significada. Não deixa, porém, de aparecer na díade segunda, visto que se confunde com sua própria representação. Tudo no mundo só é observado pelo signo, principalmente porque o pensamento é o signo em si mesmo. Porém, mais uma vez se reitera: como discernir a representação da representação do signo? Seria preciso retirar do objeto de referência e do signo o ato mental para que se reconhecesse a representação da coisa. No entanto, a extradição do ato mental torna-se impossível ao se tentar identificar o objeto do pensamento fora do pensamento. Mais uma vez o referente re (surge) como algo ainda a ser

desvendado. Muito embora se tente colocar o referente na relação diádica, a confusão é clara, quando se fundamenta a teoria baseada na língua como expressão do pensamento.

Isso posto, tem-se então uma longa trajetória de idas e vindas da relação do signo lingüístico, com o que há em seu interior e fora dele. Tanto os estudos filosóficos como lingüísticos tiveram, ora juntos, ora desvinculados, a linguagem e suas possibilidades de desdobramentos em sua base. Língua como representação do pensamento, espelho do mundo, situada no seio das especulações filosóficas, embramada na e pela concepção de universalidade ao ser definida pelas categorias universais da gramática: esses são os caracteres que tentam fundamentar a linguagem, homogeneizando-a. Assim se manteve por longa data a questão do signo lingüístico ou a relação da palavra e seu referente. Logo, há todo um caminho mantendo esses princípios, desde os gregos, os latinos, atingindo o pensamento medieval e a Renascença.

Toda essa concepção clássica do signo passa longe nos estudos de F. de Saussure, já que a idéia de representação não consta do valor de signo buscado pelo autor. Segundo a visão estruturalista de Saussure (língua como sistema, em que os elementos se inter-relacionam e estabelecem entre si dicotomias) o signo é constituído de um significado e um significante. Enquanto este é a própria imagem acústica aquele é o conceito, a parte significativa do signo. Sua proposta de signo encerra-se, portanto, no conjunto de um significado e um significante. Deixa claro que não se trata de uma coisa unida a um nome mas de um conceito e sua relação com a imagem acústica. Em seu modelo estruturalista, a língua como sistema assemelha-se a um jogo no qual os elementos constituintes se integram para que nessa relação haja um todo na estrutura do conjunto. Em outras palavras, os elementos só são o que são com base na relação existente entre eles: um adquire a posição de ser o que o outro não é (idéia da oposição entre os signos). Assim, há no estruturalismo uma relação de dependências internas. Logo, prega-se na lingüística estrutural a existência de todo um aparato de língua, fundamentada em um sistema, pelo qual os elementos passam a ter vigência na teia de relações estabelecida pela idéia de oposições. Seu objetivo de estudo é a língua (com visível desprezo à fala) por seu caráter homogêneo e, segundo o autor, sua sucessão de fatos estáveis e uniformes. Nessa medida, seu método descritivo e sincrônico é posto em prática sem os imprevistos da fala ou a visão

historicista de estudos anteriores. Nesse quadro estrutural, a língua aparece como produto e também empossada num sistema de diferenças.

A concepção saussuriana estabelece um distanciamento proposital de tudo quanto reporta à exterioridade. Assim sendo, o social, o econômico, o político, enfim, a própria realidade se encontra fora da língua, sem nenhuma relação direta. O curioso, porém, é que seu conhecimento das coisas volta-se para a visão anomalista de mundo. Por esta via a língua é criada pela comunidade, então o homem pode modificá-la. Estabelece-se, dessa forma, um conjunto de convenções adotado por uma determinada comunidade lingüística – princípio fundamental para a comunicação. Saussure, por conseguinte, define que os conceitos, assim como o significante que representa o significado não são universais, uma vez que são propriedades de cada sistema lingüístico em particular. Dizendo de outra forma, pode-se entender que o convencionalismo dado à linguagem leva à arbitrariedade do signo. Ora, uma vez sendo arbitrário, o signo precisa, em sua essência, de algo fora do seu conceito e de sua representação (significante). E, é nesta via que, mesmo rechaçada, a coisa extralingüística aparecerá como a relação direta entre o signo e a realidade. Efetivamente a teoria da arbitrariedade do signo traz em seu interior um terceiro elemento talvez negligenciado pela idéia de língua como sendo um produto e não um processo. Nesses termos, tudo que se relaciona à realidade está já fossilizado no significado. Isso porque Saussure só aceita a relação entre as palavras e as coisas, atribuindo-a ao campo da origem da linguagem. É possível que se tenha o momento em que as coisas receberam nomes havendo uma espécie de acordo entre conceitos e imagens acústicas. A língua, conforme sua visão, foi uma herança histórica. Daí se entender o produto adquirido, já pronto, por meio de gerações precedentes (CARDOSO, 2003, p.16). Por outro lado, a forte sinalização do signo convencional, arbitrário desestabiliza a dicotomia saussuriana e faz lembrar a relação do próprio signo com a realidade. Segundo Benveniste (1988_a apud CARDOSO, 2003, p.15, 16):

Acabamos de ver que Saussure toma o signo lingüístico como constituído por um significante e um significado. Ora – isto é essencial – ele entende por “significado” o conceito. Declara literalmente (p. 100) que “o signo lingüístico une não uma coisa a um nome mas um conceito a uma imagem acústica”. Garante, logo depois, que a natureza do signo é arbitrária porque não tem com o significado “nenhuma ligação natural com a realidade”. Está claro que o raciocínio é falseado pelo recurso inconsciente e sub-reptício a um terceiro termo, que não estava compreendido na definição inicial. Esse terceiro termo é a própria coisa, a realidade. Saussure cansou-se de dizer que a idéia de “soeur” não está ligada ao significante s-ö-r, porém não pensa menos na realidade que na noção. Quando fala da diferença entre b-ö-f e o-k-s, refere-se, contra a vontade, ao fato de que esses termos se aplicam à mesma realidade. Eis aí, pois, a coisa, a princípio expressamente excluída da definição de signo, e que nela se introduz como um desvio e aí instala para sempre a contradição.

A relação entre significado e significante não sendo natural e sim estabelecida por um consenso social traz à tona o signo representando a realidade extralingüística.

As idéias a respeito do signo, sedimentadas por Saussure, propagam-se originando diversos tratados tanto na Europa como nos Estados Unidos. Dentre eles, tem-se notícia da Escola de Genebra, da Escola de Praga, de Paris e Copenhague e, nos Estados Unidos, a Escola Americana.

Ao pensarmos no estudo da língua numa perspectiva histórica, evidencia-se uma tendência bastante intensa pelo positivismo. Assim é que na Europa e nos Estados Unidos do século XX, afastar-se do metafísico, da razão pura e transcendente das coisas era o intuito das ciências humanas. Por isso as idéias de Saussure estiveram presentes moldando o pensamento da época, em que urgia um estudo da língua voltado para as formas e para a estruturação do sistema lingüístico. Almejava-se, pois, uma objetividade da linguagem voltada para uma metodologia que a resguardasse dos imprevistos da fala. Daí surgir um olhar voltado para a língua abstrata (separada do viés exterior a que pertence) e eminentemente sistêmica (os signos se definem negativamente numa estrutura formal).

Pois, então, é nesse panorama que surgem variadas correntes tanto arraigadas em princípios neopositivistas (ligados ao sistema) como em princípios humanistas (voltados

mais para o ser humano inscrito numa realidade) (CARDOSO, 2003, p.26). A Escola de Praga estabeleceu-se, por volta de 1926, principalmente pelas idéias de Jakobson. Postula o autor (apud CARDOSO, 2003, p.31) que o ato de comunicação verbal é constituído de seis elementos: o remetente, o destinatário, a mensagem, o canal, o código e o contexto (este último chamado por ele de referente). O esquema da comunicação baseia-se numa mensagem sempre relacionada diretamente a um contexto. Isso significa dizer que o emissor e receptor, envolvidos no ato de comunicação e detentores do mesmo conhecimento lingüístico, situam a mensagem num dado contexto ou referente (função referencial). Porém, todo este aparato de comunicação não traz à tona a relação entre língua e realidade, uma vez que este “referente” é compreendido única e exclusivamente como um conceito, como um conteúdo intelectual. Por esta via, Jakobson toma de empréstimo o jogo das diferenças, no qual o significado de uma palavra é aquilo que a outra palavra eleita no par, justamente não é. No entanto, é bom lembrar que os praguenses tiveram duas ressalvas em relação à tese saussuriana: acreditavam, primeiramente, que o estudo da língua podia ser concebido nos eixos sincrónico e diacrónico. Dessa forma, defendiam que o estudo do sistema de regularidades não seria comprometido pela análise da evolução da língua (dada pelos pontos prospectivo e retrospectivo). Em segundo lugar, postulavam que, dentro do jogo de diferenças, enquadrar-se-iam a fonologia, a relação de significado entre as palavras, por fim, a função (esta última deixada de fora por Saussure). Apesar dessas reservas, pode-se afirmar que a Escola de Praga estendeu o pensamento de Saussure visto que ela se fundamentou no carácter estruturalista deste.

Na Escola de Copenhague, a busca por uma teoria mais lógica para a língua e seus elementos origina uma quebra das idéias vigentes até então, visto que a Escola Praguense se dedicou, eminentemente aos aspectos fonológicos. Hjelmslev representa este período em que a crítica à concepção humanista da linguagem não deixa dúvidas da distância tomada em relação à Escola de Praga. Como se sabe, Saussure abriu caminhos para diversas vertentes nascerem, cada qual com alguma peculiaridade. Grupos formaram-se constituintes das idéias neopositivistas, enquanto outros, alicerçados por um idealismo voltado para o homem e sua realidade. Enxerga-se o projeto de Saussure voltado para a teoria intelectual de cunho filosófico-francês (oriunda de Descartes), que coloca a razão e o raciocínio como fundamentos essenciais da linguagem e, em outro extremo, a idéia idealista

que se produz pela crença na intuição. O alemão Vossler encabeça a noção de que razão pertence à ciência, e intuição, à arte. Por considerar a linguagem a possibilidade de o homem expressar-se intuitiva e esteticamente, caracteriza-a como arte. Vossler (apud BAKHTIN, 1992, p.289) também a coloca num plano de mobilidades inerentes à própria língua. Por isso se volta para o indivíduo inserido na sociedade, na cultura a que pertence e na evidente evolução da linguagem. E, justamente neste ponto, as idéias de Hjelmslev (apud CARDOSO, 2003, p.36) se opõem por seu caráter essencialmente lógico dado à língua. Como criador da glossemática, acredita numa língua hermética, com um fim em si mesma. Para tanto, renega qualquer vestígio de exterioridade que por ventura se entreponha (ou se faça presente) na relação conteúdo (significado) e expressão (significante). Em sua teoria, não menciona a palavra referente, mas a sugere pelo termo substância.

Na 2ª metade do século em questão, Ogden e Richards tomam de empréstimo da escola estóica a relação entre os três elementos: significado, palavra e referente. A estréia do referente, nesse ponto dos estudos lingüísticos, torna-se um marco por se encontrar a princípio em uma posição definida no triângulo adotado pelos autores. Nessa medida distinguia-se até com um certo rigor a referência (ou significado), o símbolo (ou significante) e o referente (coisa ou objeto extralingüístico). Porém, segundo Blikstein (1985, p.25), o referente colocado na figura triádica não garantiu a presença efetiva da coisa extralingüística. O triângulo em questão, em primeiro lugar, deixa clara a retomada da idéia saussuriana de produto com base num contrato social entre significado (referência) e significante (símbolo). A ligação entre eles é indissociável, direta e relevante. Em segundo lugar, afirmam, entretanto, não existir nenhuma relação direta entre o significante (símbolo) e referente (extralingüístico). Por fim, assumem que a coisa extralingüística não se torna um ponto decisivo na significação dos signos. Estando a referência no ápice do triângulo e o símbolo no lado esquerdo, pode-se afirmar, então, que as atenções se concentram para esta direção, uma vez que o referente (no lado oposto ao símbolo) está descartado na significação do signo. É nessa perspectiva que se tentou encontrar a linha por onde passariam (caso o referente fosse dissecado) linguagem, pensamento, cognição e realidade.

Todavia, constata-se que a teoria do triângulo continua seu curso seguida por outros lingüistas e semiólogos. A exemplo disso, há o clássico *Semantics* de Ullmann (apud BLIKSTEIN, 1985, p.27). A obra faz um apanhado de todas as teorias semânticas da

primeira metade do século XX, estendendo-se até a década de 60. O ponto que nos interessa diz respeito ao afastamento do referente. Mais uma vez a atenção se volta para o lado esquerdo do triângulo sob o prejuízo da coisa extralingüística.

A relação triádica, ao longo do percurso dos estudos lingüísticos e semiológicos, recebe variadas terminologias como forma, imagem acústica, substância fônica, ao se remeter ao significante. Quanto à referência houve alusão aos termos conceito, objeto mental, sentido, entre outros. O próprio referente foi lembrado como realidade, objeto real, ousia (por Platão) ou objeto (por Saussure). Embora o triângulo tenha se enriquecido por diferentes termos, nada muda em relação à primeira forma triádica de Ogden e Richards. Basta que se observe, por exemplo, a teoria de Baldinger (apud BLIKSTEIN, 1985, p.30) em torno do objeto mental. Pode-se imaginar aqui a recuperação do referente, mas ele fica esquecido porque o objeto mental recai sobre o vértice do triângulo, sendo, portanto, o conceito ou o significado.

Já o trabalho de K. Heger (apud BLIKSTEIN, 1985, p.31) contém uma elaboração mais detalhada, a começar pela forma de trapézio no lugar da forma triangular. O signo está mais detalhado mas apenas quanto à trajetória do significante ao significado. De acordo com Heger, o trapézio mostra uma substância fônica ligada, primeiro aos lexemas e morfemas, os quais constituem as significações, e a seguir, aos semas, ou seja, o conjunto de todos os traços semânticos, os sememas, que levam ao conceito. A coisa, por sua vez, encontra-se no lado direito da figura, sem porém, receber menção.

Em igual mão, assumindo sua postura de semiólogo, Umberto Eco (1962 apud BLIKSTEIN, 1985, p.33) descarta declaradamente a figura do referente na obra *Opera Aperta*, de 1962:

São infinitas as discussões sobre as relações entre símbolo, referente e referência. Aqui assumiremos apenas que, numa perspectiva semiológica, o problema do referente não tem qualquer pertinência.

A presença do referente, sua ausência ou sua inexistência, não influem no estudo de um símbolo enquanto usado em determinada sociedade em relação a determinados códigos.

Porém, nessa mesma obra, Eco menciona a expressão “unidade cultural” e a coloca no lado direito do então triângulo, visto que a considera como a experiência perceptiva. Ao mesmo tempo, afirma o autor que a unidade cultural é o significado atribuído a algo. Portanto, nessa linha de pensamento está a unidade cultural no vértice do triângulo. O semiólogo ilustra sua tese pelo exemplo de identificação de um gato. Ao reconhecê-lo, aplica-se a unidade cultural “gato” (significado de) a um campo impreciso de estímulos sensoriais anterior à articulação lingüística. Temos, então, a tentativa de negação do referente, mesmo que ele esteja reconhecidamente junto à experiência verbal. Ora, ainda que o referente esteja antes ou depois da situação lingüística deve fazer parte do cognitivo por participar do próprio valor semântico. Assim, a ambigüidade aqui observada trava a força entre dois eixos do triângulo. Ora tem-se menção ao significado (referência, unidade cultural), ora à percepção (referente, objeto não-verbal).

Diante do quadro a que se chegou, podemos vislumbrar uma tentativa comum de negar a figura do referente, visto que ele é extralingüístico, portanto considerado não importante sob o ponto de vista lingüístico, no campo semântico. No entanto, subjacente a esta atmosfera marginal do referente, mesmo que de forma indireta, lingüistas e semiólogos recuperam o referente, ao explicarem a relação do significado com a realidade, no processo cognitivo. Todos eles, por mais que se ocupem do lado esquerdo do triângulo ou do trapézio, lançam mão da estrutura ternária. Em outras palavras, ainda que o referente esteja relegado a uma interpretação superficial e desprestigiada, abandona-se a figura binária envolvendo significante e significado. Ao acrescentarem o objeto extralingüístico, aludem a algo que, conquanto esteja em posição inferior, importuna por exigir ininterruptamente, nos estudos lingüísticos e semiológicos, um lugar e uma função definitivos no campo da significação. Outro dado importante que justifica, de certa forma, a pertinência do referente é a presença da linha contínua, e não pontilhada, unindo o lado inferior direito ao vértice da figura. Temos, então, conceito (no vértice) e objeto extralingüístico (no lado inferior direito) juntos na relação triangular, guardadas as proporções de importância dada a cada termo. Especialmente Umberto Eco (1962 apud BLIKSTEIN, 1985, p.33) não consegue extrair o objeto real ou extralingüístico de suas considerações acerca do significado.

Mesmo afirmando que para os estudos semiológicos não se requer a presença do referente, Eco resgata-o ao aproximar unidade cultural da experiência perceptiva, anterior ao verbal.

Convém lembrar que a figura triádica introduzida no século passado por Ogden e Richards já havia sido inaugurada na Antigüidade. Os estóicos mencionavam em seus estudos o significante, o significado e o objeto. Santo Agostinho estabelecia a relação *verbum, decibile e res*. Da mesma forma, os escolásticos e os lógicos relacionam *vox, conceptus e res; nom, idée e chose*, respectivamente.

1.2 A filosofia da linguagem

Nas primeiras décadas do século XX, o olhar dado à referência impulsionou o projeto de uma teoria de construção da língua voltada a um rigor extremo. Sob os domínios da filosofia da linguagem, criou-se, então, uma teoria que colocou a língua na exatidão da forma lógica do pensamento. Assim, quando se abordam questões relativas a significado, linguagem, pensamento e realidade, não se pode desprezar o referencial teórico da semântica formal. Ela dá conta das idéias que explicam as sentenças de uma maneira lógica. As relações lógicas têm origem no postulado de Aristóteles. Pelo seu raciocínio dedutivo, obtém-se o relacionamento entre termos vazios de conteúdo, os quais se sustentam somente por suas relações. Assim, por exemplo, em 1- (Todo homem é mortal) 2- (João é mortal) 3- (Logo, João é mortal), observa-se a existência de duas premissas (1 e 2) que garantem o valor de verdade da terceira sentença. O que importa é o jogo de relações estabelecido entre as sentenças e não exatamente o significado de “homem ou mortal”. As relações lógicas ou formais não encerram qualquer idéia de significado, uma vez que o conteúdo em si não importa para que as condições de verdade se estabeleçam. Isso quer dizer que, se alterarmos os termos das sentenças, mas mantivermos as relações de lógica entre elas, o raciocínio já se afirma como certo.

A semântica lógica parte do mundo e de sua existência por si mesmos. Segundo os logicistas, o mundo existe, e a linguagem pertence ao mundo. Tomemos como exemplo o

alemão Gottlob Frege (apud OLIVEIRA, 2004, p.20), que traçou toda a sua teoria em torno do sentido e da referência por esta lógica. Seu ponto fundamental é o valor dado ao sentido, pois justamente por ele se chega a uma referência no mundo. Para ele o relevante é se obter um sentido que seja objetivo, consoante um objeto do mundo da razão pública. Por isso, descarta de seu aparelho teórico as representações individuais. A ação de olhar um objeto e associá-lo à experiência subjetiva, às lembranças e aos sentimentos individuais cabe, irremediavelmente, à psicologia. À semântica, como alega Frege, compete tratar do significado objetivo e comum pela voz da razão. O significado está na distinção entre sentido e referência e no caminho da lógica, que parte do primeiro para se chegar ao segundo.

Dadas as seguintes sentenças:

(1^a) A estrela da manhã é a estrela da manhã.

(2^a) A estrela da manhã é a estrela da tarde.

Percebe-se que a primeira sentença encerra uma verdade óbvia (tautologia), enquanto a segunda sentença traz uma informação que deve ser inspecionada no mundo. É esta última que, ao se comprovar pela razão pública o fato de a estrela da manhã ser a mesma estrela da tarde, vai permitir um conhecimento novo sobre algo.

Conforme Oliveira (2004, p.21):

Ela exprime uma descoberta da astronomia: a estrela da manhã não era, como se pensava desde os gregos, uma estrela diferente da estrela da tarde, mas o mesmo planeta Vênus. Estrela da manhã e estrela da tarde são dois caminhos para se chegar à mesma referência.

Entendemos, pois, que as duas sentenças possuem a mesma referência, a qual é obtida por meio de sentidos diversos. Podemos dizer que mais de um raciocínio nos leva a

uma verdade, ou seja, a uma referência. A ressalva está no ponto principal de sua teoria, isto é, o sentido dado a algo deve estar inserido no plano da imagem compartilhada. Esta é a diferença para representação, rechaçada por Frege exatamente por ser subjetiva. Na verdade, o sentido nos fornece um novo conhecimento, se houver correspondência inabalável com uma referência. Desse modo, pondera Oliveira (2004, p.22): "O sentido permite alcançarmos um objeto no mundo, mas é o objeto no mundo que nos permite formular um juízo de valor, isto é, que nos permite avaliar se o que dizemos é falso ou é verdadeiro."

Pela teoria de Frege, não existe nenhuma forma de conhecimento direto, ou seja, todo conhecimento passa pela intermediação do sentido, que se abriga na linguagem. Afirma-se, então, que a linguagem tem papel secundário quando se investiga o valor de verdade na lógica. Frege entende que a linguagem serve como instrumento para se averiguar se algo expressa uma verdade ou uma falsidade. O juízo de valor está, por assim dizer, na dependência dos fatos e das idéias do mundo.

Contudo, a grande questão que se coloca à lógica de Frege diz respeito às palavras as quais não se pode apontar como ocupando um determinado espaço no universo das coisas. Frege defende, com veemência, a objetividade que deve sempre ser perseguida ao se procurar o significado científico nas coisas do mundo. Se alguém menciona a palavra estrela, por exemplo, haverá para ela um sentido único, compartilhado, porque se afirma sua existência apontando para o objeto no céu reconhecidamente identificado como estrela. Por essa lógica do pensamento esquece-se, todavia, de palavras como felicidade, angústia, determinação, etc. Sem poder apontá-las, em que medida é possível se chegar à referência? Se somente o sentido permite que conheçamos algo, se a ele se relacionar uma referência posta no mundo, neste caso, não temos sentido sem referência. Como obter um juízo de valor se não há o objeto no mundo que nos oriente?

Outro dado importante relacionado ao estudo do significado refere-se ao nome próprio. Frege inclui os nomes próprios em sua teoria, afirmando que eles devem ter sentido e referência. Por seu postulado, um nome próprio está sempre saturado, porque explicita uma idéia completa. Assim, ao se dizer "Fortaleza é a capital do Ceará", temos dois nomes expressando pensamentos completos, acabados. Como têm sentido, permitem o acesso a uma referência no mundo.

A estrutura lógico-formal do modelo de Frege trata de sentenças assertivas. O nome próprio contém, em seu interior, o sentido e o objeto, que é a referência alcançada no mundo. Ela dá conta de fornecer o valor de verdade. De acordo com Cardoso (2003, p.47):

Como existem apenas dois valores de verdade, o verdadeiro e o falso, toda sentença assertativa, que expressa, pois, uma proposição, acaba sendo nome do verdadeiro ou do falso. As sentenças não assertativas não possuem valor de verdade, ou seja, não possuem referência, não sendo portanto, nem verdadeiras, nem falsas.

No exemplo “Fidel defendeu seu país”, obtém-se um todo sem lugar vazio. Seu nome próprio é o argumento que dará à parte insaturada “defendeu seu país” sustentação para se chegar ao valor de verdade.

Frege cerca-se das definições de função e objeto para assegurar o entendimento de sentido e referência. Para ele, na realidade ou há função ou há objeto. Função sempre encerra uma incompletude, necessitando, pois, de um objeto (argumento) que lhe dê base. Os nomes próprios apontam os objetos, os quais, unidos às funções, formarão o todo. Serve-se, assim, de um objeto (argumento) sempre saturado e de uma função (não saturada) para se chegar à realidade.

Essas relações entre função e objeto bem como conceito e função (esta relação discutida a seguir) estão formuladas em seus três artigos, cujos títulos são “Função e Conceito”, (1891), “Sentido e Referência”, (1892)” e “Conceito e Objeto”, (1892). Diz, neste último artigo, que os nomes próprios designam o objeto, dando-lhe a referência. Já as características deste objeto serão o predicativo da proposição. Assim, o predicativo constituirá o conceito na relação com o objeto. O conceito é, portanto, a referência do predicado, enquanto o objeto é a referência do sujeito.

É bom lembrar que a procura pela verdade dos fatos está fora da linguagem, e, sendo exterior a ela, torna-a um mero instrumento para se chegar a uma constatação. Nesse caso, ela (a linguagem) é dada e procura-se, por meio dela, uma identidade, um conhecimento seguro sobre as coisas. A linguagem depende do mundo pré-moldado para

ser preenchida de conteúdo. Como a direção tomada na ordem dos fatos sempre parte do mundo pronto, a verdade que se procura por intermédio da linguagem independe das situações discursivas. Nesse sentido, não importa o quando, o onde ou o como.

O resultado de todo esse rigor objetivo da busca por um objeto no mundo que dê sustentação ao juízo de valor distancia a semântica formal da relação de significação gerada pelos clássicos. A representação descartada do formalismo da semântica lógica torna inacessível um objeto representar a si mesmo. Pela concepção lógica, tem-se algo e procura-se a verdade de sua existência nos fatos do mundo, dados como evidentes. Neste caso, a linguagem leva o sentido à referência com a qual se relaciona. Ela (a linguagem) refere-se a algo do exterior, nunca a ela mesma. Já pela visão clássica, a representação de um signo está nele mesmo. Essa flexibilidade mostra o signo que nada mais é senão ele mesmo, isto é, a representação da representação. Dessa forma, fica resguardada a relação indissociável entre o signo e seu objeto de referência.

Ainda quanto à questão na qual Frege coloca a identificação exata da referência num valor de verdade dado pela relação entre o objeto (a própria referência) e sua caracterização (o predicativo), temos uma teoria bastante reducionista. Ela não contempla, por exemplo, as sentenças subordinadas. Frege, porém, reconhece que nem sempre a referência de uma sentença é um valor de verdade. Antes de analisarmos o que ocorre nas subordinadas, entendamos que, para Frege, sentido de uma sentença é o pensamento (com suas duas partes constitutivas: sujeito e predicado). Já o objeto de sua referência é o valor de verdade. São dados que correspondem às concepções de função e conceito. Os dois únicos valores de verdade existentes no mundo são o verdadeiro e o falso, conforme já vimos.

Na análise das subordinadas, Frege identifica que algumas sentenças desse tipo não têm sentido (pensamento) completo, tampouco um valor de verdade como referência. No entanto, atribui para elas uma referência indireta e deixa clara a noção de que, somente a unidade como um todo, abrangendo a sentença principal e a subordinada, contém um pensamento e pode ter um valor de verdade como objeto de referência. O autor considera a referência indireta um mecanismo particular de significação. Argumenta que um nome próprio, uma palavra ou mesmo uma sentença assertiva possuem referência indireta “quando têm por objeto de referência o sentido que usualmente expressam”. Uma sentença,

por exemplo, terá como referência somente um pensamento. Entretanto, falta em sua teoria, uma clareza maior sobre as condições que levam uma expressão lingüística a ter referência indireta. O que temos como certo são os verbos apontados por Frege, aos quais alguns nomes se submetem à subordinação, como “dizer”, “ouvir”, “estar convencido”, “parecer”, “ordenar”, “pedir”, etc. Estende esta referência indireta ao discurso indireto, às interrogações indiretas após expressões como “duvidar que”, “não saber que” e às interrogativas indiretas introduzidas por “quem”, “o que”, “onde”, “quando”, etc. O autor considera, na análise das subordinadas, que há um indicador indefinido nas sentenças e não, a presença de um nome saturado. Existe indicação indefinida nas subordinadas substantivas com “quem”, porque esta palavra não tem sentido em si mesma, estando presente na sentença com a função de fazer a intermediação com a sentença principal. Exemplo:

(1) Quem chegou atrasado perdeu o início da apresentação. (exemplo fabricado)

Também as sentenças adjetivas (que equivalem a adjetivos) e as adverbiais temporais de lugar e condicionais são consideradas de sentido incompleto. Exemplo:

(2) Se chegarem atrasados, perderão o início da apresentação. (exemplo fabricado)

As de valor completo, segundo o lógico, são as adverbiais concessivas, formadas pela conjunção subordinativa “embora”, e as adjetivas que determinam um nome próprio. Observemos que toda a sua investigação centra-se em torno de dois componentes, o sentido e a referência. No caso da análise de orações, porém, sabemos que é na estrutura argumentativa que reside a determinação de se escolher uma certa sentença a ser empregada no enunciado. Portanto, a Lingüística prova que uma argumentação feita com a coordenada adversativa é diferente da realizada com a subordinada concessiva, por exemplo. No primeiro caso, a segunda oração (adversativa) “não mata” o que está à esquerda, só desvia o foco de atenção. Já no segundo caso, elimina-se o que está à esquerda por não se conseguir evitar uma evidência. Vejamos os exemplos fabricados:

(3) Esteve aqui, mas saiu.

(4) Embora seja inteligente, não consegue ser aprovado em nenhum concurso.

Na argumentação com concessivas, a introdução do enunciado é feita com base naquilo que se quer eliminar, com o auxílio do conector “embora”.

Ao longo de sua teoria há relação aos casos sem referência. Frege admite que existem sentenças, as quais não possuem uma referência colocada no mundo como universal. Atribui a elas “o dom das línguas naturais de permitir que se fale significativamente de coisas inexistentes” (CARDOSO, 2003, p.55). Os “sentidos sem referência” (como ele as nomeou) foram considerados como imperfeições, irregularidades ou exceções, pela visão lógica do autor. Observemos o exemplo extraído de Cardoso (2003, p.55):

(5) A vontade do povo.

Comparativamente, evidencia-se uma larga diferença entre Frege e Saussure. Para Frege, a referência se resolve pela universalidade dos sentidos. Saussure, todavia, considera que tudo o que é universal está exterior à língua, logo sua teoria de jogo de diferença só se firma no interior de cada sistema lingüístico. Entendemos, no entanto, que a autonomia da língua imposta por Saussure despejou, irremediavelmente, a presença do referente. Com isso, a língua em funcionamento, em estado permanente de relação com o mundo, foi banida da teoria saussuriana. Embora a afirmação feita possa transmitir um caráter de crítica e aparente dúvida quanto à validade da teoria saussuriana, de maneira alguma estamos questionando todo o aparato teórico advindo da lingüística de Saussure. Indubitalmente, tem-se conhecimento de que Saussure deu a base e abriu caminho para as teorias que se sucederam. Por isso seu valor é inegável, mesmo que se reconheça seu rigor em construir uma lingüística independente da Filosofia, da Lógica, enfim, em buscar uma autonomia tal que a separasse de outras ciências e disciplinas. Ainda, mesmo que se identifique a extradição da substância (massa amorfa) cuja implicação direta é a rejeição irremediável ao referente, tem-se clara a importância de Saussure nos estudos lingüísticos.

Ao se abordar a questão da substância, cumpre afirmar que a palavra é que constitui os objetos (e não o contrário). Dizendo de outra forma, antes da linguagem posta em funcionamento, somente há massa amorfa. Para a efetiva adesão da língua ao sistema de valores do jogo interno de diferenças, Saussure nega tudo que possa ser exterior ao fenômeno lingüístico. Por isso negou a substância do fenômeno lingüístico. É bom que se esclareça que, mesmo sendo exterior, a substância não deve ser confundida com o referente, porque este está entre a língua e a realidade. O referente, de fato, não é a realidade e sim o que o discurso estabelece como realidade. O referente, sendo o instituído, não poderá, sob hipótese alguma, igualar-se à simples substância material. À parte essas considerações sobre o referente, o que se quer demonstrar é que, a partir da teoria saussuriana, houve importantes desdobramentos. Assim atestam as diversas correntes formadas na Europa e nos Estados Unidos, citadas neste trabalho. Seguindo este raciocínio, porém destacando-o pela figura de um lingüista, também temos um exemplo de como a lingüística de Saussure solidificou novos pensamentos.

É assim, então, que nas décadas de 1950 e 1960, a Lingüística passa a receber um novo olhar pela possibilidade de se admitir outros objetos em curso no estudo da língua. É bom que se cite também, em meio a tudo isso, os progressos obtidos nessa época no interior da Filosofia da linguagem. Muitos foram os filósofos que impulsionaram uma nova proposta alternativa para a Semântica lógica de Frege. No entanto, especialmente nesse trabalho, importa detalharmos o discurso da Lingüística, sobretudo por conter inovações quanto à concepção de referência. Retornando ao exemplo que constitui, digamos assim, uma propagação da teoria saussuriana dentro da lingüística, direcionamos nosso estudo à figura do lingüista francês Èmile Benveniste.

Como vimos, a lingüística toma um novo caminho na segunda metade do século XX e isso se dá sobretudo pela divulgação dos trabalhos de Benveniste. Em “Semiologia da língua” (1968 apud CARDOSO, 2003, p.67-68), o autor apresenta duas vertentes para a questão do sentido: a do semiótico e a do semântico. A vertente semiótica, segundo Benveniste, molda-se ao signo lingüístico de Saussure, ou seja, ao elemento do sistema, identificado por suas marcas distintivas em relação aos outros elementos presentes neste mesmo sistema. Já a vertente semântica coloca em evidência outros objetos com os quais a língua pode se relacionar: o discurso e a enunciação. E, em conseqüência, esta nova

perspectiva semântica faz surgir um novo conceito para referência. É neste novo modo semântico de significar a língua que reside a grande tese do autor.

Benveniste, em nenhum momento de sua investigação, nega a lingüística de Saussure. O objeto da Lingüística, tão caro para Saussure, que é a língua enquanto sistema, não é rejeitado por Benveniste. Conforme este, o discurso e a enunciação, da mesma forma, estão contidos na língua. Na verdade, reconhece a língua constituída de uma estrutura, mas acrescenta a isso a sua transformação em discurso. Portanto, o modo semântico de significar a língua a coloca agora em funcionamento. É interessante observar que Saussure já falava em semiologia dentro da Lingüística, mas somente pelo veio arbitrário do signo. Benveniste amplia esta noção acrescentando que os signos da sociedade formam sistemas interpretados pelo sistema interpretante (CARDOSO, 2003, p.69). Isso significa dizer que a língua tem o duplo poder de se instalar pelo viés semiótico (estrutura formal) e pelo semântico (funcionamento). Dentro da concepção semiótica, a língua é constituída de unidades formalmente distintas, os signos. Pela concepção semântica, a língua ergue-se pela enunciação, isto é, pelo sentido que se origina do contexto situacional.

Quando Benveniste coloca o signo sob estas duas vertentes, quais sejam, a do semiótico e a do semântico, fornece uma visibilidade tal que permite o reconhecimento do signo na sua essência de significar. O aspecto semântico instala de vez a língua na sua função mediadora entre o que se diz e sua repercussão no exterior. O signo com sua função de significar faz com que a linguagem passe a atuar sobre a realidade. O aspecto semântico defendido por Benveniste traz consigo o sentido originário da situação criada em um contexto no qual interlocutores agem num processo de iniciação. Portanto, o semântico inclui o aspecto pragmático, por envolver um locutor, um interlocutor e uma dada situação pela qual a língua estabelece relação com a exterioridade. No entanto, não podemos desprezar o valor atribuído ao aspecto semiótico. O autor enfatiza a sua relação com o aspecto semântico e deixa clara a idéia de que somente os dois sistemas interligados (metáfora das camadas) fazem a língua ser dinâmica, social e perenemente intencional. Cardoso fornece os seguintes dados sobre esta questão (2003, p.71):

O sistema semiótico é a base em que se organizam os signos, tendo cada um deles uma denotação conceptual; o sistema semântico nutre-se do semiótico. O discurso constrói sobre o fundamento semiótico uma semântica própria, ou seja, a significação do discurso é intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras, em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo pertencente ao sistema semiótico.

Uma vez colocada em foco a teoria de Benveniste, não podemos ignorar um ponto bastante pertinente com respeito à caracterização do signo lingüístico. Talvez esteja presente na noção da natureza propriamente dita do signo um certo distanciamento entre Saussure e Benveniste. Quando este reconhece a língua posta em um sistema, em uma organização estrutural, passa, ao mesmo tempo, a questionar a relação entre significado e significante. Então, o autor de “Natureza do signo lingüístico” (1939 apud CARDOSO, 2003, p. 71-72) põe em discussão o caráter arbitrário do signo. Para ele, a teia de relações entre os elementos, a que Saussure dá o nome de forma, exige uma relação necessária entre significado e significante. Conforme o autor, quando Saussure expõe sua concepção sobre a natureza do signo, está na verdade se referindo à representação do objeto real. Pensa estar falando de uma idéia (significado) e sua imagem acústica, mas de fato coloca em jogo a arbitrariedade entre o signo e algo do exterior, ou seja, entre o signo e o objeto real. Benveniste argumenta que a língua como estrutura se sustenta pela relação necessária entre significado e significante. É justamente esta relação a garantia da posição da língua como unidade estrutural do sistema lingüístico. A arbitrariedade ocorre realmente entre o signo como um todo e o objeto real, porém esta ocorrência foge da forma lingüística e se constitui na língua em funcionamento. No entanto, toda esta argumentação de Benveniste não desmonta o grande projeto de Saussure de sustentar a língua como forma, estruturada em um sistema. Como já vimos, sua tese em torno dos sistemas semiótico e semântico traz consigo o objeto da lingüística posto por Saussure: a língua enquanto sistema. Este novo modelo de signo lingüístico, no qual significado e significante estabelecem entre si uma relação necessária, comanda a sustentabilidade dos elementos em constante oposição no sistema. Benveniste acrescenta a sua argumentação que a então relação arbitrária entre signo e objeto, por manter entre eles o estreito laço do primeiro reter o conceito do

segundo, introduz o processo de representação da linguagem. É exatamente com o apoio desse conceito, dessa abstração inerente à construção de linguagem pelo ser humano, que nasce a representação simbólica da língua. Referimo-nos aqui à questão discutida há pouco sobre a palavra, o objeto e a substância. Como bem atesta Cardoso (2003, p.73), “O pensamento é, para Benveniste, o poder de construir representações das coisas e de operar sobre essas representações”.

Em outros trabalhos subsequentes, o autor já começa a mencionar a palavra em ação e não mais o signo no funcionamento da língua. Mas, como seu intuito sempre foi designar a língua em seu valor maior, que é o de significar, passa a incluir a frase em sua análise. Segundo sua investigação, a semiótica encerra-se na língua enquanto estrutura, e a semântica aponta para uma ação da língua, dada por um locutor. Conclui, então, que a semiótica é composta de signos, enquanto que a semântica se compõe de frases, das quais se depreende o sentido dado às coisas da exterioridade. Conforme Cardoso (2003, p.75), intrínseco ao signo está seu significado, que lhe é peculiar, e o coloca no sistema pela relação de oposição. Já à frase, compete o sentido que fornecerá a referência à situação (exterior à língua) e à ação do locutor. Em “A forma e o sentido na linguagem” (1966), Benveniste expõe esta nova perspectiva envolvendo a palavra e a frase no sistema semântico e estabelece diferença entre elas. O sentido da frase encontra-se no conjunto das partes que a compõem. Já o sentido da palavra é específico, particular, sempre contido em uma contingência e, dentro da frase, precisa se valer desta peculiaridade a fim de se tornar parte integrante da compreensão total da frase. Assim dizendo, a palavra vai adquirindo uma nova roupagem que lhe confere uma funcionalidade circunstancial dentro da frase. Para Benveniste, o signo contém um significado estável, inerente a ele, com o qual se mantém como unidade do semiótico, ou mais precisamente como componente da língua enquanto estrutura. O autor explica a relação entre a palavra e o signo, indicando que este último se atualiza pelo caráter dinâmico e circunstancial da própria palavra.

1.3 A questão da referência

Com base no estudo realizado, entendemos que Benveniste, ao propor sua análise nos eixos semiótico e semântico, mantém a linguagem em constante relação com a realidade. No entanto, especificamente no texto “O aparelho formal da enunciação” (1970 apud CARDOSO, 2003, p.79), percebemos com clareza a inclusão da referência na enunciação. Aliás, inaugura-se, pela voz de Benveniste, a colocação da referência para além do signo ou da frase simplesmente. Finalmente, ela se instala no interior do quadro enunciativo em que figuram elementos como locutor, alocutário e contexto situacional. A enunciação, ou seja, a língua colocada em funcionamento por uma manifestação individual de apropriação, não deve ser confundida com o discurso. O discurso é a manifestação da enunciação, portanto, o seu produto. Ela é, de fato, o ato de produção pelo qual a língua deixa de ser uma possibilidade somente (CARDOSO, 2003, p.77). A referência situa-se na enunciação exatamente neste ato de produzir, cujo ponto central é o sujeito enunciador. Este sujeito falante se dá a conhecer pela sua posição de locutor, a qual deixa à mostra características como as escolhas lexicais e sintáticas de variados tipos de enunciados, tais como os interrogativos, os assertivos, etc. Também corroboram para este conhecimento as formas verbais e os índices de pessoa. O conjunto dessas características (ou índices específicos) o autor denomina de “aparelho formal da enunciação”.

Na obra “O aparelho formal da enunciação”, Benveniste é enfático sempre que menciona a referência como fundamento da enunciação. O locutor, ao se apropriar da língua de forma eminentemente individual, está realizando o ato de referir pelo discurso. O interlocutor, por sua vez, realiza o ato de correferir da mesma forma. A referência como tal requer a presença de elementos como a língua (ainda como possibilidade), o locutor, o interlocutor, o ato em si de produção do discurso (a instância que encerra o produto da enunciação). Notemos, pois, a evolução da referência no quadro histórico da trajetória do estudo da língua. O referente, antes tão excluído da própria estrutura da língua, ressurgiu de modo indispensável no seu funcionamento por meio do discurso. Assim sendo, a referência instala-se de vez na linguagem em uso, em constante relação com a exterioridade. Por fim, a tese de Benveniste faz surgir como valor a questão primeira que move a abordagem a

respeito do estudo da língua sobre a qual nos pautaremos: a realidade não nos é dada e sim construída via ação humana, na prática discursiva.

CAPÍTULO 2

GÊNERO DO DISCURSO

2.1 Apresentação do capítulo

Este capítulo apresenta a definição de gênero do discurso e sua relação direta e indissociável com as práticas sociais. Apresenta também uma classificação e uma distinção que o distingue de tipo textual. Caracteriza, de forma breve, o discurso jornalístico e, dentro dele, em especial, distingue a “crônica jornalística”.

Segundo Bakhtin (apud KOCH, 2002, p.54), o gênero está longe de se caracterizar como uma forma estática. Não nos parece estranha a afirmação, se pensarmos que os gêneros nascem no seio das atividades humanas e, sendo assim, sofrem as transformações próprias do social.

Por essa concepção de gênero, as atividades humanas compõem-se dos elementos sujeito, ação (imprescindível) e instrumento. O enunciado, representante das atividades humanas pelo uso da língua, espelha, a seu tempo, cada uma das esferas dessas atividades. Ele está na condição única de exibir as especificações das diferentes esferas das atividades humanas. Para tanto, cerca-se de três elementos fundamentais: o estilo (recursos fraseológicos, gramaticais e lexicais), conteúdo composicional e o próprio conteúdo temático. De posse desses três elementos, o enunciado, embora tenha seu caráter individual, utiliza a língua de modo a sedimentar tipos relativamente estáveis para cada esfera de atividade. Justamente esses tipos relativamente estáveis de enunciados é que formam os chamados gêneros do discurso (BAKHTIN, 1992, p.279).

Quanto à subjetividade nos diversos e ilimitados gêneros, afirma-se que, em maior ou menor grau, o estilo individual se faz presente. Porém, há de se considerar que alguns gêneros se moldam mais ao estilo individual que outros mais estáveis. Naturalmente, os gêneros literários favorecem a predominância da subjetividade e de um arrojo estilístico. De outra forma, encontram-se os gêneros ditos padronizados como os documentos oficiais, as ordens de serviço, os boletos bancários, etc. Nesses gêneros, conforme atesta Bakhtin (1992, p.283), a individualidade se manifesta de uma maneira quase biológica, tal a sua superficialidade. Isso significa dizer que o estilo individual passa longe da real intenção de determinados enunciados. Ele estaria na condição de fenômeno adicional que se incluiria em outro, sem alterá-lo ou exercer alguma influência. Seria, então, um epifenômeno do todo do enunciado.

O estudo dos gêneros do discurso, de acordo com seu histórico, recebeu um tratamento simplificado e, quiçá, homogêneo. Ainda que os gêneros expressem uma diversidade absoluta entre si (basta que se pense na réplica cotidiana, no romance ou na ordem padronizada, por exemplo), não deixaram de receber caracterizações sob o ponto de vista da lingüística geral. Já na Antigüidade, estudaram-se os gêneros literários pelo prisma específico da arte e da literatura. As diferenciações apontadas encontravam-se somente nos limites da própria literatura. Sem nenhuma extrapolação, os gêneros retóricos (jurídicos, políticos) também passaram a ser analisados. No entanto, a especificidade como foram tratados, impediu uma averiguação minuciosa da natureza lingüística do (s) enunciado (s). Os gêneros do discurso cotidiano, em especial o diálogo cotidiano, da mesma maneira foram lembrados. Os enunciados, nesse caso, eram vistos pelo lado mais primitivo, minimizando a evidente heterogeneidade entre eles e outros tipos de gêneros, bem como a função maior de todos eles, qual seja, a de comunicação (op. cit., p.280-281). O que parece é que a diversidade funcional dos gêneros impediu que se percebessem traços comuns entre eles e, ao mesmo tempo, diferenciações próprias do vínculo existente entre a língua viva e a vida.

Pontualmente, a lingüística no século XIX renegou a função comunicativa da linguagem, assim que sobrepôs a ela a expressão do pensamento. De fato, a função formadora da língua sobre o pensamento põe para segundo plano a linguagem sobre a ótica

da comunicação. W. Humboldt (apud BAKHTIN, 1992, p.289) já afirmava que, ignorando a necessidade de comunicação do homem, a língua é de suma importância para seu pensamento. Está ligada, portanto, ao individual, ao espírito do homem isolado, sem qualquer possibilidade de comunicação com o outro. De acordo com Bakhtin (1992, p.289):

(...). A linguagem é considerada do ponto de vista do locutor como se este estivesse sozinho, sem uma forçosa relação com os outros parceiros da comunicação verbal. E, quando o papel do outro é levado em consideração, é como um destinatário passivo que se limita a compreender o locutor. O enunciado satisfaz ao seu próprio objeto (ou seja, ao conteúdo do pensamento enunciado) e ao próprio enunciador.

Dessa forma, é inequívoca a ênfase dada ao locutor e o pouco valor dado à língua em sua função maior de comunicação. É evidente que o interlocutor é considerado em relação ao locutor e seu objeto de pensamento, mas obviamente aparecerá fazendo parte de um espírito coletivo. Esta coletividade lingüística, da qual o interlocutor toma parte, expressará seu pensamento passivo, de mero receptor da fala do outro. As chamadas funções da linguagem (emissor, receptor) se distanciam de fato da comunicação verbal que ocorre na realidade. Fundamentalmente, o todo real está sempre interligado ao dialogismo. Isso significa dizer que o ouvinte, ao receber e, simultaneamente, compreender a significação de um discurso, está assumindo uma atitude responsiva ativa (BAKHTIN, 1992, p.290). Como tal, ele concorda (ou discorda), ajusta o discurso do outro, completa-o, faz adaptações, executa-o, etc. A compreensão de um enunciado requer uma atitude sempre de (re) ação por parte do ouvinte (ou leitor). E é assim que ele mesmo se torna o locutor na troca constante de reações durante o ato de comunicação verbal. As fronteiras de um enunciado concreto (unidade da comunicação verbal) se estabelecem mediante a constância com que os sujeitos da comunicação (oral e escrita) se alternam. Tudo o que se escreve ou se diz tem seu alicerce nos enunciados dos outros, isto é, no já dito. Assim pondera Bakhtin (1992, p.319):

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências.

Bakhtin (1992, p.319) explica ainda que a maneira assaz simplista com que se enxerga o mecanismo da comunicação possibilita a representação da imagem de um ser adâmico. É este Adão mítico que age, imerso em um discurso de primeira vez, tanto na fala quanto na escrita. Este equívoco de simplificar a comunicação, reduzindo-a à vontade única de um emissor, deixa de fora o enunciado e o seu objeto interligado, inevitavelmente, a outros enunciados. Todos eles se referem, irremediavelmente, às opiniões de interlocutores imediatos (na conversa) ou às visões de mundo, às teorias, ao estado de coisas, que se ligam a uma determinada cultura ou se relacionam a outras culturas. Enfim, concretamente o que se firma nos estudos da língua é a visão de comunicação sob a ótica da lingüística geral. A própria escola de Saussure (sem esquecer seus seguidores, os estruturalistas, os behavioristas americanos), trabalhou no campo das funções “emissor e receptor” (escritor e leitor, por extensão). Numa representação abstrata do verdadeiro sentido da comunicação, os elementos emissor e escritor foram considerados ativos, enquanto os outros ficaram relegados a uma posição de passividade no ato comunicativo, seja ele oral ou escrito.

Dito isso, voltemos ao foco primeiro de todo e qualquer gênero do discurso, isto é, a comunicação. Parece ser inquestionável que o ponto de partida para se compreender a existência dos gêneros e a vida, por ela mesma, é a indissocialidade entre o enunciado e a respectiva atitude responsiva ativa. Significa afirmar que toda compreensão está acompanhada de uma resposta. É claro que a compreensão responsiva ativa do já ouvido pode se transformar diretamente num ato. É o caso que se observa, por exemplo, em uma ordem dada. Também existem certos gêneros, como os líricos, dos quais se extrai uma compreensão, digamos, não imediata. É o que chamamos de compreensão responsiva de ação retardada. Porém, em algum momento subsequente, o que foi lido ou ouvido reverte-se em atitude ativa no comportamento do ouvinte ou do leitor. Nenhum locutor espera uma

passividade, ou seja, seu intuito sempre é o de formar, no espírito do outro, uma resposta (seja ela uma adesão, uma objeção, uma execução propriamente dita). A variedade de gêneros reflete diretamente a quantidade diversificada de intenções presentes nos discursos orais ou escritos. É bom que se esclareça, também, que os gêneros do discurso sofrem transformações ao longo do tempo, porque são fenômenos históricos e sociais. Por conseguinte, decorrentes das demandas da sociedade, alguns perdem vigência e são substituídos por outros mais urgentes e necessários. Por isso, entendemos a afirmação de que os gêneros são constituídos de eventos textuais bastante maleáveis, dinâmicos e plásticos (MARCUSCHI, 2002, p.19). Esses eventos textuais ou enunciados, embora sejam altamente dinâmicos, baseiam-se em formas-padrão e são relativamente estáveis. Contudo, cumpre assinalar que os gêneros não são simplesmente formas prontas, enfileiradas, que se acham disponíveis ao emprego do locutor ou escritor. Não há, de maneira alguma, um gênero embutido numa forma-padrão da qual o locutor (escritor) faz uso para moldar o seu enunciado. Caso contrário, poderíamos supor que os gêneros são instituídos pela sociedade, como uma abstração, que seria, de certo, uma inverdade. De fato, o que ocorre é que, como estamos constantemente nomeando os gêneros (o boato, o debate, a conversa fiada), são eles mesmos que instituem o social.

Conforme atesta Maingueneau (2001, p.65), como os gêneros são atividades sociais, é natural que estejam necessariamente sujeitos a critério de êxito. Assim, todos os atos de linguagem estão submetidos a condições que levem ao êxito. O autor explica que, para se prometer alguma coisa a alguém, por exemplo, é preciso estar em condições para que se cumpra o prometido. Naturalmente, é preciso também que o destinatário esteja interessado na promessa. Pode-se dizer que, ao escolher um determinado gênero, o enunciador está envolvido com uma série de elementos selecionados para que se estabeleça um enunciado concreto. Há, então, a implicatura de um certo lugar e um certo momento, a relação entre enunciador e co-enunciador. Torna-se importante, portanto, saber do gênero em questão de quem parte e a quem se dirige o discurso do texto falado ou escrito. Da mesma forma, torna-se, imprescindível clarificar a razão pela qual se optou por aquele determinado gênero do discurso. Qualquer que seja o gênero escolhido, sempre há por trás uma finalidade reconhecidamente identificada (mesmo que esteja subentendida), a qual modificará a situação. É curioso verificar, também, que um elemento muito importante que define

substancialmente o gênero do discurso, sem dúvida, é o suporte material. Um mesmo gênero sofre peculiaridades de acordo com a materialidade imposta a ele. Basta que se pense no gênero discursivo “debate político”, por exemplo. Certamente haverá uma repercussão diferente para um debate político realizado em praça pública, comparando-o a um outro, realizado em um recinto fechado, para um público pré-determinado.

Por fim, não se pode deixar de fora a organização textual pela qual todo gênero se cerca para que se fundamente um enunciado. Ter domínio para empregar um determinado gênero significa possuir uma consciência acerca de uma certa organização das suas partes constituintes e seus respectivos encadeamentos. Assim afirma Marcuschi (2002, p.32), quando se refere aos gêneros textuais (ou discursivos). Segundo ele, todos os textos ocorrem inseridos num gênero. Logo, um conhecimento maior em torno dos gêneros textuais e suas caracterizações garante tanto a produção quanto a compreensão. Além disso, dominar um número considerável de gêneros do discurso representa, na realidade, uma economia cognitiva. Adaptar-se quase que inconscientemente às diferentes situações do cotidiano significa se apropriar de diversos gêneros e aplicá-los para dar conta das inúmeras atividades comunicativas. De acordo com Marcuschi (2002, p.19), os gêneros ocorrem incessantemente ao lado de necessidades e atividades socioculturais nas esferas de utilização da língua. E, sendo elas de uma tal heterogeneidade, também os gêneros assim o são. Por isso há a distinção entre gêneros primários e secundários. Os primeiros dizem respeito às situações de comunicação diretamente relacionadas à vida cotidiana. São, entre outros, o diálogo, a carta familiar, os momentos de interação face a face que compõem os chamados gêneros primários. Já os segundos se referem às esferas mais complexas de comunicação, contidas na linguagem pública e, portanto, não raramente, mediados pela escrita. O gênero secundário como o romance, a peça teatral, o artigo científico, entre outros, ocorre, forçosamente, dentro de situações mais complexas. São circunstâncias de comunicação cultural de caráter mais evoluído, principalmente na escrita. Sua ocorrência se dá no campo artístico, no científico ou no sociopolítico.

Essa distinção assinalada por Bakhtin entre gênero primário (simples) e gênero secundário (complexo) é de capital importância para que se entenda a relação entre eles. Os gêneros secundários, enquanto se encontram em processo de formação, absorvem e transmitem os gêneros primários. Assim que estes se tornam componentes daqueles,

espontaneamente sofrem uma transformação. Assim sendo, os gêneros primários perdem a relação imediata com o exterior, através da qual mantinham laços com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios. O diálogo contido no romance, por exemplo, mantém seu traço característico do cotidiano quanto à forma e ao significado, pelas mãos da própria obra literária. Há, então, uma ligação indireta com a realidade, uma vez que se integra a ela através do romance gerado na vida literária-artística; longe, portanto, da vida real cotidiana. Dada essa inter-relação entre os dois gêneros, é de fundamental importância definir o caráter de um enunciado às vistas da natureza de ambos os gêneros. Somente dessa maneira se procede a uma análise que contemple todo o enunciado e seus aspectos mais complexos e sutis. Esse procedimento diante do enunciado se distancia do estudo que privilegia tão somente o gênero primário de forma isolada. Essa trivialização em torno dos gêneros, bastante defendida pelos behavioristas, ignora a inter-relação inerente que existe entre os gêneros. No entanto, justamente é essa relação entre eles, aliada ao fator histórico de formação dos gêneros secundários, que evidenciará o caráter do enunciado.

Torna-se, pois, imprescindível uma avaliação da diversidade dos gêneros nas diferentes esferas da atividade humana. Assim, também se faz necessário um estudo acurado envolvendo língua, ideologias e visões de mundo, para se chegar à natureza do enunciado. Qualquer que seja a área da lingüística, sempre haverá o comprometimento da pesquisa em torno de enunciados concretos (escritos ou orais) que se relacionem com as diversas esferas da atividade humana. As diferentes esferas da atividade e da comunicação (textos oficiais, escritos literários, ideológicos, científicos, réplicas, diálogos, etc.) fornecem os fatos lingüísticos dos quais o pesquisador, o escritor, o compilador se cercam para, efetivamente, trabalhar a linguagem numa ação discursiva e socialmente organizada. Não podemos esquecer que, por trás da linguagem, há vida, visto que ambas se unem pela realização constante dos enunciados concretos. O que sempre se pressupõe é que a comunicação só se realiza, de fato, via texto e via gênero, isto é, comunicar-se significa situar, dada a situação centralizadora do meio e o propósito, um gênero e aplicá-lo sociodiscursivamente. A língua aqui é tomada como atividade social, histórica e cognitiva. Por isso, não se tem o equívoco de conceber a língua como espelho da realidade, tampouco representante dos fatos. Nosso estudo, então, coloca a língua em sua posição funcional e interativa, reconhecida no cerne dos gêneros textuais por ser viva, dinâmica e permitir que

se realizem ações sociodiscursivas, contextualizadas e altamente organizadas. No dizer de Bronckart (1994 apud KOCH, 2004b, p.165):

Uma ação de linguagem exige do agente produtor uma série de decisões, que ele necessita ter competência para executar. Tais decisões referem-se, em primeiro lugar, à escolha do gênero mais adequado, além de outras relativas à constituição dos mundos discursivos, à organização sequencial ou linear do conteúdo temático, à seleção de mecanismos de textualização e de mecanismos enunciativos.

Quando tratamos da ação de linguagem ou produção e também da compreensão, é essencial falarmos na distinção entre gêneros textuais e tipos textuais. Para tanto, adotamos a posição de Marcuschi (2002, p.22) que define tipo textual como sendo uma espécie de construção teórica (e é bom que se frise essa expressão) que se define pela característica lingüística de sua composição. Essa característica é dada pelos aspectos lexicais, sintáticos, verbais e pelas relações lógicas. Os tipos textuais limitam-se às seguintes categorias: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Quanto ao gênero textual, Marcuschi assim o define: noção vaga de modo intencional para referir textos materializados, que se encontram no cotidiano. Sua característica se prende ao aspecto sociocomunicativo e, como tal, volta-se para conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição. O autor ainda assinala que o gênero, como instrumento poderoso para a organização da sociedade, caracteriza-se, sobretudo, por suas funções. Logo, muito além das peculiaridades estruturais, estão as funções comunicativas, cognitivas e institucionais. Ao contrário dos tipos textuais, os gêneros são ilimitados e contemplam hoje uma avalanche de novidades nas formas de comunicação, haja vista a cultura eletrônica. Com ela, temos novos gêneros inseridos em diferentes meios e suportes, como TV, computador e

suas aplicações na WEB, telefone, fax, bem como a fita, o CD (mais recentemente) e o outdoor.

Ainda sobre a classificação dada por Bakhtin, que abre as vertentes “gênero primário” e “gênero secundário”, faz-se importante destacar que, ao lado do gênero padronizado, o simples, longe de se localizar numa posição de irredutibilidade, manifesta uma criatividade bastante expressiva. Uma vez reconhecida esta propriedade do gênero primário ou simples, facilmente o identificamos dentro de um campo mais livre e criativo da comunicação verbal. Basta, por exemplo, que pensemos nas reuniões sociais, na intimidade familiar que, pelo traço não padronizado, permitem justamente uma criatividade e uma leveza lexical *sui generis*. Também havemos de considerar a extensão de seu discurso, a qual leva a um volume bastante expressivo. Essa grande variabilidade de volume é percebida tanto na oralidade como na escrita, caso pensemos na diversidade da estrutura composicional, no conteúdo e no estilo de um recado oral, de uma réplica no diálogo ou de uma declaração de amor contida em uma carta, ou ainda de um recado escrito, por exemplo. Importa-nos, todavia, ter consciência de que todo gênero de discurso, seja ele qual for, está associado a uma certa organização textual, cuja caracterização é que faz daquele determinado gênero ser o que é. Mesmo o gênero primário subsiste alicerçado num valor normativo que lhe dará força e reconhecimento para que se efetue tanto na comunicação oral como na escrita. Por esta razão, qualquer enunciado individual, resguardada sua porção singular de criatividade, não se afasta das formas da língua e da sua aplicação no seio da sociedade. Notemos, pois, que essa observação vem ao encontro da concepção de discurso que rejeita a existência de um ser adâmico, dono absoluto de seu dizer, uma vez que a língua é um fenômeno fincado no processo sociocognitivo-interacionista.

Essa fatia de singularidade, da qual se evidencia a criatividade de um enunciado, comumente se verifica no gênero secundário. As obras pertencentes aos vários gêneros das ciências e das artes contêm o que se chama criatividade artística, especialmente na literatura. O autor da obra deixa marcas de sua individualidade manifestada por sua visão de mundo. Como bem já se comentou, todo texto está inserido numa situação de interação que envolve o entorno sociopolítico, histórico e cultural. Assim dizendo, parece-nos evidente que toda essa individualidade manifestada pelo autor interliga-se a outras obras

com as quais mantém algum tipo de relação. Assim, numa dada esfera cultural, a obra é uma resposta às obras de pontos-de-vista opostos, como pode ser uma seqüência de pensamentos afins com outras obras anteriores. Olhando por este prisma, é patente que a obra, exatamente como uma réplica de um diálogo, é uma unidade da comunicação verbal.

Cabe aqui lembrar que a obra também visa à obtenção da resposta do outro, isto é, à compreensão responsiva ativa com base no querer-dizer do autor. O leitor, então, é levado ao questionamento, às interrogações, à apreciação crítica, enfim. O certo é que o querer-dizer do escritor (ou locutor) pode ser considerado o arcabouço da comunicação, seja ela escrita ou falada. O intuito ou o querer-dizer concretiza-se na escolha de um gênero do discurso. Essa seleção é feita com base no teor temático, na relação escritor-leitor, na especificidade da esfera de comunicação envolvida e nas formas típicas de estruturação do próprio gênero. Indiferentemente, atesta-se isso nos vários gêneros das artes, em especial nesta área da literatura, representada no romance, no conto, na crônica, etc. Além disso, a escolha de um gênero implica, necessariamente, a coerência que se fará peculiar à estrutura tipológica deste determinado gênero. Isso significa afirmar que os elementos responsáveis pela coerência de um conto, de uma crônica esportiva ou jornalística, por exemplo, são específicos, empregados a seu tempo e intransferíveis. Não nos parece um dado estranho, se pensarmos que, como unidade de comunicação verbal, a produção intelectual visa a uma ação compartilhada entre quem produz o texto e quem o lê. E, o direcionamento que se dá à leitura ou à escuta sofre interferências da situação do momento, das expectativas criadas, das sinalizações dadas pelo contexto sociocognitivo e, finalmente, pela influência de outros textos. Assim, uma dada seqüência textual pode ser coerente aliada a uma certa estrutura tipológica, mas tornar-se incoerente em outra situação. Isso porque o sentido de um texto é construído via interação enunciador e co-enunciadores (KOCH, 2002, p.17). A coerência aqui mencionada em relação ao gênero vem ao encontro da posição tomada neste trabalho: na concepção de Koch (op. cit., p.150), ela não se caracteriza como sendo uma propriedade ou qualidade do texto. Muito mais que isso, representa a maneira como os elementos presentes na superfície textual, junto aos fatores do contexto sociocognitivo, formam uma configuração dotada de sentido.

Quanto à questão tipológica referida acima, notemos como J. M. Adam (apud MAINGUENEAU, 1996, p.159) enquadra os gêneros. Segundo o autor, os chamados

“tipos de discurso” categorizam os vários discursos existentes. Dessa forma, o discurso jornalístico, o discurso médico, o discurso jurídico, ... estão categorizados de tal maneira que estabelecem diferenciações entre eles bastante visíveis e elementares. A demarcação dos tipos de discurso origina-se sempre das urgências e das demandas das atividades sociais. Por isso, os tipos de discurso são instáveis, extremamente maleáveis e inscritos numa determinada época. Cada tipo de discurso abarca variados gêneros: o discurso jornalístico compreende, entre outros, o editorial, a carta do leitor, a crônica, a manchete; o discurso médico, a receita, o prontuário, o exame, a guia médica; o discurso jurídico, a petição, a audiência, o habeas-corpus, o processo jurídico. A maleabilidade evidente dos tipos de discurso é regida pelas mesmas condições que levam os gêneros a se caracterizarem dessa forma. Assim como os gêneros, os tipos de discurso moldam-se às necessidades do momento e se inscrevem na vida cultural e social.

É fato que, nos últimos dois séculos, a cultura eletrônica inseriu-se à vida cotidiana. Mais recentemente, a comunicação como um todo sofreu acréscimos consideráveis, provenientes das novas tecnologias. Todo este aparato tecnológico fez surgir novos gêneros textuais que, por sua vez, abrigaram-se num novo tipo de discurso, qual seja, o discurso tecnológico. Nele estão contidos gêneros como o e-mail, a teleconferência, o bate-papo virtual, a videoconferência. Todos eles são formas discursivas novas, perfeitamente abrigados no tipo de discurso emergente da mídia virtual.

É bom lembrar, porém, que estes novos gêneros não podem ser considerados inteiramente inovações. Como atesta Marcuschi (2002, p.20), todo o gênero se apóia em um outro que o precede e lhe dá origem. É o caso, por exemplo, da conversa realizada por telefone (o telefonema) e a conversação face a face. Da mesma maneira, observamos uma relação entre o e-mail e a carta ou o informal bilhete. Guardadas as características que lhes são peculiares e lhes conferem uma identidade própria, não podemos negar a assimilação de um gênero por outro, gerando novos gêneros (BAKHTIN, 1997 apud MARCUSCHI, 2002, p.20).

Em relação aos tipos de discurso, importa, para esta investigação, tratarmos, ainda que brevemente, das características do discurso jornalístico e, em especial, do gênero crônica jornalística. Convém, analisarmos, primeiramente, que o texto jornalístico dispensa a chamada originalidade no que ela tem de peculiar como detentora da origem, da

expressão primeira das coisas. No entanto, torna-se obrigação do texto jornalístico trazer em sua essência o novo, isto é, a novidade que sustenta e prolonga a notícia. Por isso, em segundo lugar, atentarmos para a forma e a elaboração, pelas quais o texto jornalístico toma corpo, passa a ser fundamental. São estes elementos que determinarão a qualidade da veiculação de uma notícia, de um fato e seu comentário. O novo é engendrado justamente desta forma e desta elaboração e nascem de uma linguagem identitária e de um modo de dizer.

Não se trata, entretanto, de priorizar o estilo em detrimento ao conteúdo, uma vez que este último é o produto básico e primeiro do jornal. O que se defende é que a escrita jornalística, de um modo geral, possui uma linguagem muito própria, com detalhamentos específicos que levam ao processamento da informação. Conforme Gomes (1992, p.15), o jornalismo também se cerca de uma sistematização inerente a toda e qualquer atividade humana. A grande dificuldade, porém, está em sistematizar um processo que trabalha com o efêmero, o transitório, o circunstancial e o fragmentário. Além disso, entra em cena o trabalho processual que se agiganta em proporção, já que compreende desde a produção até o consumo do próprio jornal. Significa afirmar que a linguagem empregada não se volta para o jornal em relação ao mundo mas também com vistas ao seu público-alvo. Acresce-se a isso a caracterização do jornalismo como um processo cultural, uma vez que se configura pelos seus traços de periodicidade, universalidade, atualidade e difusão. Disso decorre as suas duas categorias básicas: a informativa e a opinativa. Sendo assim, é de se supor que o jornalismo apropria-se da linguagem com o intuito de contemplar essas duas categorias.

Longe de se crer ingenuamente que o jornal, acima de tudo, transmite informações, é preciso se ater à questão básica de que existe uma função social que permeia todo o fazer jornalístico. A mais da verdade, qual seria a função social, se o jornal apenas anunciasse o fato? Embora o jornalismo, em geral, pareça se subscrever na tese de que o traço informativo deva se sobrepor ao opinativo, o que emerge de fato é apenas uma pretensa neutralidade, uma “falsa objetividade”. Na realidade, é por esse enunciar, imerso no compromisso social, que o jornal se aproxima de seu leitor.

Certamente, o jornal se cerca de todos os mecanismos possíveis para se manter numa posição de veículo de transmissão de informação. Não são raras no jornal, por exemplo, as proposições introduzidas por “segundo o (a)”, “conforme o (a)”. Um dos

recursos argumentativos de que dispõe o jornal justamente é o exemplo em questão, ou seja, não é o jornal que diz.... Aliás, como bem esclarece Koch (1993, p.162), “a argumentatividade é algo inerente à própria língua, e não algo acrescentado a posteriori, em determinadas situações específicas de comunicação”. Assim, a linguagem do jornal se compõe, como qualquer outra atividade lingüística, de ação dotada sempre de intencionalidade em que subjaz uma ideologia. Por tudo isso, entendemos que a escrita jornalística torna-se peculiar e extremamente engenhosa.

Acreditamos, todavia, que caracterizar pontualmente um determinado jornal torna-se uma tarefa duvidosa em qualquer trabalho de pesquisa. Os caracteres levantados acerca da constituição de um jornal (salvo aqueles que lhe conferem identidade) sempre representarão um recorte de tendências. Desse modo, corre-se o risco da identificação deste ou daquele elemento como caracterizador do jornal que, na verdade, reflete o momento contextual de uma determinada data, ou até mesmo, numa perspectiva ampliada, da conjuntura do país. Não se pode esquecer que o jornal se encontra inserido num contexto social, histórico e cultural. E, contidas neste universo, estão as questões políticas e econômicas permeando a prática jornalística.

Ainda que tenhamos essas variáveis interpondo-se no fazer jornalístico, podemos sustentar algumas caracterizações reconhecidamente detectáveis pelo perfil identitário, pelo qual reconhecemos um dado jornal. Assim, uma vez escolhida a crônica jornalística do jornal Folha de São Paulo como elemento de análise para o “corpus” desta investigação, torna-se fator primeiro levantarmos alguns pontos que caracterizam identitariamente este jornal. Primeiramente, a Folha de São Paulo se mostra como sendo um jornal mais liberal, em harmonia com as expectativas de uma sociedade que vive um sistema democrático de governo. Já na década de 80, Melo (1992, p.7) apontava como razões para sua pesquisa ter sido realizada com o Jornal Folha de São Paulo a “postura jornalística democratizante”, conquistada diante da imprensa nacional, e a substancial modernização empresarial. Guaraciaba (1992, p.82) diz em sua explanação sobre este jornal que, “segundo os documentos da Folha de São Paulo, a orientação empresarial se dirige no sentido de produzir um jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista”. Há nitidamente a preocupação de mostrar, “aos olhos do leitor”, o mundo diário de uma forma transparente.

Este perfil de jornal está, acima de tudo, assumindo o propósito de co-participar da vida do leitor, na prática e concretude de suas realizações diárias.

Quanto ao aspecto formal propriamente dito, segundo Gomes (1992, p.20), a Folha é um órgão pertencente ao Grupo Folhas, que compreende ainda os jornais: Folha da Tarde, Cidade de Santos, Notícias Populares e Gazeta Esportiva. Sua estrutura se compõe de 7 editorias, além da editoria de arte e editoria de fotografia. O pesquisador também nos traz a informação da existência do Manual Geral da Redação, cujo objetivo é harmonizar a produção e o estilo do jornal. Portanto, sua existência permite que o jornal tenha uma personalidade. Em relação a sua organização categorial, estão presentes as duas categorias: a informativa e a opinativa. Os gêneros pertencentes ao jornalismo informativo compreendem a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista. No jornalismo opinativo estão inscritos o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta. O caráter opinativo, em um jornal, manifesta-se pela empresa, no caso do editorial, e pela opinião do profissional, no caso da coluna, da resenha, da crônica, da caricatura. Há ainda a opinião do colaborador, por meio do artigo, e do leitor, por meio da carta. Vale lembrar o gênero “serviço” que consta de matérias informativas sobre cultura, economia, esportes. Além do serviço, uma outra categoria de gênero discursivo, perfeitamente observada por Melo (1992, p.10), é a enquete: ela “sumariza os dados coletados em *surveys* feitos diretamente pelo jornal”.

Conforme Gomes (1992, p.16), os gêneros jornalísticos “expressam uma conjuntura”, portanto, são extremamente mutáveis. Em relação à universalização dos gêneros, assim elucida Melo (1992, p.16):

Os gêneros são determinados pelo modo de produção jornalística e têm a ver também com a questão da cultura. No caso europeu, com a cultura anglo-saxônica e a cultura latina. O jornalismo nasce na Europa como uma invenção da burguesia. E isso é uma questão cultural. As conjunturas históricas só podem ser equacionadas a partir de sociedades concretas, de nações. Pois nessas sociedades equacionam-se a matriz cultural e as conjunturas históricas.

Especialmente nessa pesquisa, dentro do discurso jornalístico, interessa-nos o gênero crônica jornalística. De acordo com Guaraciaba (1992, p.82), a crônica pode ser considerada um gênero textual híbrido, situado entre a literatura e o jornalismo. Portanto, a crônica jornalística foge da caracterização comum aos outros gêneros do discurso jornalístico. Sua linguagem oscila entre o padrão culto formal e o culto informal da língua. Nela, especialmente, a ênfase não recai somente sobre o conteúdo mas também sobre o estilo, ou seja, sob a visão subjetiva do cronista. Não raramente, pode-se observar uma certa ironia ou um humor velado ou mesmo escancarado a respeito de um fato ou de algo do cotidiano. O cronista possui liberdade de, despreziosamente, abordar ou um acontecimento que tenha vindo a público ou simplesmente as amenidades do dia-a-dia.

O autor de uma crônica jornalística pode circular entre o tema que leva ao entretenimento e aquele que conduz a uma reflexão crítica da vida e do comportamento humano face às dificuldades da própria existência. A crônica presente no jornal aproxima-se do texto literário no que ele tem de criativo na sua essência, naquele jeito pessoal de dizer algo como se fosse de primeira vez. E, ao mesmo tempo, não deixa de se constituir no e pelo jornal, visto que se mantém vinculada à atualidade (mesmo abordando um fato histórico), ao alcance público e ao acontecimento. Guaraciaba (op. cit., p.84), ao longo de sua pesquisa, constatou a estreita ligação entre o literário e o jornalístico no gênero crônica. Os autores consultados são fiéis à tendência de colocar a crônica num lugar de “superposição ao poético e ao jornalístico”. A crônica, por assim dizer, estaria na zona de aproximação entre o transitório, característico do cotidiano, e o eterno, característico do literário. Não obstante, abstermo-nos de considerá-la como que advindo de uma posição marginal em relação aos outros gêneros presentes no jornal. Justamente por reconhecermos que hoje o jornal (em especial, a Folha) realiza-se preocupado com o processo social e histórico, numa dinâmica ininterrupta, que não somente reproduz o real, mas o lê pela autoria e pela angulação, não podemos entender a crônica como um gênero menor. Ela está, de fato, entre todos os outros gêneros jornalísticos que, juntos, dão o perfil de vanguarda ao jornal atual. Digamos que exatamente pela sua posição privilegiada, pela qual se entrevê o viés literário, a crônica se manifesta no crítico, no libertário e no inovador. Como bem lembra Diaféria (apud GUARACIABA, 1992, p.86), “a crônica é aquela pedaço da imprensa onde se cultua a sensação de que o mundo continua livre como os pardais, as

nuvens e os vaga-lumes”. Hoje, o que se afirma é que a crônica aparece no jornalismo brasileiro como um gênero inequivocadamente definido (MELO, 2003, p.148).

Para que se possa entender a crônica atualmente, observemos um pouco de sua história. Inicialmente, convém lembrar que, no Brasil, a crônica é vista como relato poético do real, que oscila entre a informação e o livre narrar poético. No jornalismo mundial, o sentido para o termo crônica aproxima-se do relato cronológico, ou seja, da narração histórica propriamente dita. Vejamos o que diz Melo (2003, p.149):

Do ponto de vista histórico, crônica efetivamente significa narração de fatos de forma cronológica, como documento para a posteridade. A produção dos cronistas foi legitimada pela literatura que a recolheu como representativa da expressão de uma determinada época. (...). Foi com esse sentido de relato histórico que a crônica chegou ao jornalismo. Trata-se do embrião da reportagem. Ou seja, uma narrativa circunstanciada sobre os fatos observados pelo jornalista num determinado espaço de tempo.

Interessante observar que, não raramente, o conteúdo dessas crônicas tomava para si a forma epistolar. Às vezes, porém, lembravam o que hoje o jornalismo classifica como reportagem setorial, isto é, cobertura jornalística de um segmento institucional como a crônica legislativa, a crônica policial, a crônica esportiva, etc.

Quanto à procedência, Martinez Albertos (apud MELO, 2003, p.150) considera a crônica originariamente latina – França, Espanha, Itália – assemelhando-se, sem se igualar, a determinadas formas de expressão do jornalismo alemão, inglês e norte-americano. De acordo com sua pesquisa, a crônica não foge de seu caráter informativo interligado às percepções do cronista. Já Gargurevich (apud MELO, 2003, p.150) não se desvia da idéia de que a crônica deu origem ao jornalismo informativo. Vejamos sua afirmação a respeito: “Quando a indústria da informação não havia alcançado ainda o vigor que lograria em

meados do século passado, os próprios jornalistas davam às notícias a denominação de crônicas, influenciados (...) pelo gênero histórico-literário que tem o mesmo nome”.

Quando se aborda a crônica em termos comparativos, torna-se essencial associar a produção feita no Brasil à feita em Portugal. A crônica produzida lá se aproxima bastante da caracterização da nossa crônica. Mas não se pode delimitar as associações, uma vez que em outros países da Europa e, mesmo da América do Norte, há formas de composição que lembram, de alguma modo, a crônica produzida no Brasil. Assim, na Inglaterra, existem “action stories”, ao passo que, na Alemanha, existe a glosa (comentário breve sobre fatos do cotidiano), que parece se aproximar ainda mais da crônica brasileira, embora esta não seja uma opinião uniforme entre os estudiosos. Nos Estados Unidos, a crônica parece estar na forma de “feature” ou, mais precisamente, de “*feature stories*”, “*human stories*” e “*color stories* “. Melo (2003, p.152) lembra ainda a composição espanhola chamada “*croniquilla*” que também recebe o nome de folhetim. Ela é considerada um relato jornalístico com nuances de crônica da vida diária, lembrando, assim, a crônica brasileira. Mas, para nós, a relevância maior desta composição espanhola está no nome, já que, no Brasil do século XIX, a crônica se instala no jornalismo inicialmente como folhetim.

No entanto, o folhetim não se configurava no jornal com as características da crônica de hoje. Na verdade, ele era uma seção do jornal dedicada a assuntos variados. Aos poucos, porém, o folhetim foi tomando a forma da crônica, isto é, passou a ser uma composição breve, relacionada aos fatos do dia-a-dia. Aliás, como vimos anteriormente, o social, o histórico e o cultural vão determinando novas emergências que, por sua vez, organizam-se de uma maneira bastante ordenada. Exatamente essa organização se manifesta pelas ações discursivas realizadas pelos gêneros. É assim, então, que um gênero vai dando lugar a outro.

Em meio a essa trajetória da crônica, é importante constatar que, ainda que ela tenha surgido no século XIX, somente irá adquirir ares eminentemente nacionais na década de 1930. É o que constata Antônio Cândido (apud MELO, 2003, p.153-154):

Acho que foi no decênio de 1930 que a crônica moderna se definiu e consolidou no Brasil, como gênero bem nosso, cultivado por um número crescente de escritores e jornalistas, (...). Nos anos 30 se afirmaram Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e (...) o cronista, voltado de maneira praticamente exclusiva para este gênero: Rubem Braga.

Indiretamente, a crônica se firmou como tal por razões externas, típicas da modernidade: a industrialização e a urbanização crescente. Estes dois processos que mudaram o panorama econômico da época influenciaram, da mesma forma, o quadro cultural como um todo. Assim, em 1922, a Semana de Arte Moderna traz, à cena brasileira, um espírito bastante forte de brasilidade. Tanto na temática como no estilo de linguagem, a literatura volta-se para a realidade nacional. A crônica, desse modo, tem um papel importante no sentido de mudar, em termos de linguagem, os padrões rígidos, firmados até então no jornalismo brasileiro. Evidentemente, não se pode esquecer do desenvolvimento expressivo da imprensa, nessa época, que, de maneira decisiva, influenciou os jornais diários. Decorre desse fato o aumento no número de leitores que, por sua vez, levou a mudanças significativas na estrutura do jornal. Com um público cada vez mais exigente, o jornal foi impelido a se modificar em termos de conteúdo e até mesmo em relação a sua organização por seções. Nesse contexto, a crônica aparece no jornal acompanhando seu novo traço de dinamicidade. Portanto, inteiramente a par do novo perfil da sociedade brasileira moderna, integra-se definitivamente ao jornal, incorporando-se às edições diárias.

Podemos afirmar, de maneira decisiva, que a crônica, tal como a conhecemos, está firmemente configurada como gênero jornalístico. Conforme Melo (2003, p.160), a crônica satisfaz as condições básicas da produção jornalística: “atualidade, oportunidade e difusão coletiva”. O autor (op. cit., p. 156) aponta as seguintes características para a crônica:

- Fidelidade ao cotidiano, pela vinculação temática e analítica que mantém em relação ao que está ocorrendo, aqui e agora; pela captação dos estados emergentes da psicologia coletiva.

- Crítica social, que corresponde a entrar fundo no significado dos atos e sentimentos do homem.

2.2 Os gêneros na escola

Em função do valor maior desta pesquisa, torna-se premente associar o estudo e o emprego dos gêneros à aprendizagem da linguagem. Afinal, a grande questão colocada e, sem dúvida, que se situa como objeto primeiro de investigação entre os profissionais da área de educação, é o real lugar dos gêneros na escola.

Conforme Schneuwly e Dolz (1999, p.7), a escola sempre trabalha com os gêneros, pela simples razão que lhe confere o estatuto de ser o que é: lugar de ensinar o aluno a escrever, a ler e a falar: “O aluno encontra-se, necessariamente, num espaço do como se, em que o gênero funda uma prática de linguagem que é, necessariamente, em parte, fictícia, uma vez que ela é instaurada com fins de aprendizagem”.

A aprendizagem de linguagem está situada entre as práticas e as atividades de linguagem. Quanto à articulação entre as práticas de linguagem e as atividades de linguagem do aluno, os autores (op. cit., p.6) acreditam que “é através dos gêneros que as práticas de linguagem encarnam-se nas atividades dos aprendizes”.

No entanto, um ponto fundamental refere-se à questão do exercício com gênero nas atividades escolares. Há um questionamento quanto à real aplicação do gênero nas atividades dos aprendizes. Como ele é objeto de ensino-aprendizagem, passa a ser esquecido como instrumento de comunicação. São ensinadas seqüências estereotipadas que, de certa forma, constituem o avanço das séries escolares, como a descrição, a narração e a dissertação (esta última, com muita ênfase). Em decorrência a isso, ainda também se questiona o distanciamento do exercício com o gênero de referência, ou seja, da própria realidade onde se insere. Tem-se a idéia clara, também, de que a escola é o lugar natural da produção de textos. Os gêneros típicos da comunicação escolar como as normas internas, a correspondência escolar, a conversa entre alunos, por exemplo, não são ensinados, uma vez

que a internalização se dá pelo próprio uso (naturalização). Do mesmo modo, a escola aponta a possibilidade de criarem-se situações em que os gêneros são trabalhados como funcionam nas práticas de linguagem de referência. O objetivo, neste caso, é o de recriação de situações com uma preocupação de diversificação claramente marcada, mas com o predomínio de dada situação. Neste caso, a escola não é mais o lugar específico de comunicação. O aluno é levado ao domínio do gênero, mas com a preocupação de retratá-lo como ele ocorre nas práticas de linguagem de referência. Questiona-se, porém, nesta forma de abordar o gênero, a ausência de progressão, uma vez que o objetivo único é dominar uma situação dada. A progressão é de fundamental importância, ao longo do processo de aprendizagem, por implicar um progresso em nível lingüístico.

Em meio a tudo isso, pensamos no fato de que o gênero na escola está fora de seu lugar social, então passa a ser gênero a aprender. Logo, o gênero trabalhado na escola é sempre uma variação do gênero de referência. Portanto, uma vez colocado no livro didático ou na lousa, o gênero passa a compor toda a dinâmica de ensino-aprendizagem. Assim sendo, os autores (1999, p.11) propõem a elaboração de “modelos didáticos de gêneros”, que têm o propósito de descrever esta variação, explicitando o conhecimento implícito do gênero. Os modelos didáticos permitem o conhecimento das dimensões ensináveis e orientam as intervenções dos professores. Seu objetivo maior reside na possibilidade, pelo conhecimento das dimensões ensináveis de um determinado gênero, de desenvolvimento de capacidades de linguagem diversas, associáveis a ele. Pelos modelos didáticos, procura-se explicitar o conhecimento implícito do gênero por meio de três dimensões, como explica Koch (2002, p. 58-59):

- Por referência aos conhecimentos de especialistas;
- Por referência às capacidades dos alunos, às finalidades e objetivos da escola aos processos de ensino/aprendizagem;
- Por uma junção coerente desses conhecimentos em função dos objetivos visados.

A autora esclarece que, quanto mais exata for a definição das dimensões ensináveis de um gênero, maior será a sua apropriação pela seqüência didática. A eficiência da transposição didática está no alargamento das possibilidades de se empregar a linguagem nas múltiplas práticas languageiras de aprendizagem.

Como, na escola, sempre deve haver uma finalidade pedagógica, a escolha de um gênero para atividade com a linguagem precisa estar rigorosamente centrada numa decisão didática que pretenda alcançar objetivos claros de aprendizagem. Segundo Schneuwly e Dolz (1999, p.10), os objetivos de aprendizagem centram-se em dois tipos. Primeiramente, é preciso dominar o gênero em questão, a fim de o compreender e, caso seja um gênero para produção, produzi-lo, tanto na escola quanto fora dela. Em segundo lugar, é preciso cercar-se do gênero para desenvolver capacidades que vão para além do próprio gênero estudado e que são deslocáveis para quaisquer outros gêneros.

Convém que frisemos, neste estudo sobre gênero e sua função na escola, a crença engessada pela tradição no ensino de que basta se valer do texto para que, a partir dele, redutivamente, descrevam-se formas gramaticais ou se identifiquem significados isolados de seus contextos. Contudo, Brandão (2002, p.17-18) esclarece que, felizmente, desde a década de 80, muitos trabalhos vêm sendo realizados para que se construa, na relação ensino-aprendizagem, uma outra forma de se lidar com a linguagem. Redimensionar o trato com a linguagem requer, necessariamente, conceber o texto no panorama discursivo, de modo a se perceber as implicações sociocognitivas e interacionistas da interlocução.

A despeito deste quadro, parece-nos cada vez mais óbvio o trabalho com gênero e sua modelização didática, na medida em que, acima de tudo, não podemos ter um ensino pré-moldado pelo reducionismo de um sistema abstrato de língua. É preciso, pois, propiciar ao aluno leitor / produtor o contato com os mais variados textos. Mas isso não basta, porquanto, tão necessário quanto o contato com diversos tipos de texto, é fazer o aluno compreender que uma produção textual é sempre reação a outras produções. Isso significa afirmar que todo texto está fincado em práticas sociais e ações de linguagem, inerentemente, contextualizadas, históricas e interacionais.

Em conclusão a esses breves comentários sobre gênero do discurso, é fundamental que pensemos numa lingüística aplicada voltada para o manejo e a produção de textos contidos na língua sob os mais variados usos do dia-a-dia. Quando mencionamos manejo e

produção, compreendemos que nem todo o gênero precisa ser produzido, mas, evidentemente, todos devem ser compreendidos. O gênero é a nossa rotina social e, por isso mesmo, não se reduz a uma forma estática. Necessariamente deve ser visto lado a lado com as práticas sociais, no interior de uma cultura, na qual o indivíduo age e interage nas diferentes situações que lhe são dadas. Interessante também examinarmos que não há uma abstração em torno do gênero, porque ele é concreto, social, coletivo por excelência e institucionalizado. Não menos importante, sem dúvida, é observarmos que um gênero dá origem a outro (basta que pensemos na carta e no e-mail), atestando, assim, que entre eles há sempre uma espécie de desdobramento, de fio condutor. Conforme já exposto, estamos sempre nomeando os gêneros nas diversas esferas de realização (a fofoca, a conferência, a declaração,...), então são eles mesmos que instituem o social. Finalmente, não podemos deixar de fora dessa explanação a noção primeira de que tudo o que fizermos lingüisticamente estará fundamentado dentro de um gênero. Portanto, ele tem sentido para além de sua produção, ou seja, para o manutenção da própria corrente da vida.

CAPÍTULO 3

LINGÜÍSTICA TEXTUAL

3.1 Apresentação do capítulo

Este capítulo refere-se à trajetória da lingüística textual, desde os mecanismos interfrásticos até a produção textual compreendida sob a ótica da referenciação. Aborda, também, o processo de referenciação e contém uma classificação para os tipos de anáforas.

Antes mesmo de situar a lingüística textual ao longo de sua trajetória, cumpre que se faça um breve comentário acerca da lingüística e seu desenvolvimento nos fins do século XVIII, século XIX e os primeiros cinquenta anos do século XX. Em fins do século XVIII e principalmente no século XIX, a preocupação central nos estudos lingüísticos voltava-se para as diversas línguas existentes. Essencialmente o que importava era a especificidade de cada língua analisada dialetológica e historicamente. A metodologia empregada era o Comparativismo que, num misto de fatores históricos e descritivos, estabelecia a relação entre as línguas e os falares existentes. Esse é o período que antecede a fase estruturalista e fundamenta os primeiros estudos referentes à língua e sua mudança ao longo do tempo. Por isso o nascimento da lingüística histórica teve seu início nesse período, ou seja, em razão de o foco centralizador dos estudos lingüísticos estar fixado na idéia de que as línguas mudam e sofrem a ação do tempo. Fica claro que somente a partir desse estudo, cujo método histórico-comparativo situava a língua nas diversas fases de seu desenvolvimento e a comparava com outras, é que surgiu a lingüística propriamente dita. Essa correspondência entre as línguas, voltada para uma análise sistemática dos processos fonéticos no eixo do

tempo, é que causou a ruptura com as especulações puramente filosóficas a respeito da língua. Após esse período, surge o Estruturalismo, o qual fará seu domínio já no século XX, até os anos sessenta. A perspectiva estruturalista apóia-se na língua enquanto sistema.

A primeira metade do século XX tem inaugurado seu objeto de estudo (língua como sistema de regras e de relações) pelas mãos de Saussure. Este sistema faz da língua um jogo de relações internas; isolando-a, portanto, de qualquer fator externo. Por isso não se cogitava, nos estudos estruturalistas, a análise de dados, porque era o momento de uma ciência eminentemente abstrata. Para Saussure, a língua deveria ser considerada forma (relações internas) e não substância (parte material, no caso da língua, a palavra isolada). Daí se observar que tudo no Estruturalismo vai se basear em dicotomias, sempre preconizando um recorte sincrônico em detrimento do diacrônico. Este último ponto é o grande diferencial em relação à metodologia comparativista. Pode-se dizer que a historicidade foi, pouco a pouco, dando lugar à sistemicidade que, por sua vez, garantia a estabilidade interna para o estudo das estruturas do sistema lingüístico de uma língua imanente. É inegável que o Estruturalismo centrou-se em aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos de uma língua isolada de outros aspectos totalmente descartados, como o semântico, o pragmático, o discursivo, o cognitivo e o social. Era o estudo da língua por ela mesma, isto é, ligada a sua imanência e a sua autonomia de sistema.

A visão estruturalista, embora tenha se solidificado a ponto de mobilizar todo o ensino, que passa a se fundamentar na análise descritiva de elementos isolados, estendendo-se, no máximo, às unidades da frase, vai sendo substituída por novas visões e perspectivas. No entanto, não há consenso, entre autores, quanto à presença de uma certa cronologia na transição de um período a outro (BENTES, 2004, p.246). O que se tem como certo é que o afastamento das idéias estruturalistas que cederam lugar à lingüística de texto foi bastante expressivo. Como bem lembra Bentes (op. cit., p.247), o objeto de análise da então Lingüística Textual, a qual tem início aproximadamente na segunda metade da década de sessenta, sofre uma gradual ampliação. No primeiro momento, toda a atenção concentrou-se na análise transfrástica, na qual o objeto de estudo são as regularidades que vão além da frase. No segundo momento, postulou-se que, assim como se procede à gramática da frase, é viável a construção da gramática do texto. Finalmente, no terceiro momento, postula-se a construção das teorias de texto.

Parece-nos relevante trazer para este estudo as idéias de Chomsky que, a partir do final dos anos cinqüenta, começam a fervilhar em meio às teorias de Saussure e seus seguidores. Enquanto no Estruturalismo de Saussure a análise é descritiva, no Gerativismo de Chomsky há toda uma preocupação em implantar uma teoria explicativa. Para o autor do Gerativismo, mais que a descrição dos dados, o importante é a própria teoria que a solidifique. Logo, segundo Chomsky, as análises lingüísticas se efetuam de fato se, aliada à observação e à classificação, estiver presente uma teoria explicativa que as preceda. Chomsky dedica-se a explicar, além das frases realizadas efetivamente, aquelas que potencialmente possam ser produzidas pelo falante. Mas é necessário pensar que a teoria gerativista dá conta de fenômenos abstratos e universais da língua. Sua gramática, conforme já exposto, distancia-se da gramática normativa, porque o intuito é realmente explicar as frases realizadas e as que podem vir a ser realizadas. Não existe, portanto, a norma, a regra da gramática normativa, há apenas o que permanece como consenso sobre aquilo que se pode considerar como gramatical ou não. É a competência do falante que organiza os elementos lingüísticos, os quais formam uma sentença. E é justamente esta organização que confere à sentença a gramaticalidade. Chomsky estabelece uma distinção entre competência e desempenho. Assim atesta Fiorin (2004, p.15):

(...). A competência lingüística é a porção do conhecimento do sistema lingüístico do falante que lhe permite produzir o conjunto de sentenças da sua língua; é um conjunto de regras que o falante construiu em sua mente pela aplicação de sua capacidade nata para aquisição da linguagem aos dados lingüísticos que ouviu durante a infância. O desempenho corresponde ao comportamento lingüístico, que resulta não somente da competência lingüística do falante, mas também de fatores não lingüísticos de ordem variada, como: convenções sociais, crenças, atitudes emocionais do falante em relação ao que diz, pressupostos sobre as atitudes do interlocutor, etc., de um lado; e, de outro o funcionamento dos mecanismos psicológicos e fisiológicos envolvidos na produção dos enunciados.

Como explica o autor (op. cit., p.22), ocorre agramaticalidade quando uma seqüência de palavras não condiz com as regras gramaticais de consenso, internas ao sistema lingüístico. O objetivo do Gerativismo é unir as línguas por suas propriedades comuns e inerentes, pressupondo um falante idealizado. Essa é a constituição da chamada Gramática Universal (GU). Isso porque Chomsky acredita que todo o falante tem um mecanismo de aquisição da linguagem (fator biológico), que lhe é nato. Assim explica o autor ao postular propriedades abstratas, complexas e específicas para a língua. A teoria gerativa alavancou um modo bastante singular de tratar a relação entre as palavras. Em toda a sua teoria, existem um rigor, uma ordenação de forma e uma base explicativa bastante fundamentada na relação entre os componentes sintático, semântico, fonético e fonológico. Toda essa rigidez atribuída a sua teoria explicativa dos fenômenos relacionais do período determinou a adoção bastante significativa de um modo de se estudar a sintaxe. É um fato deveras constatável, embora a corrente gerativa não tenha se prendido à aplicabilidade.

Não podemos ignorar a proposta da Gramática Funcional. Por ela há uma interligação inseparável entre o sistema lingüístico e as funções que seus elementos preenchem. O funcionalismo analisa a estrutura gramatical considerando a situação comunicativa de um determinado contexto discursivo e seus respectivos participantes. Isso quer dizer que, nesta perspectiva de análise, a estrutura dos enunciados é essencialmente oriunda do uso e do contexto comunicativo em que está inserida (FIORIN, 2004, p.22). Portanto, são tributárias da Gramática Funcional as idéias que circulam hoje sobre a língua como instrumento de interação social entre os actantes envolvidos na comunicação. Pelo funcionalismo, os fenômenos lingüísticos não se prendem a uma análise compreendida somente nas características internas à língua.

Assim, é em meio a todo este cenário envolvendo a língua que a Lingüística Textual se põe. Conforme mencionado, no princípio a análise interfrástica tentou dar conta de fenômenos que não se limitavam ao nível da frase. O objeto era, então, estudar os tipos de relação possíveis entre os enunciados. Para que se conferisse uma seqüência significativa, tratou-se da averiguação das relações referenciais como a correferência, a pronominalização, a presença dos artigos, a seqüência ordenada das palavras, o fenômeno tema-remata, entre outros. Mecanismos interfrásticos garantiam às seqüências de enunciados o estatuto do texto. O estudo em questão ramificava-se em três tendências consideradas

heterogêneas: a estruturalista, a gerativista ou a funcionalista. A correferência teve um lugar de destaque na análise interfrástica por se considerar o principal fator para a ocorrência da coesão textual. Para tanto, primou-se por privilegiar o pronome como elemento indispensável à seqüenciação das frases. Assim explica Koch (2004b, p.4):

O termo pronome é aqui tomado numa acepção bem ampla, ou seja, toda e qualquer expressão lingüística que retoma, na qualidade de substituens, duma expressão lingüística correferencial (substituendum). O texto é resultado, portanto, de um “múltiplo referenciamento”, daí a definição de texto como uma sucessão de unidades lingüísticas constituída mediante uma concatenação pronominal ininterrupta.

Interessa-nos, para esta pesquisa, sobretudo entender que o referente era quase que reduzido aos processos correferenciais (anafóricos e catafóricos) com incidência entre dois ou mais elementos textuais. Esse tipo de relação referencial recebia o nome de pressuponente e pressuposto segundo Halliday & Hasan (1976 apud KOCH, 2004b, parte I, p. 4). No Brasil ainda não se estudavam, com atenção, os fenômenos não correferenciais, as anáforas associativas e todos os fatos lingüísticos de ordem sociocognitiva. Todavia, na Europa, especialmente autores alemães já se preocupavam com a anáfora associativa. No Brasil, delimitou-se tanto a análise nesta fase inicial que não se cogitava, por exemplo, a possibilidade de uma retomada anafórica de porções do texto. É um dado curioso, se levarmos em conta que, tanto na oralidade como na escrita, o próprio pronome demonstrativo (tão lembrado nesse primeiro momento) é empregado com muita freqüência nessas condições. Vejamos os exemplos a seguir:

(6) (...). *Mônica resolveu deixar a casa de sua família e ir morar sozinha. Alugou um pequeno apartamento (...) resolveu escrever seus próprios livros. Isso poderia ser*

considerado comum. (fragmento de narrativa extraído de redação de aluno de oitava série do Ensino Fundamental)

(7) *Viajou sem dar notícias após cinco dias de ausência. Esse fato a angustiou por demais.* (exemplo fabricado)

Nesse primeiro momento, o que se tornava bastante pertinente nas investigações em torno de texto eram os encadeamentos entre os enunciados. Koch (2004b, parte I, p.5) esclarece que a relação entre enunciados, quando não marcada por conjunções, era alvo certo dos estudos dessa primeira fase. Também se fazia presente nas análises de relações a articulação tema-rema. Logo, é evidente a dedução de que todos esses estudos com o texto lançavam mão da análise, envolvendo a coesão textual e, por extensão, a coerência. Aqui a coerência textual era vista como mera propriedade do texto.

Esse foi um momento no qual duas características não podem ser ignoradas: excederam-se os limites da frase e prepararam-se as análises para um avanço, ou seja, após partiu-se para o estudo da então chamada Gramática Textual. Dada a euforia em torno do gerativismo, postulou-se a construção de gramáticas de texto. Koch (2004b, parte I, p.5) explica que se tratava de criar uma descrição de categorias e regras de combinação da entidade T (texto) em L (determinada língua). Assim a autora enuncia as tarefas básicas de uma gramática de texto:

- A) Verificar o que faz com que um texto seja um texto, ou seja, determinar seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade;
- B) Levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma de suas características essenciais;
- C) Diferenciar as várias espécies de textos.

A partir desses critérios, a ordem das coisas passou de teoria da frase à teoria de texto. Era uma tarefa, sobre a qual recaía, fundamentalmente, uma competência textual, análoga à competência lingüística defendida por Chomsky. Assim, compreendia-se que todo o falante de sua própria língua poderia distinguir um texto coerente de um amontoado de frases desconexas e incoerentes. Esta competência certamente passava pelo valor lingüístico, visto que o usuário da língua tem a capacidade de resumir, de parafrasear um texto ou de caracterizá-lo dando-lhe um título. Também é uma competência lingüística reconhecer se um texto está completo, bem como produzir um texto com base em alguma motivação. O que interessava, então, era o texto e sua segmentação, o que levava às unidades menores, passíveis de serem classificadas.

Porém, assevera Koch (2004b, parte I, p. 6), em relação à segmentação e à classificação, que ambas são ações que só se realizam se resguardada a função textual dos elementos individuais. A autora explica que esta advertência é válida, se pensarmos que o texto jamais pode ser reconhecido simplesmente como uma seqüência de cadeias significativas. Nesse momento da Lingüística Textual o que se postula é a visibilidade do texto como sendo uma unidade lingüística hierarquicamente superior, que faz parte do sistema lingüístico. Nele as estruturas presentes em cada língua são determinadas pelas regras de uma gramática textual.

Não se pode negar que a ênfase dada à elaboração de gramáticas textuais confere seu percentual significativo pela influência que sofreu da Gramática Gerativa. Num momento inicial, o projeto de gramáticas textuais tentava construir um conjunto de regras que fosse suficiente para reconhecer se uma seqüência lingüística encerrava as condições para ser um texto ou não, bem elaborado ou não. Seria um sistema de regras para todos os usuários da língua que teriam competência textual para efetuar estas identificações. Fica claro que o objeto da lingüística não é mais a língua em si, mas o próprio texto. Havemos de pensar que, nessa fase, o texto era detentor de propriedade inerentes ao sistema abstrato da língua. Na verdade a criação das primeiras gramáticas textuais tentou uniformizar o texto, dando-lhe um cunho estável, abstrato e essencialmente teorizado por regras subjacentes. Diversos autores empenharam-se na construção de gramáticas textuais, como Dressler (1972, 1977), Dijk (1972, 1973) e Petöfi (1973), entre outros. Segundo Bentes (2004, p.249), esses autores se uniam, de certa forma, por acreditarem em alguns

postulados sobre as gramáticas de textos. Todos eles acreditavam, por exemplo, que não há continuidade entre frase e texto, visto que entre ambos a diferença se dá no âmbito qualitativo (e não quantitativo, como se poderia imaginar). Postulavam, também, que todo o falante nativo deveria certamente possuir um conhecimento tal para saber o que é um texto.

Em especial a Gramática Textual elaborada por Janos Petöfi (1973 apud KOCH, 2004b, parte I, p. 7) segue um parâmetro único que contém uma base textual formada por uma representação semântica indeterminada com respeito às manifestações lineares do texto, determinadas pela parte transformacional. Essa base textual possibilita a análise de textos, a síntese de textos e uma comparação entre textos. Vale lembrar que Petöfi incluía em sua teoria sobre o texto, além da gramática textual, um componente contextual constituído de dois subcomponentes: um semântico extensional e outro de cunho pragmático. O primeiro seria responsável pela interpretação semântica, enquanto o segundo ficaria encarregado das questões de produção e recepção de textos. Seu objetivo era construir uma teoria que cingisse a estrutura de um texto e as possíveis interpretações extensionais do mundo (os chamados mundos possíveis).

Já Dijk (1972 apud KOCH, 2004b, parte I, p.8) pode ser considerado um dos pioneiros da Lingüística Textual. Dedicou-se à construção de gramáticas textuais que detêm os seguintes argumentos:

- 1 – Toda a gramática textual deve se encarregar da estrutura lingüística de enunciados formados por seqüências de frases.
- 2 – Há propriedades gramaticais para além das sentenças, como as relações semânticas estabelecidas entre elas.
- 3 – O estudo com o texto proporciona o reconhecimento de propriedades de períodos compostos e de seqüências de frases.
- 4 – Algumas propriedades da língua estão nas unidades supra-sentenciais, como os fragmentos de textos, e os parágrafos.

5 – A relação entre gramática e pragmática envolve uma descrição gramatical, tanto das frases como das propriedades do discurso como um todo.

6 – Uma gramática textual relaciona-se mais sistematicamente com outras teorias preocupadas com o discurso, com a estilística e a retórica.

7 – Também uma gramática textual permite, a partir dela, uma melhor elaboração de modelos cognitivos da linguagem em termos de desenvolvimento, produção e compreensão.

8 – Finalmente, pode-se afirmar que uma gramática textual dá sustentação para o estudo do texto e da conversação em contextos de interação social e contextos institucionais. Dá suporte também ao estudo dos tipos de discurso e dos usos da linguagem entre culturas.

Cumpramos que observemos a inserção de seu modelo de gramática no quadro teórico do Gerativismo. Enfatiza o autor que sua teoria de gramática textual prende-se à tarefa primordial de especificar as estruturas profundas ou as macroestruturas. É a macroestrutura (esta expressão foi cunhada por Dijk) que clarifica a coerência de um texto. A microestrutura é a estrutura superficial, que mantém a ordenação de frases subsequentes.

Dressler (1970, 1972 apud KOCH, 2004b, parte I, p.10), assim como Petöfi e Dijk, ao estudar a construção de gramáticas textuais, lembrou-se do componente semântico. Para o autor, a semântica deve explicar a representação da estrutura do significado. Para ele, o tema deve receber especial atenção por seu inter-relacionamento com o significado global. Notemos, pois, que, segundo Dressler, a base semântica é o ponto fundamental em sua análise de texto. Aliás, quase todos os estudiosos das gramáticas textuais dedicaram suas pesquisas ao aspecto semântico. Por essa via, estudaram as relações entre os enunciados sem conjunções e definiram o texto como sendo uma seqüência coerente de enunciados. A coerência nesse estágio de desenvolvimento da Gramática Textual ainda é vista como a coerência sintático-semântica. Conforme Charolles (1978 apud KOCH, 2004b parte I, p.10), existem quatro condições ou macrorregras de coerência textual. Assim, para que haja coerência, é preciso recorrer à repetição. Ao mesmo tempo, faz-se necessária uma

renovação semântica que garanta a progressão. Porém, a coerência se mantém, caso não haja contradição pela entrada de algum elemento semântico de oposição a um conteúdo posto ou pressuposto por ocorrência propriamente dita ou por inferência. Portanto, a não-contradição deve ser observada. Por fim, é fundamental que os enunciados do texto e os fatos presentes estejam relacionados entre si. A relação, então, é fator indispensável para o manutenção da coerência textual.

No entanto, embora não faltassem inúmeras propostas de elaboração de gramáticas textuais, muitos questionamentos ainda não haviam sido contemplados pelas teorias em vigor. Assim, questões como a elaboração de regras que abrangessem todo e qualquer tipo de texto possível numa determinada língua não tinham vindo a termo. Na verdade, os fenômenos pesquisados concentravam-se na abordagem sintático-semântica. Além disso, eram analisados sempre a partir de um ouvinte/falante ideal, detentor de uma competência textual. O estudo, nesse sentido, tornou-se excessivamente formal e restritivo. Aos poucos, então, alguns aspectos fundamentais, que excediam a abordagem da sintaxe e da semântica e colocavam o texto como detentor da comunicação, foram surgindo. Como em todo momento de transição, no início, de maneira sutil, uma nova investigação em torno do texto foi se impondo. Começava a haver pesquisas, cujo eixo central era o texto como unidade comunicativa. As teorias de base comunicativa oscilavam entre estudos de cunho pragmático e estudos de cunho contextual. Com isso, o foco nos estudos com o texto passou a ser o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso. O texto começou a ser visto como um processo e não mais como um produto. Esta nova concepção de texto veio acompanhada de outras duas mudanças: a língua passou a ser vista como um sistema de uso concreto em contextos comunicativos, e a meta a ser alcançada foi a análise da unidade “texto”, em funcionamento. Quando se menciona texto como unidade comunicativa, tem-se o fim de colocá-lo como instrumento primeiro para que se concretize o querer-dizer do falante num determinado contexto social.

Por essas razões, a Lingüística Textual ampliou-se e passou a inter-relacionar-se com outras disciplinas. Segundo Marcuschi (1998 apud BENTES, 2004, p.252), a Lingüística Textual caracteriza-se como uma disciplina multidisciplinar, sempre dinâmica e em processo. Comprova-se isso ao se perceber uma Lingüística Textual, cuja língua em uso, na comunicação social, volta-se para a atividade verbal humana em conexão com

outras atividades não-lingüísticas. Tal percepção de língua propagou-se graças à contribuição de outras áreas como a da Psicologia da Linguagem e da Filosofia da Linguagem Ordinária, da qual se originou a Teoria dos Atos de Fala. Como bem explica Koch (2004b, parte I, p.14), a Lingüística Textual teve como escopo atestar que as idéias contidas nessas teorias encaixavam-se no estudo do texto, tanto no que concerne a sua produção como a sua recepção. Era de fundamental importância, portanto, provar que o texto assinalava-se como uma forma de ação verbal. Este tema passou a ser objeto de estudo para vários autores, como Wunderlich (1976), Schmidt (1973), Van Dijk (1980), entre outros. Wunderlich (1976 apud KOCH, 2004b, parte I, p.14) preocupou-se bastante com a introdução da pragmática nos estudos com o texto e foi um defensor da Teoria da Atividade Verbal. Em relação a esta teoria, Wunderlich escreve:

O objetivo da teoria da atividade é extrair os traços comuns das ações, planos de ação e estágios das ações, e pô-los em relação com traços comuns dos sistemas de normas, conhecimentos e valores. A análise do conceito de atividade (o que é atividade/ação) está estreitamente ligada à análise do conhecimento social sobre as ações ou atividades (o que se considera uma ação). (...). A relação com a lingüística está em que o fundamento pragmático da teoria da linguagem deve enlaçar-se com a teoria da atividade e que, por sua vez, a análise lingüística pode contribuir de alguma forma para o desenvolvimento da atividade. (página 30).

Atentemos da mesma forma para o método apresentado por Isenberg (1976 apud KOCH, 2004b, parte I, p.15) sobre a perspectiva pragmática. Conforme o autor, os aspectos sintáticos e semânticos são determinados pelo aspecto pragmático. O plano geral do texto rege todas as funções comunicativas contidas em seu interior, as quais passam a determinar as estruturas superficiais. A relação existente entre os elementos presentes no texto origina-se da intencionalidade do falante. No mesmo sentido, pode-se pensar em termos de texto escrito. O elemento anafórico e seu referente passam a estabelecer relação, acima de tudo, pela intenção do enunciador. Esse plano textual, que se forma previamente pelo querer-

dizer do enunciador, instrui o co-enunciador que, por meio de operações cognitivas, compreende o texto em sua integridade. Mais que entender o texto, ele reconstrói o querer-dizer do produtor do texto, dando um novo olhar ao conteúdo referencial.

Já a posição de Schmidt traz uma particularidade em relação à idéia de coerência, o que já se pode considerar um avanço nos estudos, envolvendo coesão e coerência. Assim explica Koch (2004b, p.16) sobre o processo textual coerente proposto pelo autor:

É somente na medida em que o locutor realiza intencionalmente uma função ilocutória (sociocomunicativa) identificável por parte dos parceiros envolvidos na comunicação que o conjunto de enunciados lingüísticos vem a constituir um processo textual coerente, de funcionamento sociocomunicativo eficaz e normalizado, conforme as regras constitutivas (uma manifestação da textualidade).

Ao se estudar a história da Lingüística Textual, não se pode deixar de reiterar o conceito dado ao texto. Como já se sabe, nas primeiras fases dos estudos, nas quais situamos a análise transfrástica e a elaboração de gramáticas textuais, a pertinência concentrava-se nas noções de textos e não-texto. Assim, texto seria uma seqüência lingüística detentora de coerência por si mesma, enquanto não-texto seria a seqüência lingüística que não detivesse esta coerência. Não podemos nos distanciar da noção de texto predominante neste momento, que o colocava na posição de produto acabado de uma competência lingüística, envolvendo sujeitos sociais idealizados. Fávero & Koch (2002, p.19) advertem que a Lingüística Textual tentou, prematuramente, criar regras que explicassem a concatenação de sentenças. O que se pretendia era estender a metodologia empregada na análise da frase para a análise de pares de frases. Elas estariam assim configuradas: uma frase anterior teria um conteúdo mínimo linear que daria suporte para a entrada da frase seguinte. A frase subsequente formaria seu conteúdo gramatical com base na estrutura do contexto contido na frase anterior. Este tipo de transferência de análise de

frase para pares de frases extinguiu-se pelo seu valor bastante restritivo de análise. Porém, esta e outras tentativas de análise promoveram reflexões responsáveis pelo progresso no campo da Linguística Textual.

Um novo ponto de vista que surgiu, por exemplo, foi o que imaginava um caminho inverso ao método até então empregado. Postulava-se um estudo, cujo método descendente partisse do texto para a frase e, posteriormente, para as unidades menores. Fávero & Koch (2002, p.20) ponderam que ainda é passível de discussão afirmar que a frase, dentro do texto, deve ter estatuto especial. No entanto, um ponto é indiscutível: muitos elementos que estruturam o texto funcionam como conectores que ultrapassam os limites da frase. São, por conseguinte, os elementos anafóricos e catafóricos na forma de pronomes, pró-formas, sintagmas nominais, etc., que caracterizam e estruturam os textos. Tentando seguir uma trajetória, ainda que pouco precisa, podemos agrupar algumas definições de texto contidas na primeira fase: “maior unidade lingüística”, “seqüência coerente e consistente de signos lingüísticos”, etc. Essas e outras definições mantinham o texto em si mesmo, sem influências externas. Pela inquietação de se perceber que o texto não se mantinha por si mesmo é que se começou a desenhá-lo como o lugar em que mais fatores estão envolvidos. Com o progresso nos estudos em Linguística Textual, em que a pragmática muito contribuiu para se entender o texto não mais como produto, mas como ação (pela atividade verbal) e recepção (pela produção de efeitos no interlocutor), concebeu-se o texto como um lugar de possibilidades diante da situação comunicativa. Na década de setenta, a pragmática, ao tratar do uso concreto da linguagem, com o foco de interesse nos usuários e nas condições que permitem este uso, trouxe à tona as novas concepções de texto (isso porque não há uma única definição de texto). Sendo assim, nesse momento, como bem lembra Bentes (2004, p. 254), o texto e sua definição devem estar em harmonia com os seguintes pontos fundamentais:

- a produção textual realmente é uma atividade verbal regida pela consciência (pelo fato de a intencionalidade do falante estar sempre presente);

- a produção textual é uma atividade interacional.

Quanto a este último ponto, Koch (2002, p.19) esclarece que sujeito, texto e produção textual estão juntos numa concepção sociointeracional da linguagem. O texto está na condição de lugar de inter-ação entre sujeitos sociais. Pensemos, neste sentido, que a produção textual envolve os interlocutores tanto na construção como na compreensão de textos. Seguindo a mesma linha de reflexão, devemos antever que, durante o processamento textual, concorrem, na busca de sentido, diferentes contextos (quanto a este dado, daremos uma explicação mais detalhada a posteriori). Quanto à compreensão Dijk (1981 apud KOCH, 2004b, parte I, p.19) argumenta que sempre há a obediência às regras de ordem pragmática. Por isso a coerência não existe fora do âmbito da interação, a qual traz para o discurso as crenças, as intenções, os valores e as normas dos interlocutores. Temos, nesta medida, uma forma de se pensar a coerência que se distancia da concepção de mera propriedade inerente ao texto. É este mesmo autor que se torna um dos pioneiros na introdução das questões cognitivas do texto.

Podemos afirmar que a pesquisa pertinente à linguagem, nesse estágio de desenvolvimento, parecia não se bastar somente pelo acréscimo dos interlocutores e suas atividades intencionais. Faltavam, por assim dizer, outros detalhamentos envolvidos na situação comunicativa dos actantes. Mais uma vez, então, um novo olhar se depositou sobre a produção textual. Koch (2002, p.23) atribui este acréscimo feito ao estudo com o texto ao fato de que os interlocutores, ao agirem, necessariamente estão incorporados em uma sociedade repleta de convenções e normas. São elas que determinarão a conduta do indivíduo e, de certa forma, cercearão sua liberdade. Aliada a isso está a cultura, da qual se manifestam tradições, usos e costumes que, certamente, nortearão qualquer espécie de manifestação da linguagem. Incorporadas sociedade e cultura nas análises textuais, surge uma nova posição acerca do texto em seu uso efetivo: toda e qualquer ação verbal está interligada, de maneira indissociável, a processos cognitivos. Isso significa sustentar que “o fazer” necessita de modelos mentais de operações e tipos de operações. O texto em processo resulta desses modelos mentais. Essa nova abordagem recebe o nome de *procedural* porque explica a atitude dos actantes durante a ação verbal. Enunciador e co-enunciador detêm saberes que se acumulam ao longo do tempo sobre as mais diversas atividades da vida social. Acredita-se que, durante a ação verbal de comunicação, as pessoas envolvidas “entram” na situação comunicativa com certas expectativas. São estas

expectativas ou objetivos que motivam a ativação de conhecimentos armazenados na memória e de experiência adquiridas. Como atestam Beaugrande & Dressler (1981 apud KOCH, 2004b, parte I, p.21), o texto provém de uma infinidade de operações cognitivas, as quais se interligam.

Antecipando-se à questão do processamento textual, é bom que se faça um parêntese e nele se coloquem algumas concepções que permeiam o estudo do texto. Primeiramente, cabe-nos a tarefa de elucidar a questão do contexto. Seguindo a trajetória histórica até aqui realizada, observamos que o contexto sempre esteve presente no caminho percorrido pela Linguística Textual. Nas análises transfrásticas, o contexto limitava-se ao co-texto (segmentos precedentes e subseqüentes, ou seja, o que compõe o entorno verbal). Já com o início da Pragmática nos estudos lingüísticos, passou-se a incluir, além do co-texto, a situação comunicativa. Após, o contexto voltou-se para o entorno social, histórico e cultural. Nesse momento é que se inclui o cognitivo, uma vez que os aspectos sociais, históricos e culturais estão representados na memória por meio de modelos cognitivos. O contexto, dessa forma, passa a se constituir na própria interação, na qual os sujeitos envolvidos, conforme já exposto, ativam os conhecimentos e experiências adquiridos em sociedade, numa certa cultura e num determinado momento histórico. Uma definição de contexto que acreditamos ser relevante é a de Dijk (1997 apud KOCH, 2002, p.33), por lembrar, de certa forma, o que vem a ser o sentido da palavra: “(...) conjunto de todas as propriedades da situação social que são sistematicamente relevantes para a produção, compreensão ou funcionamento do discurso e de suas estruturas”.

Em Bakhtin (2004, p.106), temos a idéia clara de que o sentido da palavra (tão importante em nosso estudo) só se determina em seu contexto. O autor explica que há tantas significações possíveis quanto contextos possíveis. Entendemos, pois, que são a situação imediata e o meio social (e todos os aspectos implicados) os fatores determinantes do sentido da palavra. Portanto, é dentro do contexto que os sujeitos do texto escolhem os recursos possíveis para a produção de sentido. Assim, uma expressão referencial torna-se importante não pela palavra em si, compondo uma estrutura, mas pelo contexto que vai muito além de uma concatenação pronominal ininterrupta e linear. O sentido é dado, então, por uma série de efeitos contextuais, nos quais concorrem a memória, a experiência, os

cálculos mentais e as hipóteses (inferências), ou seja, todos os conhecimentos e estratégias cognitivas que emergem na interação produtor-ouvinte/leitor.

Entendendo o sentido dessa forma, parece-nos até que, sem esforço nenhum, naturalmente a concepção de coerência vai adquirindo novos contornos nos estudos com o texto. Lembremos que, na ocasião das análises interfrásticas, coesão e coerência se misturavam. Em princípio, é bom que se esclareça o fato lingüístico de que a coesão não se estrutura de maneira unívoca entre os elementos presentes na superfície textual. Isso quer dizer que a relação entre as palavras e os enunciados, no momento da ação verbal, é que determinará o recurso coesivo a ser empregado. Hoje a pesquisa, respeitando os dois movimentos do texto, quais sejam, o relacionado a elementos anteriores e o de continuidade sequencial, aponta os seguintes elementos coesivos: a referência, a substituição, a elipse, a conexão (ou conjunção Hallidiana) e a coesão lexical. Esses recursos coesivos têm sua origem em Halliday/Hassan (1976 apud KOCH, 2004b, p.35). Do mesmo modo, é bom lembrarmos que, nos primeiros passos da Lingüística Textual, a coesão se constituía no mecanismo que permitia a retomada, dentro do texto, de outros elementos. Eles poderiam estar anteriores, como anáforas, ou, posteriores, como catáforas.

Fávero & Koch (2002, p.38) explicam que a garantia para que haja as relações coesivas é dada pela organização do sistema lingüístico em três níveis: o semântico (significado), o léxico-gramatical (formal) e fonológico-ortográfico (expressões). Assim, a coesão se faz presente por meio da gramática e do léxico. Essas relações coesivas dependem, como vimos, de fatores que as concretizem. Desse modo, a referência, a substituição, a elipse, a conjunção (conexão) e a coesão lexical são os principais fatores de coesão textual. A referência diz respeito aos elementos da língua que se definem pela relação com outros elementos que lhes dão interpretação. Não são, portanto, entendidos pelo seu sentido próprio, mas pela relação com outro (s) elemento (s) do contexto. Vejamos alguns exemplos fabricados:

(8) *Marina me parece leal. Ela, pelo menos, demonstra o ser.*

(9) *Estarei de férias no Nordeste. Lá aproveitarei também para manter alguns contatos profissionais.*

É importante observar que o elemento anafórico pode fazer referência a todo o enunciado precedente, como em (8) pelo demonstrativo “o”.

A substituição é o recurso coesivo que se resume a colocar um item no lugar de outro. É comum a substituição ser feita por nomes genéricos (hiperônimos) ou por pronomes, numerais ou indefinidos, como nos exemplos a seguir (todos fabricados):

(10) Aquela *gente* toda parece não perceber a gravidade do fato. (hiperônimo)

(11) *Muitos* conseguirão vagas. No entanto, só *os primeiros* estarão assistidos por benefícios vários. (numeral)

(12) *Assim que o líder parou de ouvir a palestra e se retirou*, todos fizeram o mesmo.

É comum a substituição de uma ou mais orações por um item, como no exemplo (12). Além de “o mesmo”, funcionam como substituições as palavras “respectivamente”, “também”, “sim” e “não”.

Já a elipse fundamenta-se na omissão de um item lexical que não se perde, por ser recuperado pelo contexto. É interessante observar que há elipse de nomes, verbos e até mesmo de orações, conforme atestam os exemplos criados a seguir:

(13) Esta viagem foi a \emptyset mais empolgante.

(14) Meu colega leu aventura, e eu, \emptyset ficção.

(15) Nenhum participante completou a prova? Não, \emptyset .

Fávero & Koch (2002, p.41) ponderam que estes três elementos coesivos, isto é, a referência, a substituição e a elipse são, em certa medida, semelhantes. A substituição, por exemplo, pode ser considerada um tipo dentro da referência, enquanto a elipse pode ser

interpretada como uma substituição por zero. As autoras acreditam que, entre a referência e a substituição, há uma diferença quanto à relação: a substituição ocorre numa relação mais gramatical, enquanto a referência está mais no plano semântico (do significado).

A conjunção ou a chamada conexão de Halliday estabelece-se como tal nas relações entre as orações do período e entre os períodos de um parágrafo. Os elementos conjuntivos são representados pelos advérbios e locuções adverbiais e pelas conjunções coordenativas e subordinativas. Também podem aparecer sob a forma de locuções conjuntivas, preposições e locuções prepositivas e pelos itens que expressam continuidade como “daí”, “então”, “a seguir”, etc. Vejamos os exemplos que se seguem:

(16) *Quando* eu era criança, pensava *que* a água *que* bebia e *que* me lavava fosse gratuita. (Carlos Heitor Cony, O direito do contra, FSP, 27/02/05)

(17) Se o Congresso expressa o que somos, *então* – ao contrário do que dizem Lula e Duda – o pior de nós também é ser brasileiro. (Nelson Motta, Ninguém merece?, FSP, 18/02/05)

Por fim, a coesão lexical ocorre pela reiteração de itens lexicais idênticos, pelos sinônimos e pelo emprego de nomes gerais. Esses nomes gerais se situam no limite entre a coesão lexical e a gramatical. Observemos um exemplo:

(18) Depois de duas horas de discussão, resolveram negociar todas as parcelas pertencentes à dívida e ajustar o que estivesse por saldar. *O negócio*, embora não parecesse, transcorria calmamente... (exemplo fabricado)

Devemos atentar para o fato de que determinante + nome genérico funciona como um elemento anafórico. A reiteração tem seu valor garantido, uma vez que traz ao enunciado um dado a mais. Confere ao enunciado um sentido novo e garante, também, a instrução para se entender melhor o item lexical.

Um outro fator de coesão lexical é a colocação. Ela é a responsável pela progressão do texto sem, contudo, ignorar o tema, ou seja, o texto progride, mas mantém o seu teor

temático. É comum o referente receber novas caracterizações. São informações inéditas que conduzem a se fazer a leitura de uma determinada maneira. Exemplos:

(19) (...). Usando uma linguagem franca e direta, Roberto Rodrigues afirmou: “Se tudo continuar como está, vamos perder competitividade, e o processo de avanço das exportações terá uma séria reversão”. Repete veementemente *Roberto Rodrigues, um homem experiente e profundo conhecedor dos assuntos agrícolas*. (Antônio Ermírio de Moraes, Plano Agrícola e o futuro da nação, FSP, 27 de Fevereiro de 2005, exemplo adaptado).

Quanto à coerência, já se pode antever que, numa concepção sociocognitiva, já não há mais lugar para se postular uma coerência arraigada ao texto. Na verdade, desde que se percebeu que o sentido depende de inúmeros fatores como o lingüístico, o cognitivo, o sociocultural e o interacional, pensou-se na real relação entre texto e coerência. Essa nova reflexão nasce à luz dos chamados “critérios de textualidade”. Para Koch & Travaglia (1989 apud BENTES, 2004, p.257), textualidade tem a seguinte definição:

A textualidade ou a textura é aquilo que faz de uma seqüência lingüística um texto e não um amontoado aleatório de palavras. A seqüência é percebida como texto quando aquele que a recebe é capaz de percebê-la como uma unidade significativa global.

Essa seqüência lingüística, feitas as conexões, vai adquirindo forma à medida que o texto se desenvolve e se manifesta como uma unidade de significado para os envolvidos na comunicação verbal. As conexões são os recursos coesivos que, em grande escala, corroboram para os dois grandes movimentos do texto: o de retrospecção e o de prospecção. Não se pode, portanto, desmembrar radicalmente coesão e coerência, já que na

busca pelo sentido, faz-se necessária a investigação dos recursos coesivos presentes no texto. São eles que, por sua vez, são determinantes (num dado momento, mas nem sempre) para a produção dos sentidos e, conseqüentemente para a construção da coerência.

Por outro lado, devemos entender que a coesão não é imprescindível à coerência, visto que esta não “está” no texto e sim sendo construída a partir dele, numa dada interação e numa dinamicidade que lhe permite transitar pelos dois movimentos do texto. A propósito, vale lembrar que muitos pesquisadores começaram a defender a existência de uma coerência construída por meio dos processos cognitivos funcionando na mente das pessoas, provenientes do texto e seu contexto, independentes de elementos coesivos presentes ou não (KOCH, 2004b, parte I, p.46). Na década de setenta, as gramáticas de texto já sofreram uma revisão por se entender que as seqüências frasais não poderiam ser classificadas como coerentes ou não, somente por fatores internos. Havia também em jogo fatores externos como a situação, na qual os enunciados eram construídos, e a recepção por parte do interlocutor no momento de dar a eles um sentido.

Charolles (apud BENTES, 2004, p.258), na década de 80, retoma a questão da coerência e a coloca, em relação ao texto, como sendo um “princípio de interpretabilidade”. Em outras palavras, isso quer dizer que, em princípio, qualquer texto seria aceitável. Evidentemente, o texto se torna incoerente e até mesmo inaceitável, caso o produtor não saiba adaptá-lo ao contexto de situação e não tenha sempre em mente os objetivos, o alvo da comunicação (destinatário), as questões socioculturais envolvidas, o recurso lingüístico disponível, etc. (KOCH & TRAVAGLIA, 1990 apud BENTES, 2004, p. 258). O que entendemos como categórico, ao se levantar questões sobre coerência, é que emitir um parecer sobre um determinado texto vai muito além de uma exata decodificação dos elementos lingüísticos. Determinar a incoerência ou a coerência de um texto implica ativar uma série de fatores sobre os quais estão depositados os itens necessários à interpretabilidade. Dentre eles, podemos elencar a situação comunicativa compreendida como o contexto imediato da interação ou, num sentido mais amplo, como o contexto sociopolítico-cultural (KOCH & TRAVAGLIA, 1990 apud BENTES, 2004, p. 261). Da mesma forma, fatores como conhecimento prévio, papel social desempenhado pelo leitor, o emprego das inferências e o conhecimento partilhado também são aspectos decisivos para se chegar à compreensão de um texto.

Parece ser de todo aceitável que a compreensão do conteúdo de um texto dá-se partindo-se sempre do conhecimento já adquirido (KLEIMAN, 1989, p.13). O leitor dá entrada no texto provido de diversos conhecimentos. Por isso, no dizer de Kleiman, a leitura é um fenômeno interacional, ou seja, ao acionar diversos conhecimentos que se fundem, a interação entre eles passa a ser constante e ininterrupta. Logo, torna-se indiscutível, segundo a autora, a utilização do conhecimento prévio. Sem ele o leitor seguramente não chega a construir uma compreensão que leve ao sentido do texto.

O conhecimento prévio possui, entre outros elementos, o conhecimento lingüístico e o conhecimento textual, os quais, juntos, ajudam na estruturação do conhecimento de mundo. O conhecimento lingüístico faz com que o usuário da língua entenda o léxico de que dispõe. Assim, entram neste conhecimento fatores como a pronúncia de palavras, o entendimento do vocabulário e a obediência às regras gramaticais. Pode-se dizer que é o uso da língua efetivamente. Já o conhecimento textual encerra-se no conjunto de noções e conceitos sobre o texto. Para se enriquecer de conhecimento textual, o leitor deve ter contato com um número considerável de textos. Quanto mais contato com diferentes tipos de textos, mais conhecimento textual será obtido. As formas de discurso também estão presentes no conhecimento textual e levam o leitor a perceber o sujeito do discurso no momento da leitura. O conhecimento textual igualmente permite que se reconheça uma estrutura narrativa a ponto de diferenciá-la de uma exposição ou de uma descrição, por exemplo. Cada tipo de texto possui peculiaridades que o diferencia dos demais. Na narração existem elementos que são essenciais para se compreender a seqüência dos fatos. Entram em jogo elementos como personagem, tempo, espaço e conflito. Já no texto expositivo, o conjunto das idéias sobre um determinado tema é que se torna preponderante. Quanto à descrição, observa-se que a preocupação do autor é com a carga de informação. Seja a descrição referente a um objeto, seja a uma paisagem, seja a uma figura humana, o importante é o valor de informação que se consegue transmitir. Tornam-se indispensáveis, portanto, o detalhe, o poder de seletividade na busca da melhor palavra e o talento de transmitir uma visualidade palpável.

Evidentemente, não se pode restringir o conhecimento prévio a esses dois fatores (quais sejam, o conhecimento lingüístico e o conhecimento textual). Há de se pensar que o conhecimento prévio nasce tanto do conhecimento espontâneo (proveniente das atividades

informais do dia-a-dia) como do conhecimento científico (conhecimento sistematizado). Por conseguinte, algumas ações que realizamos normalmente no convívio social, pela observação, pelo ato de imitar e pela própria interação, também vão sedimentando nosso conhecimento de mundo. Não nos é desconhecido que, todo o tempo, o conceito científico tece relação com seu objeto pela mediação estabelecida por outro conceito. É exatamente este último conceito que servirá como suporte básico para se alcançar um novo conhecimento da cadeia de conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Por esse viés, entende-se a inter-relação entre conhecimento científico e conhecimento espontâneo. O conhecimento sistematizado lança mão das práticas diárias e sociais (conhecimento espontâneo) para adquirir vigência e possibilidades de concretização na consciência humana. Pela direção oposta, o conhecimento espontâneo, resguardada sua característica eminentemente de prática social e imediata, toma para si a ordem e o método do conhecimento científico.

Um exemplo pertinente ao conhecimento que provém informalmente de nossas ações diárias em sociedade é o do esquema. Na visão de Kleiman (1989, p.22), o esquema é o conhecimento estruturado e parcial (por abranger somente o previsível e o indispensável às situações) sobre assuntos e situações características do cotidiano de uma dada cultura. Segundo Marcuschi (1999, p.97), os esquemas organizam as seqüências de acontecimentos nas quais estão presentes elementos como personagem, ação, solução e conclusão. É interessante observar que o esquema permite ao autor selecionar, dentro de seu repertório, os itens lexicais que julga necessários à compreensão, por parte do interlocutor. Esse processo, comumente chamado Princípio de Economia, estabelece uma pré-relação entre autor e leitor. Aquele pressupõe que este consegue inferir com base nos conhecimentos (inter)textuais, contextuais, situacionais e lingüísticos. Portanto, o autor do texto prevê que o sentido é recuperado pelo leitor não só pelos dados explícitos mas, sobretudo, pelas inferências resgatadas no texto.

Nesse ponto, há uma questão levantada por Marcuschi (1999, p.105) que diz respeito ao tipo mais freqüente de inferência. O autor defende a idéia de que o tipo de inferência mais encontrado, entre os leitores, é aquele baseado nos conhecimentos pessoais, nas crenças e ideologias dos indivíduos. Tomamos para essa pesquisa o entendimento de que inferência é a informação que não está implícita no texto e que deve ser recuperada.

Ainda sobre o esquema, convém não esquecer que ele possui, em seu interior, elementos (componentes ou variáveis) que são estreitamente compartilhados pelas pessoas envolvidas (autor-leitor, locutor-interlocutor). Esses componentes são unidades chamadas “frames” ou molduras. Os conhecimentos armazenam-se na memória por essas unidades chamadas “frames” (MINSKY, 1975 apud MARCUSCHI, 1999). Embora seja complexa e, às vezes, inexata a fronteira entre esquemas e “frames”, julga-se que estes entrariam na composição das unidades maiores e globais (os esquemas), responsáveis pelos eventos dispostos sempre em seqüências ordenadas, ligadas por um espaço, um tempo e uma causa. Dessa forma, o “frame” estaria na função de determinar que elementos entrariam numa determinada situação. Ir a uma cerimônia de casamento (o evento), por exemplo, ativaria na memória uma série de elementos: noivo, noiva, igreja, padrinhos, padre. Estes elementos, isolados, são conceitos, mas, integrados, constituem um “frame” sobre cerimônia de casamento.

Dessa exposição, podemos crer que o conhecimento individual, ao ativar esquemas, frames, roteiros (aspectos ideológicos e comportamentais) e cenários (macro-estruturas), determina em grande medida o sentido de um texto. Ainda que o texto tenha voz e permita um determinado número de leituras (inferências autorizadas), o leitor competente é considerado um sujeito ativo, que dialoga com os dados da leitura, numa posição de reflexão crítica. Não há dúvida, portanto, de que o conhecimento prévio é fator indispensável para se chegar à compreensão.

Quanto ao significado de texto, tomamos para este trabalho o postulado de Marcuschi (1999, p.99). Segundo o autor, texto é uma unidade lingüística numa ocorrência comunicativa. Isso significa afirmar que o texto não se basta numa seqüência de sentenças coesas e coerentes. Mais que isso, o texto cinge-se na intermediação entre o autor e o leitor. Ainda sobre o conhecimento prévio, é bom lembrarmos que seu uso, sem o confronto ativo com o texto, pode determinar inferências que levam a uma compreensão equivocada. Portanto, sempre resolver falhas de compreensão via conhecimento prévio, sem influências compartilhadas entre leitor-texto-autor, passa a ser um risco iminente de distanciar-se do próprio sentido do texto.

Devemos ter em mente que o conhecimento prévio, segundo Kleiman (2001, p.56), reestrutura-se à proporção que o texto vai fornecendo pistas. São elas as responsáveis pelo fornecimento de novos dados para o leitor. O conhecimento prévio torna-se válido na

medida em que contribui para o leitor rever suas aquisições de mundo e as negociar com as informações (implícitas e explícitas), no momento do exercício de leitura. Pensamos, também, que o contexto de situação determina, substancialmente, o rumo a ser tomado no exercício de leitura. Não devemos esquecer, ainda, que a atitude do leitor diante de um texto está na sua dependência direta de ser psicossocial, situado social, histórica e ideologicamente. Assim, o lugar ocupado por um indivíduo em sua profissão, por exemplo, estabelece o modo de leitura. Logo, tem-se como certo que um mesmo texto pode abarcar diferentes leituras com base nas diversas posições subjetivas ocupadas pelos mais variados tipos de leitores. Nesse sentido, uma mesma produção textual deverá ser lida de maneira diferente, se pensarmos que o leitor poderá ser um crítico literário, um jornalista esportivo ou um físico, por exemplo.

O fato de termos essa concepção nova de coerência, construída à proporção que todos esses fatores, entre outros aqui colocados, entram em cena, remete à idéia de coerência situada. Por isso entendemos que a busca incessante pelo sentido se dá no e pelo texto e seu contexto de produção. Por esse raciocínio, entendemos que um referente só é recuperado no jogo contínuo de operações efetuadas pelos sujeitos, no e durante o desenrolar do discurso. É preciso, pois, alicerçamos essa idéia na máxima de que todo o texto tem origem num processo que abrange um conjunto de fatos, circunstâncias e fatores vários, unidos na interação e construção sociocognitiva do conhecimento.

É bom que tomemos, também, a definição de cognição. Primeiramente, convém que firmemos como ponto indiscutível a idéia de que, numa abordagem interacionista, a linguagem é tida como uma ação compartilhada. Havemos de pensar, do mesmo modo, que os processos cognitivos não estão antecipadamente prontos e finalisticamente irreparáveis, tampouco independentes dos significados transmitidos pela linguagem na vida social. Isso quer dizer que as ações são tidas, mantidas e sofrem reparos pelas finalidades sociais, pelas posições subjetivas assumidas num universo social, histórico e cultural. Como bem atesta Koch (2004b, parte I, p.32):

Cognição, aqui, define-se como um conjunto de várias formas de conhecimento, não totalizado por linguagem, mas de sua responsabilidade: os processos cognitivos dependentes, como linguagem da significação, não são tomados como comportamentos previsíveis ou aprioristicamente concebidos, à margem das rotinas significativas da vida em sociedade. O tipo de relação que se estabelece entre linguagem e cognição é estreito, interno, de mútua constitutividade, na medida em que supõe que não há possibilidades integrais de pensamento ou domínios cognitivos fora da linguagem, nem possibilidades de linguagem fora de processos interativos humanos.

Feitas essas considerações a respeito de conceitos e concepções acerca do texto, de sua construção, produção (realização), funcionamento e recepção, faz-se necessário explicitar os sistemas de conhecimento para a efetivação do processamento textual. Como postulam Heinemann & Viehwerger (1991 apud KOCH, 2004b parte I, p.22), o processamento textual apóia-se em quatro sistemas de conhecimento: o lingüístico, o enciclopédico, o interacional e o relacionado a modelos textuais globais.

O conhecimento lingüístico, já mencionado nesse estudo, abrange o gramatical e o lexical. Relaciona-se com o posto na superfície textual e caracteriza-se pelo poder organizador dos elementos lingüísticos. Basta que pensemos, por exemplo, nos processos referenciais, no emprego proposital de elementos coesivos ou na seleção lexical.

O conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo diz respeito ao conhecimento retido na memória. Ele é armazenado sob a forma de conhecimento declarativo, que se constitui de informações estáveis sobre as coisas do mundo (como a fórmula das água H_2O , o Brasil situa-se na América Latina e etc.). Mas também se apresenta sob a forma de conhecimento episódico, que se constitui da experiência e das vivências pessoais que, a seu turno, formam os modelos cognitivos.

O conhecimento sociointeracional representa as ações verbais realizadas na interação por meio da linguagem. Aqui entram outros conhecimentos: do tipo ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural.

O conhecimento ilocucional dá entendimento dos objetivos a serem alcançados pelo falante no momento da interação. São os conhecimentos sobre tipos de atos de fala (dentro dos modelos comunicativos). Buscam-se sempre, nos modelos comunicativos, as conexões

entre texto e seu contexto comunicativo-situacional, focando, porém, o texto como ponto de partida (KOCH, 2004b, parte I, p.13).

O conhecimento comunicacional refere-se às normas gerais da comunicação humana, como as máximas descritas por Grice (1975); ao número de informação indispensável para que o interlocutor possa fazer a reconstrução do (s) objetivo (s) do produtor do texto; à seleção do material lingüístico apropriado a uma determinada situação de interação. Este conhecimento inclui a adaptação dos textos disponíveis, às situações comunicativas (KOCH, 2002, p.49). Podemos, resumidamente, explicitar as máximas de Grice enumerando-as pelas seguintes categorias:

- Categoria da quantidade (não faça a contribuição da informação mais informativa do que é requerido);
- Categoria da qualidade (trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira, digna de evidência adequada);
- Categoria da relação (seja relevante, fale o que foi pedido);
- Categoria do modo (seja claro, sem expressão obscura ou ambigüidades, por exemplo).

O conhecimento metacomunicativo autoriza àquele que produz o texto a evitar interferências negativas à comunicação. Para tanto, utiliza-se de apoios textuais. De acordo com Koch (2002, p.49), trata-se do conhecimento acerca das várias formas de ações lingüísticas que preservam a compreensão dos textos e levam à adesão dos objetivos por parte do parceiro da comunicação. Por fim, o conhecimento superestrutural ou conhecimento sobre gêneros textuais dá acesso à identificação de textos que representam modelos para os diferentes acontecimentos que ocorrem no dia-a-dia da vida em sociedade.

Segundo os autores, os quatro sistemas de conhecimento aqui abordados relacionam-se, individualmente, a um tipo particular de conhecimento que dará suporte à efetivação propriamente dita de seus procedimentos. Dessa forma, cada um desses conhecimentos terá um conhecimento do tipo procedural para sua eficácia e atualização

durante o processo textual. Os autores explicam que este conhecimento procedural age como controlador dos demais sistemas de conhecimento. É ele que permitirá, por exemplo, que cada sistema de conhecimento se adapte às reais necessidades das pessoas envolvidas na interação e dê conta do reconhecimento da situação sociocultural que envolve os interactantes.

Há de se pensar que o processamento textual lança mão de estratégias, as quais são ativadas no momento de produção textual. Portanto, acreditamos que o processamento de informação é algo que ocorre on-line, numa espécie de contínua negociação, como bem confirma Koch (2002, p.50). Conforme a autora, o processamento de um texto se dá via estratégias de ordem cognitiva, sociointeracional e textual. Estratégia aqui entendida como “uma instrução global para cada escolha a ser feita no curso da ação”. Van Dijk & Kintsch (1983 apud KOCH, 2002, p.50) acreditam que as estratégias fabricam hipóteses operacionais a respeito da estrutura e do significado do texto como um todo, ou considerando-se suas partes constitutivas. O processamento estratégico permite que os interlocutores tracem caminhos de interpretação em vários estágios, monitorados pela flexibilidade, pela eficiência na rapidez e pela capacidade de realização de cortes, saltos e retomadas durante a ação comunicativa. As estratégias textuais fornecem as adequadas escolhas textuais feitas no processo de interação, que visam, sobretudo, ao sentido que se quer dar no momento da interação. Por isso, entendemos que no processo referencial há uma complexidade bem maior do que se supunha na visão clássica e linear da anáfora, por exemplo. Por esta visão, a anáfora direta ocorria dentro de um processo único de reativação de referentes prévios. Ora, por tudo que se viu sobre processamento textual, a busca por um referente no texto requer uma análise centrada num processo inferencial de bastante complexidade.

Na visão de Marcuschi (2000b, p.3), “a anáfora constitui um sistema de relações semânticas, cognitivas e discursivas no universo textual e não um caso de relação entre duas entidades identificáveis pontualmente no texto”. Basta que pensemos em nosso modelos (estruturas complexas de conhecimentos que representam as experiências em sociedade), tão atualizáveis e incessantemente renováveis a cada vivência ou a cada leitura. Devemos acrescentar a isso que a análise estratégica não se vincula tão somente às

características textuais mas também se centra no usuário da língua e suas crenças, seus objetivos, suas convicções e conhecimentos de mundo.

As estratégias cognitivas, por sua vez, ratificam o entendimento de que o processamento textual e os processos referenciais não são mecanismos simples, lineares e pontuais. As estratégias cognitivas podem ser definidas como aquelas que englobam algum tipo de cálculo mental, como as inferências. Torna-se pertinente lembrar que o texto possui vazios, espaços lacunares, visto que a maioria dos dados que trazem os sentido estão implícitos (KOCH, 2002, p.30). Dessa forma, estabelecer hipóteses, reinterpretá-las após sucessivas leituras, ter propósitos claros e identificar marcas deixadas pelo produtor do texto são meios possíveis para se chegar ao preenchimento dos espaços lacunares.

Quanto às estratégias sociointeracionais, podemos identificá-las como aquelas que garantem o êxito da interação. São as responsáveis pelas, entre outros fatores, negociações, pela polidez e o bom senso, que levam a termo uma interação verbal.

3.2 A referenciação

3.2.1 A perspectiva sociocognitivo-interacionista

O rumo tomado pela Lingüística Textual percorreu, até chegar à tendência sociocognitivista-interacionista, um longo caminho. Passou pela análise transfrástica (da frase para o texto); pela construção de gramáticas textuais (competência textual do falante oriunda da gramática gerativa); pela concepção pragmático-discursiva e, finalmente, chegou ao processamento sociocognitivo-interacional de textos escritos e falados. Podemos verificar que, com as investigações em torno da cognição, o processamento do texto, quanto à produção e à compreensão torna-se, cada vez mais, objeto de atenção de estudiosos. Evidentemente a organização global do texto sempre se torna importante em qualquer análise. Porém, além da análise global, entram em evidência os estudos concernentes ao

viés sociocognitivista. E, dentro dele, tomam relevância, entre outros, aspectos como referenciação, inferenciação e conhecimento prévio.

Tomemos para essa investigação a posição de Koch (2004b, parte II, p.60), segundo a qual tanto a referenciação quanto a progressão referencial estão alicerçadas no movimento constante e ininterrupto de construção e reconstrução de objetos-de-discurso. Embora pareça evidente no estudo da referenciação, é bom que se reconheça exatamente esse termo como objeto-de-discurso e não objeto do mundo. Pela visão oriunda da Antigüidade (em torno de V/II a.C) cada objeto do pensamento possuía uma entidade no mundo com a qual mantinha uma correspondência direta (visão especular ou cartográfica). Como vimos, a idéia de representação norteou a história da língua por vários séculos. Assim, o significante só passa a existir no signo pela relação direta com aquilo que significa (CARDOSO, 2003, p.10). A Lingüística, a Psicologia e, muito antes, a Filosofia atravessaram longos períodos da história fixadas na visão especular das coisas do mundo. Para essa pesquisa, baseamos nos no princípio norteador dos estudos da linguagem e seus desdobramentos que coloca o mundo fora de uma pré-existência. A linguagem, como tal a concebemos pela visão sociocognitivista, não se esgota num mero processo de informação. Muito mais que isso, estabelece com a realidade um acordo de reconstrução do real. Para tanto, emprega-se uma forma que simboliza uma maneira peculiar de perceber a realidade. Esse jogo de percepção se dá sempre no e pelo contexto da situação vigente. Daí se admitir, sem hesitação, que o processo de referenciação reúne entidades nomeadas como objetos-de-discurso. Essas entidades, num dado momento, designam algo criado especialmente para uma situação discursiva. Pela visão de Marcuschi (2000a, p.2):

Todas as nossas atividades, sejam elas lingüísticas ou não, são sempre contextualizadas, históricas e interacionais e não dependem de representações abstratas ou impositivas diretas de um mundo a priori ou de um mundo explicitado objetivamente.

Nesse sentido, adotamos para este trabalho o termo referenciação, para designar a construção (não a representação extensional de referentes postos a priori no mundo) de atividades discursivas. Assim sugere Mondada (2005, p.26), ao se referir à referenciação:

(...) um deslocamento teórico da problemática da referência de um quadro estático abstrato, em que as formas lingüísticas são tratadas por si mesmas, tendo em vista sua correspondência ou não-correspondência com referentes extradiscursivos, para um quadro dinâmico, centrado em práticas de referenciação que implicam uma organização não apenas da fala, mas também do espaço e do contexto no qual ela se enuncia.

Sendo assim, nas atividades discursivas de referenciação, a interpretação de um elemento anafórico, nominal ou pronominal, não está em localizar um antecedente pontual. Muito mais que isso, a expressão anafórica será interpretada pela relação que manterá com alguma informação presente na memória discursiva. Mas como se define a memória discursiva? Pela visão defendida por Koch (2002, p.81), perfeitamente adotada nesta investigação, de que a discursivização diz respeito à reconstrução do real, estamos pensando em memória como sendo sempre uma memória compartilhada. Dessa forma, o discurso vai construindo passo a passo uma representação (a memória discursiva), tornada pública e situacionalmente “alimentada pelo próprio discurso”. Como aponta a autora, “os sucessivos estágios dessa representação” são responsáveis, em grande medida, pelas escolhas realizadas, entre um vasto repertório, à disposição dos interlocutores. Havemos de considerar que, em se tratando de seleções, referimo-nos também, às expressões referenciais. Assim sendo, no curso da progressão textual, o discurso configura-se por uma representação que lhe dá um corpo (pelo objeto-de-discurso), sujeito a modificações, transformações, recategorizações, em que tanto um quanto outro (discurso e objeto-de-discurso) se nutrem das condições histórico-culturais, sociais e do próprio processamento lingüístico. Acreditamos, pois, que a referência “nasce” e se desenvolve nas operações

realizadas pelos sujeitos, à proporção que a atividade discursiva ocorre (APOTHÉLOZ & REICHLER-BÉGUELIN, 1995 apud KOCH, 2004b, parte II, p.58). Assim sendo, entendemos que, no discurso, o elemento anafórico não estabelece uma relação neutra e estável. Como elucida Ilari (2001, p.108):

(...) a anáfora é um forte argumento para que, entre a linguagem e o mundo, queiramos situar uma interface que não é neutra, mas guarda as marcas cognitivas (culturais? psicológicas? sociais?) de nosso envolvimento com determinados grupos sociais (...).

Da mesma forma, não devemos abstrair deste estudo a tese defendida por Isidoro Blikstein (1995 apud KOCH, 2004b, parte II, p.51) quanto às questões relativas à significação e à linguagem. O autor sai em defesa da idéia de que a realidade a que nos referimos é oriunda de nossa percepção cultural. Nossas práticas sociais, permeadas pela cultura vigente, são regidas por uma rede de estereótipos culturais. São eles os responsáveis pelas nossas próprias percepções. A força na qual os estereótipos se apóiam provém da linguagem, estabelecendo, assim, uma corrente ininterrupta de interação entre práxis, percepção e linguagem. O que nos importa entender, na visão do autor, é que a percepção transforma a realidade em referente. Por essa via é que Blikstein interpreta a conhecida afirmativa de Saussure (1975): “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto...”. O ponto de vista mencionado por Saussure corresponde à percepção, enquanto o objeto se relaciona ao referente. Em vista de todas essas afirmações, Koch (2004b, parte II, p.53) coloca em evidência a seguinte questão: “Pois bem; se o referente é fabricado pela prática social, o que dizer da atividade sociocognitivo-discursiva de referenciação?” É essa uma das principais reflexões que vêm sendo empreendidas hoje no interior da Lingüística Textual.

O certo é que, pela visão sociocognitiva da linguagem tem-se uma nova concepção em torno dos processos mentais. Diferentemente das ciências cognitivas clássicas, nas

quais, taxativamente, cultura e sociedade, ou seja, o exterior, estariam desvinculadas dos fenômenos ocorridos na mente do indivíduo, outras ciências como a Antropologia, a Neurobiologia e a Linguística passaram a pôr em discussão a relação entre a mente e os fenômenos sociais. O que se averiguou em torno dos processos cognitivos é que muitos deles ocorrem na sociedade, não se configurando, portanto, como processos unicamente individuais. Por esta constatação, amplia-se significativamente a noção de como se operam os processos cognitivos. Não mais se verifica uma separação entre fenômenos sociais e mentais. Estes estão, efetivamente, minados por aspectos sociais, culturais e interacionais. Isso leva a se pensar que os processos cognitivos fincam-se em uma percepção do mundo levada pela mente e pelo corpo, como entidades únicas e indissociáveis. É o que aponta Koch (2004b, parte I, p.30):

Mente e corpo não são entidades estanques. Muitos autores vêm defendendo a posição de que a mente é um fenômeno essencialmente corporificado (embodied), que os aspectos motores e perceptuais e as formas de raciocínio abstrato são todos de natureza semelhante e profundamente inter-relacionados. Para autores como Varela, Thompson e Rosch (1992), nossa cognição é o resultado das nossas ações e das nossas capacidades sensório-motoras. Estes autores enfatizam a enação, ou seja, emergência e desenvolvimento dos conceitos nas atividades nas quais os organismos se engajam, como a forma pela qual eles fazem sentido do mundo que os rodeia.

A autora explica que as ações executadas pelos indivíduos não estão literalmente “na cabeça”, porquanto podem ser ações provenientes da interação de um sem-número de operações conjuntas e cooperativas entre si. É o que se constata normalmente em nossas rotinas postas socialmente, nas quais podemos observar desde a iniciativa de duas pessoas em desejarem conjuntamente preparar uma receita culinária, por exemplo, até a execução de um grande concerto musical, envolvendo vários indivíduos, pelo mesmo fim.

Se pensarmos ainda que nossas ações necessariamente passam pela linguagem que, por sua vez, participa do desenvolvimento cognitivo, interligando o sujeito ao mundo e aos processos intracognitivos, (dentre os quais, a própria linguagem), devemos, de certo, ampliar a noção da atividade lingüística. No dizer de Clark (1896 apud KOCH, 2004b, parte I, p.31) “a língua é um tipo de ação conjunta”. Isso significa afirmar que, pela visão interacional ou dialógica da linguagem, empregar a língua pressupõe fazer escolhas com finalidades sempre sociais. Daí se entender, por extensão, que o sentido não reside na palavra em si, mas na sua relação com um exterior que lhe dá acesso às implicações de um entorno histórico e sociocultural.

Esta forma de sociocognitivamente interagir com o mundo nos leva a outras discussões, da maior relevância, tais como a existência de categorias e os processos de estabilização. Abordar a questão das categorias torna imperioso que retornemos à visão primeira que move este trabalho, na qual a referenciação surge sempre de uma representação de entidades nascidas no e pelo discurso. Isso nos leva, forçosamente, a uma certa cautela quanto a tomadas de posição que conduzem a estabilizações e constitutividades solidificadas do uso da língua.

Já mencionamos nessa investigação a visão cartográfica do mundo, segundo a qual há uma correspondência exata entre as palavras e as coisas. Conforme Mondada e Dubois (2003, p.19), há nessa concepção de referir o mundo a tentativa utópica da constituição harmônica de uma língua perfeita, adequadamente posta no mundo pré-concebido. Assumiremos, porém, segundo a corrente conceptual referida nesse trabalho, o questionamento em torno da construção do mundo e suas visões, e acerca do discurso e as categorias que se manifestam a partir dele. Atesta-se, assim, a postulação de Mondada e Dubois (op. cit, p.20):

Em resumo, passando da referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Essa abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito “encarnado”, mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas

atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso. (grifo nosso)

Não se pretende, pois, tratar de entidades cognitivas abstratas, tampouco circunscritas *a priori*. Portanto, significa não se perceber um sujeito ideal, racional, abstratamente situado no individual, e sim co-participante pela intersubjetividade de construção de versões públicas do mundo, num universo de objetos sociocognitivos e discursivos. Assim, são os sujeitos situados que discretizam o mundo e a língua, num processo contínuo de produção de sentidos pela constituição de entidades sociais, suscetíveis de transformações. Logo, no que se refere às categorias, obviamente as consideraremos como entidades geralmente instáveis e flexíveis. Essa instabilidade se deve, inerentemente, quer em relação aos objetos-de-discurso, quer em relação às práticas, aos recursos lingüísticos, discursivos e cognitivos que permeiam as negociações intersubjetivas, no processo de referenciação. Mondada e Dubois (2003, p.22) acreditam que as categorias mudam tanto no discurso comum quanto no científico. Segundo as autoras, “elas são múltiplas e inconstantes; são controversas antes de serem fixadas normativa ou historicamente”.

As categorizações sociais são incontavelmente variáveis e permitem um sem-número de identificações possíveis. No curso da História, por exemplo, diacronicamente, um estadista pode ser considerado um herói e, na mesma medida, estar numa posição questionável quanto aos seus atributos políticos e éticos. Isso vem ao encontro do postulado por Harvey Sacks (1972, 1992 apud CAVALCANTE, 2003, p.23) em relação às categorizações. Conforme o autor, as categorias são selecionadas a partir de “um problema de decisão de dependência que se coloca para os atores sociais, e como eles o resolvem selecionando uma categoria em vez de outra dentro de um contexto dado”. Portanto, significa afirmar que a questão não está em avaliar se uma categoria foi bem atribuída ou não e sim, em descrever os processos sociocognitivos e lingüísticos que levaram a uma decisão e não à outra. Em conformidade a esta idéia, podemos deduzir que os sistemas cognitivos humanos adaptam-se à construção de categorias flexíveis. Elas se formam, assim, muito mais pelos pontos de vista sobre as diferentes versões do mundo do que por

esta ou aquela caracterização material do mundo. Na verdade, consideramos que normalmente o que parece estável como ponto de referência, para uma categoria, pode ser “deategorizado” pela instabilidade própria de uma evolução dada, com base em uma modificação no contexto ou no ponto de vista. Atentemos para o fato de que não podemos desmembrar do contexto ou do ponto de vista os fatores históricos, sociais e os culturalmente ancorados. Assim sendo, não nos parece estranho o exemplo extraído de Mondada & Dubois (2003, p.27), no qual se lê que a cenoura passa, de raiz ou legume, a ser considerada fruta, desde 1991, pela Comunidade Européia. A transformação que levou a cenoura à categoria de fruta tem relação com a definição categorial legal ou jurídica sobre a composição da compota: conserva açucarada de frutas. A partir desta decisão, Portugal pôde exportar sua compota de cenoura. O interessante é observar que isso ocorreu mesmo que para o conhecimento científico a cenoura ainda permaneça como sendo uma raiz e, para as práticas alimentares, esteja na condição de legume (PELT, 1994 apud MONDADA & DUBOIS, 2003, p.27).

Os objetos naturais são, por assim dizer, instáveis e sujeitos a mudanças por critérios administrativos ou políticos. Já na ciência, o que se observam são categorizações oriundas de desestabilizações por controvérsias que levam ao surgimento de múltiplas possibilidades. Dentre elas, porém, emerge uma que se manterá nos eixos paradigmático e normativo. Isso se dá até surgirem novas controvérsias científicas que fazem surgir outras tantas possibilidades de categorizações, e assim sucessivamente. Por isso, entendemos que as categorias não são dadas, portanto não são únicas, generalizadas e, muito menos estáticas. As categorias são, de fato, o resultado de decisões públicas, através das quais elas se configuram como sendo instáveis, variáveis e altamente flexíveis. Por consequência, não se pode ocultar o caráter provisório, que confere à categoria o estado permanente de se ligar a um contexto e às práticas sociocognitivas e interacionais dos sujeitos. Vejamos o que afirma Mondada (1994 apud MONDADA & DUBOIS, 2003, p.33):

Uma categoria lexical impõe um ponto de vista, um domínio semântico de referência, a concorrer com outras categorias sugeridas, e produzindo sentido a partir do contraste com as precedentes. O discurso aponta explicitamente para a

não-correspondência entre as palavras e as coisas, e a referenciação emerge da exibição desta distância, da demonstração da inadequação das categorias lexicais disponíveis – a melhor adequação sendo construída por meio de sua transformação discursiva. Nós interpretamos essas supressões como indicadores de um processo de ajustamento das palavras que não se faz diretamente em relação ao referente dentro do mundo, mas no quadro contextual, a fim de construir o objeto de discurso ao curso do próprio processo de referenciação.

Por outro lado, não nos parece possível que desconsideremos os processos de estabilização por meio de protótipos e estereótipos, lexicalizações e anáfora. Os protótipos, segundo Rosch (1978 apud MONDADA & DUBOIS, 2003, p.41) caracterizam-se pelo aspecto dinâmico. O autor acrescenta que seria mais adequado se pensar em julgamentos do grau de prototipicidade. O senão que se coloca, neste caso, são os princípios de categorização ligados aos protótipos, como a economia cognitiva e as restrições perceptuais. Esses princípios podem deslocar os protótipos para uma caracterização estabilizada; perdendo, pois, seu perfil dinâmico e plástico. Os protótipos estariam na condição subjetiva de construção cognitiva de invariantes psicológicas sobre o mundo. Neste caso, parece-nos que, de um modo geral, os protótipos tornam-se construções estáveis pelo teor psicológico (individual) e pelo seu afastamento contextual. Já o estereótipo pode ser explicado como um “protótipo compartilhado que evolui para uma representação coletiva”, pelo uso da língua (MONDADA & DUBOIS, 2003, p.42). Acreditamos, porém, tal como postulam as autoras (op. cit., p. 42), que se torna temerosa a abordagem de estabilizações por protótipos e/ou estereótipos por comprometer a instabilidade categorial a que nos referimos. As considerações de Rosch parecem levar a língua ao plano cartográfico da nomenclatura direta e convencional dos nomes (rótulos).

Em se tratando de lexicalizações, são muitos os lingüistas que pontuam a estabilização das palavras em significados, numa comunidade lingüística. Não se trata, no entanto, de se apontar valores de verdade, mas de se verificar a “codificação social dos modos de falar e de representar o mundo” (DUBOIS, RESCHE-RIGON, 1993 apud MONDADA & DUBOIS, 2003, p.43).

Quanto à anáfora, de certa forma, cremos que ela estabelece uma estabilização. Ao conduzir o discurso em uma direção e não em outra, a anáfora traduz uma escolha, entre tantas possibilidades de referir o mundo. Atentemos, porém, para a chance de se renunciar a um termo, pela prevalência de um outro, próprio daquele contexto, que surge do fluxo contínuo de processos cognitivos e interacionais, construídos no e pelo discurso. Na verdade, os ajustes que se vão formando no desenvolvimento textual reforçam a idéia de que as categorias não são precisas, tampouco estáveis, portanto são passíveis de modificações, de críticas e até abandonos, em nome da dependência contextual a que se submetem.

Obviamente, não poderíamos esquecer a materialidade das categorias cognitivas e lingüísticas por meio da escrita, da imprensa e também da imagem. Godoy (1977 apud MONDADA & DUBOIS, 2003, p.46) destacou o fato de a escrita “domesticar o espírito”. A escrita cria, de forma organizada, a possibilidade de memorização, armazenamento e recuperação de dados a serem trabalhados na esfera cognitiva. Da mesma forma, com o advento da imprensa, foi possível se chegar à ordem e organização das formas gramaticais. Surgiram, assim, no período pós-renascentista, as gramáticas e dicionários de todas as línguas existentes no mundo, cuja base greco-latina ensejava uma padronização.

O que segue, à frente de todas essas questões, é a perspectiva sociocognitivo-interacionista do discurso, através da qual os processos de referenciação constroem objetos-de-discurso pela visão pública e negociável das coisas do mundo. Portanto, a referenciação se manifesta como atividade discursiva, na qual realidade e língua são o resultado das práticas lingüísticas e cognitivas, situadas social e culturalmente.

Acreditamos que a Lingüística Textual precisa se voltar para os novos desafios impostos pelas emergências da vida moderna. Sabe-se que, hoje, o conhecimento, multifacetado que é pela cultura, pela história e pelo próprio órgão gerador da constituição individual e social precisa se organizar via textos. Nenhum conhecimento se impõe sociocognitivamente senão por meio de textos. Neles estão contidas as formas de cognição social que se organizam, adquirem vigência, juntamente com o uso concreto do conhecimento, e se perpetuam. A Lingüística Textual, articulada com outras ciências, como a Sociologia, a Antropologia, a Ciência da computação, a Psicologia, precisa fazer emergir o dever da propagação do conhecimento e de todas as formas de inclusão social por meio

da interação e construção coletiva do saber. Não se concebe mais uma ciência em que o sujeito central não seja o ser humano e suas realizações plenas.

3.3 Classificação das anáforas

Muitos são os estudiosos que se dedicam ao estudo da anáfora e sua relação no universo textual. Para a análise do “corpus” deste trabalho, estaremos evidenciando alguns destes estudiosos. Convém esclarecermos que a base teórica, pela qual este trabalho se pautará, não estará fincada numa única linha teórica. Em vista das caracterizações e peculiaridades várias que se façam presentes ao longo da análise, uma e outra classificação de diferentes teóricos poderão se unir e até mesmo se complementar. Da mesma forma, pontos divergentes poderão ser identificados entre uma e outra classificação com base nos estudiosos elencados.

Embora não haja um consenso quanto à classificação das anáforas, para esta pesquisa abordaremos os seguintes tipos de anáforas: diretas, indiretas e encapsuladoras. O estudo fundamenta-se na noção primeira de que as expressões referenciais não se reduzem a promover a simples identificação de nexos da estrutura sintagmática do texto. Muito mais que isso, elas expressam relações envolvendo dimensões pragmático-discursivas. Para tanto, procede-se à leitura e estudo dos seguintes autores: Apothéloz (2003), Apothéloz e Chanet (2003), Bentes (2003), Cavalcante (2003, 2005), Conte (2003), Francis (2003), Koch (2002, 2003, 2004a, 2004b, 2005), Marcuschi (2000b, 2004, 2005) e Zamponi (2001, 2003).

As anáforas diretas correferenciais são expressões que retomam referentes previamente introduzidos, isto é, há uma relação de correferência entre a anáfora e seu antecedente. Porém, não devemos nos privar da consideração de que a anáfora está inserida num jogo de relações semânticas, cognitivas e discursivas (MARCUSCHI, 2000b, p.3). Logo, não se trata simplesmente de uma relação de identificação entre duas entidades reconhecidas no texto. Observemos o exemplo fabricado:

(20) *Paula* não sabia como expressar aquilo. *A coitadinha* passou a noite matutando um jeito.

Quanto à categoria de retomar, citada há pouco, convém que façamos algumas distinções em relação às outras duas, quais sejam, as de referir e de remeter. De acordo com Koch (2002, p.84), estabelece-se a seguinte relação entre essas três categorias: “A retomada implica remissão e referenciação, a remissão implica referenciação e não necessariamente retomada e a referenciação não implica remissão pontualizada nem retomada”.

A autora enfatiza a idéia de que a referenciação engloba todos os casos de progressão referencial. A pesquisadora entende que referir implica uma atividade de designar sem estabelecer relação especular entre língua e mundo. Esse postulado é perfeitamente adotado neste trabalho de pesquisa. Remeter (remissão) envolve sempre uma atividade indicial em relação ao co-texto do universo textual. O processamento indicial tem a ver com a recuperação de informações de (s) parte (s) do texto. A remissão sempre diz respeito a uma relação em que aspectos semânticos, cognitivos, associativos, pragmáticos, entre outros, estão em jogo. Entretanto, essas relações não são necessariamente correferenciais. Já a ação de retomar realiza uma atividade de reativação de um núcleo referencial. A retomada pode ser considerada uma atividade de remissão com identidade material (correferenciação) ou não. Finalmente é bom que tenhamos em conta a clareza de que a progressão de um texto não se dá numa “continuidade progressiva linear” (KOCH, 2002, p.84). O que se afirma é a não possibilidade de haver, literalmente, um somatório de elementos novos justapostos a outros anteriormente colocados. Definitivamente, o texto não é construído pela soma das partes as quais estabelecem um caminho como que sem volta. Assim postula Koch (2002, p.85):

O processamento textual se dá numa oscilação entre vários movimentos; um para frente (projetivo) e outro para trás (retrospectivo), representáveis parcialmente pela catáfora e anáfora. Além disso, há movimentos abruptos, há fusões, alusões, etc. Em sentido estrito pode-se dizer que a progressão textual se dá com base no já dito, no que será dito e no que é sugerido, que se co-determinam progressivamente. Essa co-determinação progressiva estabelece as condições da

textualização que, em conseqüência, vão se alterando progressivamente. Assim, muito do que ainda era possível em certo ponto x do texto já não é mais possível num ponto $x+1$. Por exemplo, inferências tidas como hipóteses possíveis no ponto x já não o são no ponto $x+1$ e assim por diante. A progressão textual renova as condições da textualização e a conseqüente produção de sentido. Portanto, o texto é um universo de relações seqüenciadas, mas não lineares.

Tomadas essas considerações, retornemos à classificação das anáforas. As anáforas correferenciais, com retomada de antecedentes textuais por meio de formas nominais, ocorrem pela repetição do antecedente, pelo uso de sinônimos ou parassinônimos (quase sinônimos). Podem ainda aparecer pelo emprego de hiperônimos, nomes genéricos e descrições nominais. As duas primeiras ocorrências são os casos das anáforas diretas correferenciais sem recategorização. Já as três ocorrências citadas por último formam os casos de recategorização do antecedente textual. A recategorização pode ser entendida como uma requalificação do referente. Ela ocorre, dependendo da situação em que é empregada, em grau maior ou menor. Seu uso varia conforme o objetivo a ser alcançado. Muitas vezes, a recategorização passa a ser uma forma de esclarecer um termo com vistas a atualizar os conhecimentos do interlocutor. Examinando exemplos relativos à língua falada, parece-nos que as recategorizações são, de fato, escolhas lexicais originárias principalmente da variedade regional ou social dos interlocutores. Não podemos esquecer, porém, que, dentro do vasto repertório oferecido a um falante, os itens lexicais selecionados por ele serão sempre determinados por um querer-dizer, ou seja, por uma intencionalidade, seja consciente ou não.

3.3.1 Anáfora correferencial por repetição

A anáfora, neste caso, repete, literalmente, o núcleo do antecedente, de forma total ou parcial. Vejamos o exemplo ilustrativo de anáfora com retomada total, extraído de receita culinária:

(21) Ingredientes – massa : 1 ½ copo americano de açúcar

.....

Modo de fazer

Bata o açúcar, ...

Cavalcante (2003, p.112) circunscreve as ocorrências de anáforas parciais dentro dos seguintes casos: repetições precedidas de um quantificador ou repetições precedidas de um adjetivo. Também, com frequência, o nome núcleo é substituído por razões estilísticas ou simplesmente pela economia lingüística. A razão dada pela autora para esta explicação refere-se à hipótese de se confundir este tipo de anáfora com as anáforas indiretas, por estas retratarem os casos de parte-todo, muito semelhantes aos de retomada parcial. Exemplos extraídos da proposta classificatória das anáforas, pela autora (ibidem, p.112):

a) por SN

(22) *Bifes* com molho de tomate

Ingredientes

¼ de xícara de óleo, *1kg de bifes* de vaca ou de vitela, cortados finos (...)

Modo de fazer

Numa frigideira de 25 ou 30cm de diâmetro, esquite o óleo em fogo forte e frite *poucos bifes* de cada vez, por 2 ou 3 minutos de cada lado ou até o ponto desejado (receita – Prottexto)

b) por indefinido ou por numeral

(23) *Dois litros de leite* atravessaram a rua e foram atropelados. *Um deles* morreu e *o outro* não, por quê? R: Porque um deles era Longa Vida.

Estavam *dois caminhões* voando. Até que um disse: - Peraí, caminhão não voa! *Um* caiu no chão mas *o outro* continuou voando, por quê? R: Porque era um caminhão pipa. (Piadas da Internet)

c) por adjetivo

(24) *Vereadores* renunciam ao mandato.

Após Lucílvio Girão (PL) renunciar ao mandato de vereador, na última quinta-feira, para assumir seu assento na Assembléia Legislativa, ontem foi a vez dos *demais vereadores* eleitos apresentarem suas cartas de demissão à Câmara Municipal de Fortaleza. *O último* a enviar o documento foi o Jaziel Pereira (PHS). (notícia – Jornal Diário do Nordeste)

3.3.2 Anáfora correferencial por sinonímia ou parassinonímia

Predominantemente, a escolha do item lexical a ser empregado é feita de acordo com o gênero textual e com a variedade de língua utilizada. Isso significa dizer que a seleção lexical que produz a remissão obedece às exigências situacionais provocadas pelas circunstâncias específicas deste ou daquele gênero em questão. Não se pode descartar também a possibilidade de o produtor recorrer a uma escolha lexical por questões de estilo. Tomemos o exemplo a seguir (KOCH, 2002, p.87):

(25)(...) A idéia dos pesquisadores é utilizar *essas informações* para o desenvolvimento de produtos biotecnológicos, (...). *Os dados* também servirão (...).

Koch (2004a, p.246) entende que as palavras ou expressões se encaixam no contexto pelo estreito laço de adequação que os une. Assim, num contexto jurídico, por exemplo, a palavra domicílio não poderia ser substituída pelas palavras lar, moradia ou casa, por serem estas próprias do gênero coloquial. Já num contexto em que o objetivo é compra e venda imobiliária, o termo que se adapta à situação é o hiperônimo imóvel. A autora ainda ratifica a relevância do contexto e do gênero, nos casos de sinonímia ou parassinonímia, trazendo à questão os exemplos facilmente observados no gênero divulgação científica. Neste gênero, é comum a retomada de um termo científico por um sinônimo mais comum, de domínio, digamos, popular. Este termo vai funcionar como anáfora definitória. Este caso pode ser visto em:

(26) (...) isso foi descoberto expondo os *arenques* a um cheiro de tubarão. A hipótese de que os gases são mesmo para se comunicar surgiu quando aumentou o número de *peixes* no tanque. (Ciência Maluca, Revista Superinteressante, Abril, 2004, p.22)

Como vimos, pode acontecer também que um termo anafórico aproxime-se de seu antecedente por um “quase sinônimo” (parassinônimo). Observemos o exemplo tomado de empréstimo e adaptado (Revista Época, Março, 2004, p.61):

(27) *A devoção* aos santos, assim, se espalha até mesmo entre os evangélicos, que em tese não reconhecem sua existência. *A veneração* aos santos muitas vezes se baseia nas características a eles atribuídas.

As anáforas por sinonímia ou parassinonímia beneficiam-se da variedade de língua empregada. Koch (op. cit., p.247) explica que numa conversação entre dois falantes que compartilham a mesma variedade regional, a seleção pelos itens lexicais do dialeto comum se torna uma escolha corrente.

3.3.3 Anáfora correferencial recategorizadora

A recategorização ocorre sempre que a retomada do antecedente se dá por hiperonímia / hiponímia, por termos genéricos e pelas descrições nominais definidas e indefinidas.

3.3.3.1 Por hiperonímia

A hiperonímia refere-se à retomada referencial em que há uma relação de traços lexicais entre o hipônimo e o hiperônimo. Este deve conter todos os traços lexicais do hipônimo. A seguir, tem-se um exemplo, no qual se evita uma referência genérica pela soma de um demonstrativo e um hiperônimo (KOCH, 2002, p.101):

(28) A antiga Estação Sorocabana, em São Paulo, foi transformada em uma das mais modernas salas de *concerto* do mundo. *Essa arte* vinha exigindo maior incentivo de parte das autoridades públicas.

Ainda dentro desta relação lexical de hiponímia e hiperonímia pode ocorrer a seqüência inversa, ou seja, o hiperônimo pode fazer as vezes do referente. Vejamos o exemplo (revista Superinteressante, Abril, 2004, p.21):

(29) A sobrevivência de algumas *espécies* animais na Terra é constantemente ameaçada. (...). *Mamíferos* que vivem só em pares ou possuem um harém muito pequeno correm mais risco de morrer do que aqueles que têm várias parceiras.

Nestes casos a anáfora recebe o nome de especificadora justamente por fornecer esclarecimento mais particular possível acerca do referente.

3.3.3.2 Por termos genéricos

Este tipo de retomada diz respeito ao processo anafórico que ocorre por meio de nomes de ordem genérica, tais como coisa, pessoa, criatura, fator, etc. Também a questão da variedade regional ou social pode interferir na escolha de um item lexical próprio de uma região ou até, mais especificadamente, de um contexto discursivo. Koch (2004a, p.251) explica que o uso desses termos genéricos é bastante comum na língua falada, mesmo entre falantes da norma culta. A autora elucida essa constatação se referindo ao fato de que as ações de planejar e verbalizar são praticamente simultâneas e a emergência própria do discurso oral tornaria a busca por um termo mais específico quase que impossível em muitas situações. Observemos o exemplo tomado de empréstimo da revista *Veja* (Maio, 2005, p.107):

(30) – Da Paz: Não tô acreditando no tamanho do *negócio* que estamos proporcionando. O *bagulho* é evolução mesmo. (...).

3.3.3.3 Por descrição nominal definida

No dizer de Cavalcante (2003, p.112), as expressões definidas podem acrescentar dados que especificam o referente ou introduzir informações relativas ao ponto de vista do

enunciador sobre este referente. Vejamos a expressão definida neste exemplo extraído da revista *Veja* (maio, 2004, p.107):

(31) *Xico Graziano, ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)*, não considera improvável que tenha sido estabelecida uma relação mais próxima entre o MST e o PCC.

Além dessas três ocorrências envolvendo recategorização, consideramos também o pronome demonstrativo “isso” como possibilidade de retomar recategorizando o referente. Nesse sentido, seguimos o postulado por Cavalcante (2003, p.111), quanto à espécie de recategorização realizada pelo pronome demonstrativo. A autora esclarece que não se trata de uma forma remissiva lexical mas de uma legítima forma remissiva gramatical. Em geral, os pronomes não trazem, em seu interior, caráter semântico; porém, o pronome neutro, ao ser empregado com valor pejorativo, estabelece uma recategorização explícita “pelas nuances de afetividade” que permitem “um novo contorno” ao referente. Tomemos de empréstimo o exemplo extraído de Cavalcante (2003, p.111):

(32) Largo dos Leões. – Então o Largo dos Leões é *isso*?... Essa porcaria!

- Mas você não queria tanto ver o Largo dos Leões? Aí está o Largo dos Leões.

- Não. Eu queria ver era o Laargo dos Le-õ-es! Um que eu ouvi falar muito.

- Pois é este! (...)

- Não é, papai ! O Largo dos Leões então é *isso*?!... (romance João Ternura, de Anibal Machado)

Quanto à co-significação, tomamos para este trabalho a noção adotada por Cavalcante (op. cit., p.110). Segundo a autora, haverá co-significação somente ao se empregarem repetições ou palavras sinônimas ou quase sinônimas. Também consideraremos que a recategorização lexical ocorrerá pela renomeação de uma forma lexical. Portanto, temos como validada a noção de que a correferencialidade é mais ampla que a co-significação, por abranger os casos co-significativos e os relativos às recategorizações.

Quanto à atividade de retomar, convém que se faça clara a idéia de que a retomada é uma atividade particular de remissão na qual não se subentende, necessariamente, uma identidade material (correferenciação). Entendemos que retomar pode abarcar também os casos de não-identificação material, como nas relações de associação (KOCH, 2002, p.84). As formas de retomada, em verdade, não designam simplesmente uma relação semântica, na qual antecedente e elemento anafórico se mantêm numa relação exata e calculável de identificação. Apothéloz (2003, p.57) acredita ser problemático limitar a noção de retomada ao campo semântico.

Em relação aos pronomes pessoais, decidimos por classificá-los como não-co-significativos e não-recategorizadores. Assim como Cavalcante (2003, p.111-112), entendemos que o pronome, por ser diferenciado das formas lexicais por seu teor presentemente gramatical, não poderá, como elemento anafórico, ser considerado co-significativo e, muito menos, recategorizador. Classificaremos, portanto, como anáforas não-co-significativas e não-recategorizadoras os pronomes pessoais do caso reto.

3.3.4 Anáfora não-correferencial

As anáforas indiretas ou não-correferenciais (doravante AI) são reconhecidas por duas características que as distinguem das correferenciais: (i) a não-correferencialidade e (ii) a introdução de um referente novo sob o modo do conhecido. Porém, a definição transparente e redutível das anáforas indiretas torna-se tarefa quase que impossível de se executar, visto que a não-correferencialidade surge num universo fenomenológico em que estão em jogo relações associativas, inferenciais, semânticas e conceituais. Nesse sentido, as considerações de Marcuschi (2005, p.58) tornam-se pertinentes e de fundamental importância para se entender a complexidade no estabelecimento de fronteiras na proposta classificatória das anáforas:

Definir um fenômeno por suas características constitutivas é sempre difícil. No caso das Anáforas Indiretas é ainda mais complexo porque o fenômeno depende de uma série de outras definições e distinções ainda não bem firmadas. Em primeiro lugar, deve-se ter em conta que neste caso se está lidando com um alargamento considerável da noção de anáfora (...). Em segundo lugar, deve-se admitir um processo de referenciação não extensionalista. Por fim, trata-se de considerar que os processos cognitivos e as estratégias inferenciais são decisivos na atividade de textualização.

No entanto, alguns pontos envolvendo a AI são inquestionáveis e mantêm a relação entre os elementos do (co)texto e do contexto às custas de operações cognitivas. Primeiramente, seja qual for o tipo de relação indireta, a AI sempre constituirá tematizações remáticas que, por sua vez, possibilitarão, do ponto de vista informacional, continuação e progressão textuais (SCHWARZ, 2000 apud KOCH, 2002, p.110). Em seguida, não nos pode faltar a caracterização da AI de estar sempre na dependência de estruturas do universo textual, denominadas de âncoras. As âncoras não são antecedentes literais explícitos (por isso a não-correferencialidade); logo, não permitem a reativação de elementos prévios. São elas, portanto, as responsáveis pela possibilidade de interpretação, no universo textual, de um novo referente. Por fim, o sentido dado ao texto por esse tipo de anáfora vem reafirmar a noção de coerência já referenciada nesse trabalho. A interpretação da AI, ao longo do processamento textual, dá-se via verificações, confirmações e desconfirmações, à medida que se avança na construção de sentido. Muitas das hipóteses representativas e molduradas num primeiro momento são desfeitas pelo co-texto precedente (reavaliado discursivamente) ou subsequente (KOCH, 2002, p.85). Isso quer dizer que a coerência tem a ver com a discursividade e não com encadeamentos de elementos textuais lineares e pré-estabelecidos formalmente. Tomemos como modelo de AI o exemplo a seguir:

(33) O programa para enviar *as declarações* pela Internet estará disponível para ser copiado (...). *Os contribuintes* terão 20 horas por dia para entrega pela Internet, pois o sistema fica fora do ar para manutenção das 13:00h às 7:00h. (Editoria Dinheiro, FSP, 27 de Fevereiro de 2005, B9).

O SN definido “os contribuintes” não reativa referente prévio e sim se acha na dependência interpretativa de uma âncora precedente (as declarações) que lhe dá sustentação para o sentido interpretativo. Segundo Schwarz (2000 apud MARCUSCHI, 2000b, p.8) esse tipo de anáfora está baseado em esquemas cognitivos (ou representações conceituais). São modelos mentais (já elencados nesse trabalho) como “frames”, cenários, esquemas, etc. Efetivamente, constituem nossos conhecimentos de mundo organizados.

Ao lado desse tipo de AI, estão aqueles baseados no léxico (do tipo semântico) e os inferenciais que, conforme nosso entendimento, estabelecem com os outros dois anteriores, relações intercomunicáveis e de extrema permeabilidade. Partimos do posto de que toda AI está calcada em algum planejamento inferencial que faz um determinado texto ser o que é. Não nos parece estranha a afirmação, se pensarmos que as expressões referenciais, de um modo geral, vão moldando e manipulando sociocognitivamente o discurso, à proporção que se desenvolve o processamento textual. São elas as responsáveis não só pelo já dito e o que se dirá textualmente mas, sobretudo, pelo sugerido. Dessa forma, por entendermos que as expressões referenciais executam operações que redimensionam pragmática e discursivamente o conteúdo textual, não devemos subtrair desse amplo processo cognitivo as anáforas correferenciais.

Como já discorrido nessa investigação, sabemos que todo texto possui vazios, espaços a serem preenchidos, uma vez que a maioria dos dados que trazem o sentido estão implícitos. Assim sendo, estabelecer hipóteses, reinterpretá-las sucessivamente, sustentar propósitos compartilhados entre locutor-texto-interlocutor e manter naturalmente os movimentos de ir e vir, característicos do processamento de um texto, são os meios eficazes para o preenchimento dos espaços lacunares. Entendemos, pois, que a inferência, por tudo isso, encontra-se no cerne do universo textual que envolve a AI. Se efetivamente compreendermos que inferência é a informação que não está implícita na superfície textual e que deve ser recuperada, não somente via conhecimento de mundo, mas por meio de todos os cálculos e deduções passíveis de serem executados pela consciência, consideraremos a AI inscrita num processo cognitivo bastante abrangente, quando inserida na atividade de textualização. Só assim também entenderemos a dificuldade de se explicar de modo uniforme e compartimentado os casos de AI. Vejamos a classificação de Schwarz

(2000 apud KOCH, 2002, p.109-110) da qual podemos extrair esses mesmos graus de complexidade:

As anáforas indiretas poderiam ser classificadas em:

- 1 – de tipo semântico – baseadas no léxico;
- 2 – de tipo conceitual – baseadas no conhecimento de mundo (esquemas);
- 3 – de tipo inferencial – inferencialmente baseadas.

Entre os tipos semanticamente baseados e aqueles inferencialmente baseados de forma clara, existem aqueles que constituem degraus intermediários e que podem ser ordenados gradualmente em uma escala de referência textual indireta.

Diante desta heterogeneidade, coloca-se a questão de as anáforas indiretas poderem ou não ser explicadas de maneira uniforme como fenômenos referenciais e de coerência, e em que medida isso pode ser feito.

Para que possamos avançar nas caracterizações peculiares à AI, examinemos os exemplos a seguir de relação indireta baseada no léxico (AI do tipo semântico) e baseada em inferências ancoradas no modelo do mundo textual respectivamente (MARCUSCHI, 2005, p.62-66):

(34) Não compre a *xícara*. *O cabo* está quebrado.

(35) O Náutico não fez uma exibição primorosa, mas jogou o suficiente para se impor diante da fraca Tuna Luso com um placar de 3 x 0, ontem à tarde, nos Aflitos. Foi *a primeira vitória alvirrubra* na Segunda Divisão do Brasileiro, depois de quatro jogos e serviu para levantar o moral do time que subiu para cinco pontos no Grupo A. Lêniton, Mael e Lopeu marcaram *os gols alvirrubros*. (...).

O primeiro exemplo representa uma parte substantiva dentro dos tipos de ocorrência indireta. Este exemplo lembra os modelos canônicos tratados na literatura como casos

léxico-estereotípicos. A base de sustentação dessas ocorrências está na relação lexical inscrita categoricamente no léxico de uma determinada comunidade e cultura. A relevância está em existir uma relação anterior ao discurso, entre o termo anafórico e o referente; portanto, não somente contextual mas também genérica. Marcuschi (2000b, p.6) defende que a associação entre os elementos estaria vinculada decisivamente a “uma espécie de suposição semanticamente instituída na própria língua e situada no âmbito da competência lingüística”.

Já no segundo exemplo, a expressão “a primeira vitória alvirrubra” ativa um referente ancorado inferencialmente em informações precedentes. De certo, é essencial, nesse caso, conhecer as cores do time vitorioso. Pelo mesmo raciocínio inferencial, chega-se à expressão “os gols alvirrubros”. O autor (2005, p.64) menciona a certeza de existirem relações associativas nas ocorrências de anáforas indiretas conceituais (baseadas em conhecimento de mundo), entretanto salienta o quanto se torna difícil identificar diferenciações claras entre conhecimentos semânticos e conhecimentos conceituais.

Nossa proposta, porém, possibilita um desmanchamento de possíveis distinções (guardadas as diferenciações próprias de cada ocorrência situacional envolvendo a anáfora) entre os tipos de AI, por entendermos que o mecanismo que leva ao sentido das relações indiretas sempre passa por um planejamento inferencial de compreensão. Mesmo as chamadas anáforas indiretas baseadas no léxico (semanticamente determinadas), as quais supostamente são apreendidas por um “gatilho automático”, possuem um grau de inferência, embora este ocorra em menor escala. Por meio dessa inferência ou cálculo mental finca-se a relação do texto com a exterioridade. O que defendemos é que a língua não existe fora dos sujeitos sociais (KOCH, 2004b, p.56). Somente através dos eventos discursivos pelos quais transitam os atores sociais numa dada situação é que a língua sai de uma mera noção de código ou de instrumento de informação e se instala de vez na discursividade ou textualização. Observemos o exemplo a seguir (APOTHÉLOZ, 2003, p.78):

(36) Seis meses com sursis para Victor-Emmanuel de Savoie! A Corte de Paris só considerou *o delito de porte de arma*. Aquela mesma com a qual *o acusado deu dois tiros*

em 18 de Agosto de 1978, em Corsica. Para a Corte não há certeza de que uma delas tenha matado (...) (Le Matin, 19/11/1991).

O pronome “elas” aponta para o nome “balas” que é o seu referente introduzido não explicitamente no discurso. Portanto não há correferência e o elemento anafórico “elas” está irreparavelmente na dependência de informações presentes no co-texto. Ainda que se perceba um grau de evidência semântica interligando os termos arma, tiros e balas, é preciso inferir algumas considerações tanto de uma exterioridade quanto do próprio contexto de situação. Assim, é necessário, por exemplo, conhecer ou ter pelo menos uma noção das leis governamentais daquele país sobre porte de arma. Não menos importante será localizar o fato quanto aos aspectos histórico-cultural e situacional. Portanto, o texto, à medida que se desenvolve, vai requerendo uma expressão referencial que lhe dá suporte para levar a termo as intenções discursivas. Logo, entendemos que o discurso pode impor uma conexão pela escolha, entre tantas outras, de um termo anafórico. No exemplo em questão, “balas” tem um valor contextual que vai além da significação genérica. O termo representa um deslocamento interpretativo possível de julgamento por “porte de arma” a julgamento por “tiros que podem ter levado à morte”. De certo que não se diminui dessas explicações o teor semântico que leva a uma relação léxico-estereotípica, mas se defende uma avaliação que se estende para além da semântica.

A AI é alvo de divergências no que diz respeito a sua forma de apresentação (SCHWARZ apud MARCUSCHI, 2000b, p.6-7). Entendemos, no entanto, que, pelo número considerável de exemplos do discurso oral e escrito, desconsiderando uma suposta obediência à norma culta, é perfeitamente viável apontar algumas ocorrências constantes. Diante disso, identificamos as seguintes apresentações da AI:

- por Sintagma Nominal (SN) definido;
- por Sintagma Demonstrativo;
- por pronome (não menos usual).

Ao mencionarmos a norma culta, de maneira alguma a estaremos sobrepondo em relação à língua coloquial ou ao uso corrente da língua. Tampouco pretendemos conduzir as análises de maneira embaraçosa e pouco clara a ponto de falsamente se imaginar que haja um discurso dito “menor”. Pretendemos, de fato, levar a efeito um número considerável de ocorrências nas quais se percebe um caminho pragmático-discursivo em meio à sintaxe característica da língua. Uma vasta parte da compreensão de um texto (ou sua própria totalidade) dá-se por esses encadeamentos ininterruptos de condicionamentos contextuais via morfossintaxe e pragmática. Desse modo, a seqüencialidade textual vai se formando e permitindo a construção sociocognitiva da coerência num âmbito de contexto situado (KOCH, 2004b, parte I, p.46-47). É o que se observa, por exemplo, nas ocorrências em que um sintagma demonstrativo ou um pronome introduzem referentes novos. Abaixo temos 4 exemplos que não correferem um elemento antecedente e se mantêm na dependência de informações do co-texto (MARCUSCHI, 2005, p.67):

(37) Estamos *pescando* há mais de duas horas e nada, porque *eles* simplesmente não mordem a isca.

(38) A: *Maria* pretende *casar* no final do ano.

B: E o que é que *ele* faz?

Examinemos os exemplos de Gelbukh e Sidorov (documento eletrônico apud ZAMPONI, 2003, p.73):

(39) João estava *cantando*. *Esse som* perturbava Pedro / Pedro não gostava desse som.

(40) Eu *vendi* a casa. O que eu vou fazer com *esse dinheiro*?

Esses exemplos, juntos aos casos de relação indireta por meio de sintagmas nominais definidos, constituem ocorrências possíveis de anáforas indiretas. A direção tomada por Zamponi (2003, p.74) quanto às possibilidades de relações indiretas ratifica nosso posicionamento em relação à apresentação formal das anáforas, ainda que a autora

mencione os exemplos em questão no estudo das anáforas associativas. Segundo a pesquisadora, exemplos como esses não são raros na produção textual.

3.3.5 Anáfora associativa

Consensualmente, a anáfora associativa (doravante AA) é constituída de duas características que, amiúde, coloca-a no centro de muitas discussões e controvérsias:

(i) permite-se a definição de elemento anafórico por haver uma real dependência referencial entre a anáfora e informações presentes no co-texto;

(ii) não se mantém numa posição correferencial, já que seu referente não se encontra literalmente no co-texto.

Diante disso, o que se coloca como pretexto para discussão são essas duas características da AA, as quais, inegavelmente, são parte substantiva dos traços peculiares da anáfora indireta. Além disso, entram em jogo o tipo de relação estabelecida entre o elemento anafórico e as informações do co-texto bem como o tipo de expressão e a própria natureza associativa. Especificamente, quanto à anáfora associativa (AA), os estudos tomam dois caminhos distintos: uma concepção estreita e outra considerada ampla. Os estudiosos da primeira concepção acreditam ser a anáfora associativa um fenômeno que particulariza características que abrem fronteira em relação à anáfora indireta. Assim sendo, crêem na relevância de existir entre o termo anafórico e seu referente uma relação estreita e plausível de ser aceita. Isso significa dizer que essa relação não nasce em razão do discurso, pois não é somente contextual mas também genérica. Daí ser considerada léxico-estereotípica. Observemos o exemplo de Kleiber (1994b apud ZAMPONI, 2003, p.71):

(41)Ele se abrigou sob *uma velha tília*. *O tronco* estava todo rachado.

Kleiber considera, segundo o aspecto formal, apenas os sintagmas nominais (SNs) definidos funcionando como anáfora associativa. Os outros casos em que a relação se dá por pronome ou SN demonstrativo são tratados como anáforas indiretas. A explicação dada pelo autor responsabiliza o conteúdo do SN definido pela seleção do antecedente e pela determinação de sua referência. No entanto, interessante observar o exemplo a seguir:

(42) Os policiais inspecionaram *o carro*. *Uma roda* estava cheia de barro.

Para os autores desta concepção, uma roda classifica-se como anáfora associativa, visto que “uma” diz respeito ao conjunto de rodas do carro e não ao conjunto generalizado de rodas existentes no mundo. Logo “uma” satisfaz a restrição imposta de definitude.

Já estudiosos da segunda concepção referida acima (como APOTHÉLOZ e BÉGUELIN, 1999 apud ZAMPONI, 2003, p.73) consideram, além do SN definido, o pronome e o sintagma demonstrativo como elementos anafóricos da AA. Um dado interessante, freqüentemente observado nessa visão ampla, é que o antecedente da AA não se resume a um SN e sim se apresenta como uma proposição inteira (subsídio para a associação). Vejamos o exemplo fabricado:

(43) A estratégia governamental não será bem aceita. *Eles* ignoram o poder crítico da população.

No entanto, por todas as definições assumidas na classificação das anáforas indiretas e, principalmente considerando uma interpretação das relações indiretas voltada permanentemente para uma abordagem cognitivo-discursiva, arrogamo-nos a tarefa de não estabelecer distinções entre anáfora indireta e anáfora associativa. Somando-se a isso há, à frente de uma identificação da forma do elemento anafórico, um valor maior a ser descortinado, que extrapola o simples reconhecimento da expressão material da anáfora indireta. Assim, muito mais preponderante é entender quais mecanismos estratégicos levaram a uma determinada escolha referencial anafórica. Sempre é preciso pensar que um texto poderia ser outro pelas manobras discursivas a que se submete o processamento

textual. As anáforas associativas são anáforas indiretas por encerrarem em seu interior as duas caracterizações que lhes conferem identidade entre si e, sobretudo, por estarem inseridas no mesmo jogo complexo de processos inferenciais. Não elegemos, entretanto, a condição única de não-correferencialidade para que se tenha uma anáfora indireta ou associativa, uma vez que cairíamos no equívoco de não classificarmos em outra medida as anáforas encapsuladoras.

Não podemos desprezar, neste estudo, as associações indiretas por silepse que representam um desafio às concordâncias morfossintáticas. Conforme já mencionado não há por que deixar de lado ocorrências que, de certa forma, tornam tênue a relação sujeito-verbo, posto que são concordâncias que se vão formando tanto na oralidade quanto na escrita. O fator primeiro que rege esse tipo de concordância é a sinalização de um objeto-de-discurso dado a conhecer por uma relação compartilhada entre os interlocutores. Koch (2002, p.116) menciona a combinatória macrossintática pela qual se organizam as seqüências transfrásticas guiadas por pressuposições e inferências. Na macrossintaxe não se observa concordância de gênero e número, porque se sobrepõem a ela fatores circunstanciais de ordem pragmático-discursivo. As proposições abaixo constituem exemplos extraídos de narrativas escolares:

(44) Tinha um casal preocupado, que queria desovar no lugar que nasceram. *O cardume* inteiro tinha medo, mas *eles* foram em frente.

(45) *O povo* ficava muito preocupado, pois(els) *estavam* em guerra.

Apothéloz (2003, p.73) esclarece que a anáfora por silepse, nas retomadas anafóricas pronominais, faz surgir modificações de gênero e número.

Mais interessante se tornam as ocorrências no próprio interior da proposição. Koch (2002, p.111) pontualiza que, a princípio, não se pode considerar como sendo casos de macrossintaxe, pela natureza da associação: a concordância associativa parece deixar ainda mais vulnerável a relação sujeito-verbo, da gramática normativa. Acreditamos que os exemplos a seguir não são privilégios de uma forma de expressão de menor prestígio. São

exemplos como estes, extraídos de Koch (2002, p.111) que representam situações reais tanto da fala quanto da escrita:

(46) *Toda a rua choraram* a morte de seu mais ilustre morador.

(47) *Cada uma dessas situações podem ser caracterizadas* a partir de quatro parâmetros.

3.3.6 Anáfora encapsuladora

A anáfora encapsuladora resume uma porção textual e a rotula. Assim, encapsular consiste em resumir proposições textuais formando uma espécie de gaveta de onde emerge uma expressão referencial representada por um pronome, geralmente demonstrativo, ou por um SN (denominado de rótulo). Notemos no exemplo a anáfora encapsuladora resumindo uma porção textual e rotulando-a de modo a direcionar a interpretação (FSP, 12/05/2005):

(48) O governo vai ampliar o prazo de recolhimento do Imposto de Renda das empresas que é retido na fonte. O recolhimento, hoje feito semanalmente, passará a ser mensal.

A medida, que integra um pacote de incentivo à produção, deve aumentar o capital de giro das companhias.

Tomemos de empréstimo o exemplo de Cavalcante (2003, p.116) que ilustra o emprego de demonstrativo como elemento encapsulador:

(49) Mas nesse momento a recordação do homem não a angustiava e, pelo contrário, trazia-lhe um sabor de liberdade há doze anos não sentido. Porque seu marido tinha uma propriedade singular: bastava sua presença para que os menores movimentos de seu

pensamento ficassem tolhidos. A princípio, *isso* lhe trouxera certa tranquilidade (...) (Conto A fuga, de Clarisse Lispector).

Podemos observar que, efetivamente, não há um antecedente pontual, de modo que seria impossível considerar o elemento encapsulador uma anáfora direta. No entanto, não se pode pensar em classificá-lo como anáfora indireta pela razão de existir de fato uma recuperação do que existe no co-texto. Por isso, a exemplo de Cavalcante (2003, p.115-116) preferimos a terminologia de anáfora encapsuladora, meio direta, meio indireta, mas reconhecidamente estudada como um tipo de anáfora à parte.

Um dado relevante nos encapsulamentos anafóricos é o que diz respeito ao núcleo do SN, quando este é um nome axiológico. Ou, ainda, quando o SN vem seguido de um adjetivo avaliativo, como modificador, e antecedido de demonstrativo (CONTE, 2003, p.181-186). Conforme a autora, a anáfora encapsuladora atua como um recurso coesivo, como um ponto organizador e também pode elevar o texto a uma complexidade maior por meio da argumentação que manipula a visão do leitor. É o que se percebe no exemplo (FSP, 05/06/2005, Editoria Opinião):

(50) Ainda não está claro se o governo vai ou não conseguir bloquear a CPI dos Correios, mas já está pagando em popularidade o preço da decisão de tentar fazê-lo (...). Não é só! Cresceu significativamente a proporção dos que acreditam que existe corrupção no governo federal. (...)

Como não poderia deixar de ser, *esse momento mais negativo* também se reflete...

Dentro desse quadro classificatório da anáfora, convém que façamos algumas considerações que possam nos valer como suporte para muitos esclarecimentos. Nosso estudo toma enorme relevância, assim que pensamos na significativa presença das anáforas nos textos orais e escritos. Sem privilegiarmos uma ou outra anáfora, temos a certeza de que nenhuma delas representa um caso paradigmático ou, em outro extremo, um problema de desvio. Confirmando essas afirmações, vejamos as questões levantadas por Marcuschi (2005, p.90):

1. A motivação para o tratamento da anáfora indireta reside em sua enorme presença nos textos orais e escritos. Em muitos casos ela é mais freqüente do que as anáforas ditas diretas. Isto faz que não possamos admitir que a anáfora direta seja o caso paradigmático das anáforas. E não se pode mais admitir o que diz Reinhart (1980) quando aponta as AI como “desvios”.
2. Aspecto por vezes discutido e mal-entendido, como bem mostra Schwarz (2000), é o que diz respeito à compreensão das AI. Pois elas não são mais difíceis do que as diretas, como se vem ainda sustentando na literatura sobre o tema. Pelo contrário, as AI manifestaram-se como mais fáceis em diversos testes realizados. Raramente apresentam casos de ambigüidade interpretativa.

Por esta mesma linha de raciocínio, entendemos que, muitas vezes, a recuperação de um referente de uma anáfora direta tende a ser uma tarefa bastante complexa. Parece-nos legítimo pensar que isso ocorre, primeiramente, pelo fato de que os referenciais presentes, ao longo do texto, são elaborados e construídos no próprio processo discursivo. Portanto, os objetos-de-discurso não preexistem à atividade discursiva, como num plano especular e previsível em que se mantêm pré-moldados pela representação direta entre as palavras e as coisas, de um mundo igualmente calculável e dado a priori (KOCH, 2005, p.34). Em segundo lugar, o reconhecimento de um referente, em relação à anáfora direta, traz alguma dificuldade talvez pela chamada subespecificação referencial, estudada por Schwarz (apud MARCUSCHI, 2005, p.85) e largamente abordada por este autor. De acordo com Schwarz, “A subespecificação se dá quando não se fornece informação necessária para a compreensão de um texto, e esta informação é buscada em conhecimentos pessoais ou elementos presentes em outros pontos do texto”. De certo que a não-especificação não se dá de qualquer modo, a ponto de expor o texto ao equívoco ou à falta de compreensão. Como explica Marcuschi (2005, p.85), somente é viável deixar de especificar, quando se imagina ser possível o preenchimento do espaço lacunar, entre a anáfora e seu referente. Assim, ao interlocutor cabe (re)construir essas relações implícitas. Não nos é despercebido que a explicitude completa do querer-dizer, na corrente discursiva, raramente ocorre, mesmo que

se trate de anáfora direta. É habitual a ocorrência, por exemplo, de expressões referenciais que, estando ligadas pelo mesmo tópico, relacionam-se entre si, mas não têm os mesmos referentes. Logo, a recuperação do sentido do texto dá-se via contexto imediato, mas, sobretudo, por intermédio de inferências, baseadas em conhecimentos partilhados, cultural e historicamente, e conhecimentos de mundo. Esse dado se torna mais curioso, em se tratando de anáforas diretas, se analisarmos que muitas delas apresentam-se sob a forma de SN definido. Bem lembrado por Marcuschi (2005, p.75), o SN definido, por tradição, desempenharia o papel de atribuir o mesmo referente aos elementos anafóricos, presentes na cadeia referencial.

Com relação aos determinantes definido e demonstrativo, podemos antecipar apenas algumas tendências quanto ao seu emprego nas expressões anafóricas. Essa cautela se faz necessária, visto que, como sabemos, as atividades de linguagem ocorrem entre sujeitos situacionalmente dispostos em uma dada história, circunscritos em um entorno sociocultural e em constante interação. Daí se postular, sem qualquer dúvida, que esta construção interativa e discursivamente constituída da linguagem, envolvendo atores sociais, em tempo real, não nos permite traçar critérios categóricos para as ocorrências de uso da língua, nas práticas sociais. A literatura sobre o assunto aponta casos que fogem, muitas vezes, da preferência usual por um determinante definido ou um determinante demonstrativo. Arriscaríamos dizer que justamente o contexto compartilhado em tempo real, à medida que o discurso vai se desenvolvendo, “exige” um determinante em detrimento de outro. Como bem alerta Zamponi (2003, p.243), “(...) é mais prudente apontar tendências no uso dos determinantes do que restrições rígidas de emprego”.

De um modo geral, segundo Apothélos & Chanet (1997 apud ZAMPONI, 2001, p.142), os SNs empregados nas nominalizações tendem a se formarem com determinantes demonstrativos. Acreditam, também, ser viável a substituição de uma nominalização definida por um demonstrativo, porém crêem que não possa ocorrer o inverso. No entanto, a autora (op. cit., p.142) sinaliza na direção de alguns contextos nos quais é possível, sim, substituir um determinante demonstrativo por um definido. Conseqüentemente, chegamos ao reconhecimento de que, em alguns contextos, os dois determinantes estão numa posição de variação livre. Conforme os autores (apud ZAMPONI, 2001, p.142) a nominalização pode ser assim definida: “A nominalização constitui uma operação discursiva que consiste

em referir, por meio de um sintagma nominal, a um processo ou um estado expresso anteriormente por uma proposição”.

A respeito do demonstrativo, assentimos com Zamponi (2001, p.147) no que concerne ao caráter indexical dado a este determinante. Dito de outra forma, significa que, por meio dele, apresenta-se o referente como “aquele que eu mostro, aquele de que eu falo”. O caráter indexical, por si mesmo, está impregnado de subjetividade, por consequência, apontar é da responsabilidade do locutor.

Voltando à questão de emprego de um e outro determinantes, retornemos aos casos em que não há variação livre. Notemos que os exemplos estão inseridos num universo contextual, por conseguinte há de se pensar sempre em situação e processo desenvolvidos discursivamente. Apothéloz & Chanet (1997 apud ZAMPONI, 2003, p.233) observam que, caso haja modificadores na anáfora, duas possibilidades podem surgir: as informações dadas pelos modificadores são importantes para o reconhecimento do referente e, nesse caso, convém o emprego do definido; as informações contidas nos modificadores não são relevantes para o reconhecimento do referente e, nessa situação, convém que se empregue o demonstrativo. É o que ocorre no exemplo a seguir (KOCH, 2002, p.101):

(51) A Polícia Militar, durante uma blitz, prendeu hoje vários moradores da favela da Rocinha. *Essa detenção brutal e sem motivo declarado* revoltou os moradores do lugar.

Zamponi (2003, p.234) esclarece que o modificador grifado não é relevante para se identificar o referente, mas é indispensável para a construção da argumentação. No entanto, a autora assinala a ocorrência de um caso em que o modificador não é importante para a identificação do referente e, mesmo assim, está acompanhado do definido e não do demonstrativo.

Um outro ponto envolvendo o léxico diz respeito aos casos nos quais o nome-núcleo recategoriza o processo atribuindo-lhe uma qualidade, digamos, pouco esperada. Nesse caso, a preferência é pelo demonstrativo. Se, porém, der-se apenas uma categorização, principalmente com substantivos morfológicamente derivados de verbo, ocorrerá a preferência por um artigo definido.

Já a marcação de parágrafo e a denominação reportada claramente se apóiam no sintagma nominal demonstrativo (APOTHÉLOZ & CHANET, 2003, p.145 – 149 – 150). Mais uma vez, entretanto, Zamponi (2003, p.237) identifica um exemplo no qual existe denominação reportada com SN definido.

Não sem razão, os autores envolvidos nessas análises optam, cautelosamente, por apontar fatores que favorecem o emprego de um ou outro determinante. Assim sendo, não se tem o intuito de determinar categoricamente restrições absolutas de uso. O certo é que esse aspecto envolvendo as expressões anafóricas e o emprego dos determinantes suscita pesquisas futuras.

Por fim, uma outra consideração se torna bastante peculiar em nosso estudo, por lembrar, em específico, o material de nosso corpus, isto é, a crônica jornalística. Por isso, lembremos dos rótulos, grupos nominais, através dos quais, há a organização e a conexão do texto escrito (FRANCIS, 2003, p.191). Os rótulos são extremamente comuns na imprensa, principalmente nos discursos de natureza argumentativa (op. cit., p.226). Eles são sempre elementos nominais, de realização coesiva lexical. Podem se apresentar, no discurso, tanto de maneira retrospectiva como de maneira prospectiva. Ainda segundo a autora, é importante deixar clara a idéia de que, nem sempre se identifica, em termos de limites, a extensão de discurso ao qual se refere um rótulo retrospectivo (op. cit., p.201). Vale lembrar o que postula Widdowson (1983 apud FRANCIS, 2003, p.201) sobre o que ele chama de vocabulário geral ou “procedural”: “palavras de extensão indicial ampla... úteis para negociar a veiculação de conceitos mais específicos para definir termos relacionados a campos particulares de referência”. Podemos notar que os rótulos têm bastante semelhança com o vocabulário geral ou procedural. De uma forma ampla, os rótulos podem se apresentar como metalingüísticos e, assim, configuraram-se como nomes ilocucionários (processos verbais), de atividades languageiras, de processos mentais ou nomes de textos.

Para este trabalho, é bom termos em conta que, a par com os estudos de referenciação envolvendo os elementos anafóricos, responsáveis pelos mecanismos de coesão, coerência e argumentação textuais, encontram-se os vários tipos de intertextualidade. A importância da intertextualidade está ligada, incontestavelmente, à própria captação do sentido do texto. Assim, grande parte do entendimento do texto reside

no fato de entendermos que o sentido não está só nas palavras, mas também na relação com um exterior que precisa ser recuperado. A referenciação e a intertextualidade estabelecem um interligação, através da qual aquela se organiza no eixo interativo-discursivo, enquanto a intertextualidade se finca neste eixo pela busca incessante da construção do sentido, sempre elaborada no e pelo discurso. E é exatamente no desenvolvimento dessa ação discursiva que é preciso reconhecer o texto, anteriormente produzido, e agora inserido num outro texto (intertexto). Segundo Koch (2004b, parte II, p.145), a intertextualidade, seja implícita ou explícita, é, por assim dizer, constitutiva de todo e qualquer discurso. Acreditamos, pois, que a linguagem é social, e tudo o que produzimos está alicerçado nas palavras de outro, que nos antecede, e se destina a um outro com quem traçamos o querer-dizer.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DO “CORPUS”

4.1 Apresentação do capítulo

Este capítulo apresenta o “corpus” que constitui o objeto de investigação deste trabalho: a crônica jornalística. Apresenta, também, uma análise das expressões anafóricas, encontradas neste gênero discursivo.

Para a análise do “corpus” selecionado para essa pesquisa utilizamos as propostas dos seguintes autores: Apothéloz (2003), Apothéloz e Chanet (2003), Bentes (2004), Cavalcante (2003 , 2005), Conte (2003), Francis (2003), Koch (2002, 2003, 2004a, 2004b, 2005), Marcuschi (2000b, 2004, 2005) e Zamponi (2001 , 2003). O “corpus” deste trabalho investigativo é constituído de crônicas extraídas do jornal Folha de São Paulo, na Editoria Opinião, página A-2, de autoria de Carlos Heitor Cony.

4.2 – Análise da crônica 1

Laranjas de hoje e de ontem – veiculada em 17/07/2005

Embora tenhamos em conta que a crônica jornalística repousa sobre uma persuasão leve, quiçá descompromissada, não podemos deixar de percebê-la inserida no contexto jornalístico. Assim como tal, está impregnada do contexto da informação, através do qual se mantém junto aos outros gêneros jornalísticos. Assim sendo, encontramos a crônica alicerçada no “eu”, que sustenta a autoria e, ao mesmo tempo, a abriga num universo social, histórico e cultural.

É por meio dessa visibilidade que identificamos as expressões referenciais presentes na crônica jornalística. Observaram-se os tipos de anáforas encontrados na crônica, tanto em relação à forma lingüística quanto à função exercida pelo elemento anafórico. Aliada a essas identificações, faz-se necessário o reconhecimento da função discursiva desses elementos anafóricos. Para tanto, convém que façamos a consideração inicial de que a argumentatividade está constitutivamente presente em qualquer tipo de texto e não somente naquele considerado argumentativo por excelência (KOCH, 2003, p.65).

Na crônica “Laranjas de hoje e de ontem”, as expressões anafóricas assumem um papel fundamental para a direção de sentido dada ao texto, pela voz do autor. Existe, ao longo de toda a crônica, uma relação de tempo e espaço, que aproxima o hoje do ontem. Essa relação vai se estruturando pelas anáforas.

- título: “Laranjas de hoje e de ontem” é uma expressão formada pelo grupo nominal substantivo + locução adverbial + locução adverbial. O núcleo desta expressão nominal, o substantivo “laranjas”, reconhecidamente é uma metáfora já cristalizada pelo uso. Sua origem naturalmente se perdeu, graças justamente ao seu uso efetivo nas práticas sociais nas quais o termo se solidificou. Originariamente, a palavra “laranja” tomada nesta acepção figurada, procede de uma lei, mediante a qual os cidadãos americanos, numa determinada época, sujeitaram-se. Impedidos pela vigência da lei, cujo conteúdo determinava a proibição de ingestão de bebidas alcoólicas, numa certa hora e local, os

americanos encontraram uma forma bastante inusitada para que pudessem burlar tal interdição. Então, engenhosamente, passaram a utilizar a laranja, após ações rápidas de sucção do conteúdo da fruta, como abrigo discreto e, evidentemente, acima de qualquer suspeita, do líquido tão desejado. De lá para cá, inserido desde então num contexto de ocultações e vantagens, o termo “laranja” se cristalizou.

Na crônica em questão, o nome “laranjas” e os advérbios “hoje” e “ontem” sustentam todo o teor temático do texto. Consideramos o título desta crônica, tal como postula Cavalcante (2005, p.126), um introdutor referencial. Entendemos que há a introdução de um objeto novo no texto, a partir do qual não se pode identificar nenhum elemento co-textualmente colocado que o ampare. Portanto, como não há uma âncora no co-texto para resgatar o termo “laranjas”, o leitor o constrói inferencialmente, por uma representação na memória discursiva. Ainda bastante interessante se torna a introdução referencial, se pensarmos que este referente surge já recategorizado e o recuperamos pelo nosso conhecimento de mundo, ainda que não haja, explicitamente, sequer um elemento que o engatilhe ou o ancore no co-texto. Em consequência dessa classificação, envolvendo introdução referencial, admitimos, como bem lembra Cavalcante (op. cit., p. 130), que a recategorização não se acha na dependência de um elemento já anteriormente introduzido no discurso. Logo, a recategorização não é privilégio somente de processo anafórico e, muito menos, de anáfora direta correferencial. A autora ainda explica (op. cit., p.133-134) que a ativação de introdutor referencial pode se encaminhar, textualmente, para duas alternativas: não ser retomada por anáfora e se manter na introdução referencial ou, ser reativada como estatuto de anáfora correferencial. No caso desta crônica, temos a segunda alternativa, visto que “laranjas” é o referente que move todas as ocorrências anafóricas. Mesmo com as anáforas, cujos referentes aparentemente aparecem distantes do nome laranjas (como na sigla Ibad), percebemos uma reativação implícita de tudo que implica a seleção pelo nome recategorizador posto no título. Um dado importante é que detectamos a presença do intertexto, pelo termo “laranjas”.

- primeiro parágrafo (linhas 1 e 2): “prática política e ideológica” classifica-se como anáfora direta correferencial, pois retoma pontualmente um referente introduzido anteriormente. Trata-se de uma anáfora recategorizadora, da qual já se pode extrair, de

antemão, o projeto comunicativo do cronista. A escolha dessa expressão nominal expõe caracterizações do referente “o mensalão”, sobretudo pela presença dos adjetivos ‘política’ e “ideológica”.

- primeiro parágrafo (linhas 3 e 4): “n/o mensalão da vez” é uma expressão denominada anáfora direta correferencial, por retomar também o referente “o mensalão”. Trata-se de uma anáfora recategorizadora, já que o sintagma nominal (SN) contém a expressão “da vez”. Essa expressão introduz a noção espaço-temporal, que mantém a relação “de hoje e de ontem”.

- segundo parágrafo (linha 1): “o Ibad” classifica-se como anáfora direta correferencial por repetição total. Essa anáfora se apresenta sob a forma lingüística de uma expressão nominal definida. Neste parágrafo, a sigla, já descrita e explicada anteriormente, recebe o artigo definido, que lhe confere a capa do dado.

- segundo parágrafo (linhas 8 e 9): “laranjas dos interesses do Departamento de Estado dos EUA” classifica-se como anáfora direta correferencial. Esta anáfora promove uma recategorização ao referente “brasileiros”, conferindo-lhe uma carga avaliativa bastante expressiva que, aliás, estende-se para a seqüência textual. A expressão nominal é introduzida pelo substantivo “laranjas” que, na linguagem figurada, adquire um valor pejorativo. Isso vem ratificar a noção de que as escolhas lexicais direcionam o texto para um determinado sentido. Assim, a direção dada pelas escolhas dos elementos anafóricos encaminha o olhar do leitor para o projeto de dizer do cronista.

- terceiro parágrafo (linha 1): “laranjas idealistas” é uma expressão anafórica que retoma o referente “laranjas dos interesses do Departamento de Estado dos EUA”. Esta expressão anafórica recebe a denominação de anáfora direta correferencial. A expressão consiste de um SN revestido de um nome + adjetivo. A presença do adjetivo “idealistas” remodela o então substantivo de cunho pejorativo “laranjas”, acrescentando-lhe um tom de ironia. Esse valor irônico, dado ao referente, é perfeitamente previsível, caso o leitor esteja atento à ressalva feita logo no início do segundo parágrafo (linhas 1, 2 e 3). Neste trecho da

crônica, o autor corrige a própria representação dada ao referente “mensalão”, de forma a colocar uma visibilidade crítica a sua recategorização, por meio do adjetivo “ideológica”.

- terceiro parágrafo (linha 7): “esse nome” retoma pontualmente “Golbery do Couto e Silva”. Portanto, é um elemento anafórico reconhecido como anáfora direta correferencial. Entendemos que esta anáfora recategoriza o referente. O demonstrativo, juntamente com o substantivo, recupera tudo que é dito no co-texto sobre o Ibad, não deixando, assim, que se perca a seqüência descritiva de práticas políticas de ontem, que são vivenciadas hoje, com estranha identificação de semelhança entre elas. Lembramos, com esta ocorrência de anáfora correferencial, do valor indexical do determinante demonstrativo e sua propriedade subjetiva. Segundo Zamponi (2001, p. 146), ao se empregar o demonstrativo, salienta-se o objeto, entre outros que, circunstancialmente, estão na memória discursiva.

- quinto parágrafo (linha 3): “o mensalão de hoje” é um elemento anafórico que retoma pontualmente o referente “o mensalão”. A exemplo da expressão anafórica contida no segundo parágrafo, temos também uma anáfora direta correferencial que recategoriza o referente e acrescenta ao texto, mais uma vez, a relação de espaço e tempo. O uso do determinante definido adquire outro contorno, diferente do caso anterior. Como explica a autora (op. cit., p. 146), o emprego deste determinante significa que o locutor acredita que o referente continua no foco de atenção do interlocutor.

Podemos afirmar que, pela análise feita, o processo de reativação de referentes prévios, não implica, de forma alguma, uma identidade de significação. Esta ausência de identidade entre a anáfora e o referente dá-se pelo sistema de relações discursivas construídas pelo contexto. Quanto às marcas lingüísticas apresentadas sob a forma de SN, composto de um nome + adjetivo, interessa-nos perceber que, além dos adjetivos, também os nomes exercem papel fundamental na construção de sentido. Assim, a orientação argumentativa também pode estar depositada sobre um substantivo de um SN, como no exemplo “laranjas” (terceiro parágrafo, linhas 8 e 9). É possível observar que, nesta crônica, predominam, entre todas as ocorrências de classificação das anáforas, as anáforas

diretas. Uma explicação para esta constatação pode ser o fato de o produtor do texto concentrar-se num único ponto da abrangência intrínseca a este assunto. Isso pode significar um recurso, de que dispõe o cronista, para evitar múltiplas leituras ou um distanciamento indesejável do alvo da própria crônica. A compreensão dessas anáforas diretas correferenciais depende de relações complexas estabelecidas pelas condições históricas, sociais e culturais que mapearão o curso da leitura.

4.3 – Análise da crônica 2

Lineu e o mensalão – veiculada em 02/08/2005

A crônica “Lineu e o mensalão” atesta, fielmente, o postulado de que “o discurso constrói aquilo a que faz remissão (KOCH, 2002, p. 80). O termo “Lineu” permite resgatar um dado construído publicamente na memória do interlocutor. A interpretação deste introdutor referencial está, contextualmente, inserido na memória discursiva do interlocutor. O nome Lineu cria, no fio discursivo, uma configuração sedimentada pelo contexto sociocognitivo de enunciação. Conforme lembra Zamponi (2001, p. 144), “A memória discursiva (=M) constitui o conjunto de conhecimentos oficialmente partilhados pelos interlocutores, sendo alimentada pelas enunciações, pelos elementos percebidos, associados à situação de enunciação e pelas inferências que deles decorrem.” O substantivo “Lineu”, associado ao termo “mensalão”, ao longo da crônica, dá a visibilidade necessária para se reconhecer o “eu-autor” e sua tomada de posição, diante do tema. Nitidamente, percebemos a angulação do texto inserida num universo sociocultural e histórico. Esse dado ratifica o valor desse gênero discursivo, em meio aos outros pertencentes ao jornal. Não há dúvida de que a crônica se realiza atenta a um processo social e histórico.

- título: “Lineu e o mensalão” é uma expressão formada pelo grupo nominal substantivo+substantivo. A expressão nominal não possui um elemento anterior que lhe sirva de âncora ou de gatilho, de modo que a consideramos como sendo um introdutor referencial. Conforme atesta Cavalcante (2005, p.130), a expressão acolhe um nome já recategorizado, ou seja, “Lineu”, que é recuperado, inferencialmente, pelo nosso conhecimento de mundo, conquanto não haja algo explicitado no co-texto que facilite este resgate. O próprio termo recategorizado “mensalão”, quando no momento de sua leitura, também é resgatado via inferência. Ainda sobre esta questão, a autora (op. cit., p.137) nos alerta para o fato de que “os tipos de suposição que o falante julga estarem representados na mente do interlocutor interferem diretamente nas escolhas dos processos referenciais”. Nessa crônica, o projeto de dizer do autor encontra-se na associação entre o nome “Lineu” e o nome “mensalão”: o primeiro dá a diretriz de sentido do segundo. Assim sendo, o substantivo “Lineu” toma dimensões bastante importantes, ao longo do texto, para que o projeto de dizer, imbuído de um valor argumentativo, tome corpo. Essa é a razão pela qual o nome “Lineu” é refocalizado, tornando-se uma anáfora correferencial (3^o parágrafo, linha 21). “Lineu” atua no sentido dado à crônica pelo viés do intertexto.

- introdução (linhas 8, 9 e 10): “a crise nacional mais importante dos últimos anos”. Esta expressão não contém um antecedente literal explícito, mas se apóia em dois termos que lhe servem de âncoras: “mensalão” (título) e “escândalos” (linha 8). Classifica-se, portanto, como anáfora indireta. Certamente todo o co-texto anterior dá suporte, tanto para o manutenção do tema como para a introdução de novas informações. A expressão tem, como nome-núcleo, um substantivo (crise) que dá a direção argumentativa, proposta pelo cronista.

- primeiro parágrafo (linhas 4, 5 e 6): “termômetro da venda avulsa dos órgãos da imprensa escrita” recategoriza a sigla IVC (Instituto Verificador de Circulação). Trata-se de uma anáfora direta correferencial, por expressão nominal. Entendemos que o núcleo nominal “termômetro” especifica o referente. Esse termo não trará dificuldade de entendimento, caso o leitor esteja atento às informações seqüenciadas do co-texto precedente.

- primeiro parágrafo (linhas 6 e 7): “o mensalão” classifica-se como anáfora direta correferencial que retoma, por repetição, o SN “o mensalão”. A retomada do nome-núcleo “mensalão”, contido no título, encaminha, estrategicamente, a leitura para o projeto comunicativo do cronista. Como vemos, a correferencialidade tem um papel decisivo no projeto global do texto. A presença do determinante definido atesta o modo do conhecido dado à expressão.

- terceiro parágrafo (linhas 1 e 4) respectivamente: “dois deles” e “os outros dois” são anáforas correferenciais, cuja retomada é parcial. A anáfora parcial “dois deles” ocorre por acréscimo do quantificador “dois” ao pronome substituível do nome “jornais”. Já a anáfora “os outros dois” é constituída do indefinido “outros”, que substitui o nome “jornais”, e do quantificador “dois”. Ambas expressões anafóricas retomam o referente “principais jornais do país”.

- terceiro parágrafo (linha 1): “a amostragem” sumariza todo o conteúdo do parágrafo anterior. Portanto, consideramos que se trata de uma anáfora encapsuladora. O SN, que forma o encapsulamento, atua no texto como um elemento organizador. As formas nominais podem introduzir, conforme Francis (1994 apud KOCH, 2002, p.91), desvios do tema sem, entretanto, deixarem de manter a continuidade tópica. Entendemos que as expressões referenciais atuam como marcadoras de direções cognitivo-discursivas e, conseqüentemente, determinam a paragrafação. Atentemos que, nesta crônica, a expressão nominal “a amostragem” recupera a informação contida no segundo parágrafo para amarrá-la à informação dada na introdução. Esses movimentos de idas e vindas garantem a progressão textual seqüenciada (KOCH, 2002, p.85).

- terceiro parágrafo (linha 3): “pelos jornalões” é uma expressão nominal que retoma “principais jornais do país”. Trata-se de uma anáfora direta correferencial que categoriza por parassinonímia a expressão “principais jornais”. Pode-se apostar nessa escolha lexical pela própria situação envolvendo caracterizações dos jornais, em geral (os mais lidos, mais vendidos,...). Observemos que esta designação é construída

discursivamente, mas, de certo que se sustenta em condições sociais e culturais que favorecem seu entendimento.

- terceiro parágrafo (linha 21): “Lineu” trata-se de uma anáfora direta correferencial que retoma, por repetição, o substantivo próprio “Lineu”. Com a retomada de parte do título, o autor inter-relaciona, com bastante visibilidade, o nome já recategorizado “Lineu” ao seu projeto de dizer. Por essa inter-relação, é possível identificar o teor avaliativo dado ao tema pela voz do cronista. Esse exemplo de anáfora correferencial, juntamente com as outras ocorrências dessa anáfora, vem em auxílio do postulado de que, entre o elemento anafórico e seu antecedente, existe certamente um caso muito mais complexo de relações semânticas, cognitivas e contextuais. O que está em jogo realmente é a busca pelo sentido por meio de informações alocadas na memória discursiva. Portanto, descartamos a possibilidade de uma junção pontual, estável e descontextualizada entre anáfora e referente.

- quarto parágrafo (linhas 1 e 2): “esse comentário” sumariza o propósito comunicativo do cronista, posto no parágrafo anterior. Aliás, remete, também, à própria introdução, que já faz menção ao objetivo da crônica. O SN, formado pelo demonstrativo e pelo nome, pode ser incluído no grupo de nomeações por rótulos, ao qual Cavalcante (2001, p.132) atribui a função de classificação. No caso do SN “esse comentário”, há uma classificação por um nome metalingüístico, de cunho ilocucionário (FRANCIS, 2003, p. 204). Como a expressão recupera informações do co-texto sem, no entanto, efetuar retomada pontual, e efetiva uma nomeação metalingüística, formando uma espécie de expressão resumitiva e classificatória, consideramos a anáfora como sendo encapsuladora. Atenemos também para a sinalização de mudança de parágrafo, marcada justamente pela expressão referencial. Como bem lembra Zamponi (2003, p.230), a marcação de parágrafo é entendida no sentido cognitivo e não tipográfico, se bem que entendamos que este último seja uma consequência natural daquele. Conforme Apothéoz e Chanet (1997 apud ZAMPONI, 2003, p.236), “um sintagma nominal demonstrativo normalmente é usado na transição de parágrafos, assumindo estrategicamente a função de facilitar a produção e recepção de expressões referenciais”.

- quarto parágrafo (linha 10): “o escândalo da planície” é uma expressão nominal que remete à parte do título “o mensalão”. A expressão classifica-se como uma anáfora direta correferencial. Há um forte valor argumentativo dado pelo nome “genérico”, entretanto toda a expressão recategorizadora detém uma crítica bastante enfática em relação ao tema. Basta que pensemos que, além do valor argumentativo do substantivo “escândalo”, há o tom irônico dado ao substantivo “planície” em relação ao substantivo “planalto”.

Pelo levantamento feito das anáforas encontradas nessa crônica, acreditamos que a seleção de um SN para representar uma expressão anafórica sempre significa uma escolha lexical estratégica. Além de não permitirem o desvio total do tema e garantirem a progressão textual, entendemos que as expressões nominais exercem uma função argumentativa. Basta que analisemos que, conquanto os nomes considerados axiológicos (como “escândalo”, linha 10) emitem naturalmente um juízo de valor, outros substantivos, aparentemente neutros, podem fornecer força argumentativa ao texto. É o caso, por exemplo, de “termômetro” (linha 4 e 5), ou “a crise” (introdução, linhas 8 e 9).

4.4 – Análise da crônica 3

A metástase – veiculada em 11/06/2005

Vale lembrar que a página 2, por assim dizer, dá à Folha aquele espírito vanguardeiro, em que a opinião, a crítica e o sinal da democracia reforçam a personalidade deste jornal. Dessa forma, a crônica jornalística também se faz presente. Como gênero opinativo que é, discorre sobre os mais diversos fatos que, naturalmente, fazem-se atualizados e sobre tantos outros pontos que aludem à temática cotidiana do ser humano.

A crônica de Cony exemplifica e representa fielmente este gênero jornalístico. O vocabulário transita entre o estilo coloquial e o culto formal, enquanto seus temas

firmemente se concentram na temática e nos fatos do cotidiano. Ao mesmo tempo percebemos a presença de uma crítica social (haja vista o tom crítico que a crônica em questão toma, no terceiro parágrafo).

Além disso, vê-se, em sua composição, um cunho estrategicamente contextual. A analogia feita entre a atual situação política por que passa o país e a temível doença chamada câncer dá o tom de seriedade com que o assunto é tratado. Ao se reportar à metástase, Cony inaugura, de certa forma, uma historicidade, na crônica, pelo teor metafórico dado ao tema. Se há corrupção, em vários setores do governo, como que formando uma teia infecto-contagiosa de interligações (alusão à metástase no tumor maligno), então já existem ocorrências anteriores, historiadas pela opacidade e pela ocultação, que comprometem a transparência política. Acresce-se a isso, o grau de perenidade dado à questão política atual: ao empregar o pretérito imperfeito do indicativo, quando se refere ao câncer (segundo parágrafo), o cronista incorpora, à situação política, uma idéia de processo que, no passado, já se mantinha constante. Parece-nos, então, que “o organismo político da nação” já sofre, há algum tempo, de corrupção; é uma questão sociocultural.

Por fim, percebemos o teor temático da crônica “a metástase” em conformidade às temáticas abordadas na página A2. Tanto os editoriais quanto os artigos de opinião abordam o momento delicado do governo vigente, acerca de vários fatos que apontam para vertentes que se vão formando pela conjuntura atual.

Quanto ao levantamento das anáforas, podemos observar que elas assumem uma tarefa bastante significativa, na crônica: a construção do sentido. As expressões anafóricas, presentes no texto, deixam, à mostra, o seu valor argumentativo, pelo juízo de valor fornecido por elas.

Na crônica, a expressão “uma *doença maligna*” é um elemento anafórico que tem a propriedade de sustentar o tema, dando-lhe uma orientação argumentativa. Trata-se de uma anáfora indireta, ou seja, não há um antecedente pontual. Seu referente (denominado âncora) é recuperado pelo título “*A metástase*”, que autoriza, por inferência, a interpretação da anáfora indireta. O valor argumentativo desta anáfora está na forma lingüística expressa pelo adjetivo “maligna”. A escolha lexical feita exprime o ângulo perceptual do cronista em

relação à temática. O título “*A metástase*” refere-se ao câncer, ao se manifestar como tumor maligno. Metástase significa um foco secundário na evolução do tumor.

- Introdução (linha 3): “*os sinais*” é uma expressão anafórica que introduz um novo objeto-de-discurso, sob o modo do dado. Trata-se de uma anáfora indireta, cujo referente é recuperado pela remissão a uma âncora: “*uma doença maligna*”. Logicamente, esta recuperação se dá por meio de conhecimento sociocognitivo, fornecido pelas informações culturalmente compartilhadas em esquemas mentais.

- Introdução (linhas 7 e 8): “*A biópsia*” é uma anáfora indireta que remete à âncora “*uma doença maligna*”. Há, pois, todo um conhecimento compartilhado sobre câncer, que vai corroborando para encaminhar o tema para um determinado sentido.

- Introdução (linha 11): “*a doença*” é uma expressão anafórica que retoma pontualmente “*uma doença maligna*”. Trata-se, portanto de uma anáfora direta correferencial. Notemos que a retomada ocorre por termo genérico, porém está acompanhado de um determinante. A presença do determinante (artigo definido “a”) encaixa-se perfeitamente, visto que o texto vai se configurando pelas frases seqüenciais coesas e coerentes. A situação discursiva, que se enseja naquele momento do texto, é que permite que se faça uma certa escolha lexical. Segundo Koch (2002, p.92-93), as formas nominais referenciais são verdadeiros recursos coesivos na construção da textualidade. Aliás, observemos que, nas três ocorrências anteriores de SN, há a presença do determinante definido. Entendemos que esta escolha deve-se, então, ao fato de o locutor acreditar que o referente está no foco de atenção do interlocutor. Neste caso, o foco é realmente “*uma doença maligna*”.

- primeiro parágrafo (linha 5): “*terror da humanidade*” permite que se pense numa recategorização por nome genérico. A expressão anafórica é uma anáfora direta correferencial que retoma o referente “*o câncer*”. Caso pensemos na analogia que o autor mantém, no texto, entre a gravidade da doença e o estado atual da política brasileira, detectamos um juízo de valor bastante expressivo pela escolha do termo “*terror*”.

- segundo parágrafo (linhas 1 e 2): “*essa oncologia improvisada*” (sintagma nominal demonstrativo) tem um caráter axiológico, que se mostra pelo pronome “*essa*” e pelo adjetivo “*improvisada*”. Classifica-se como uma anáfora encapsuladora, por resumir o que está contido no co-texto precedente (mais especificamente, no parágrafo anterior). Todavia, não se trata somente de um item resumitivo. Mais que isto, representa a introdução de um novo referente, a partir do qual um novo caminho se abre para novas predicções. É óbvio, porém, que continua existindo a dependência interpretativa do co-texto anterior. Parece-nos que o demonstrativo contido no SN ilustra os casos que se distanciam das tendências de uso dos determinantes. Como vimos, caso haja modificadores integrando o SN, com importância tal para intervir na identificação do referente, a preferência se dá pelo uso do determinante definido. Nesta crônica, acreditamos que o modificador “*improvisada*” seja relevante para a identificação do referente. Observamos, porém, que há a presença do determinante demonstrativo e não do definido, como seria o esperado, conforme a tendência de uso.

- terceiro parágrafo (linhas 3 e 4): “*células malignas*” é uma expressão representativa dos políticos corruptos. Classifica-se como uma anáfora indireta, cuja âncora “*assunto propriamente dito*” permite esta interpretação. Toda a expressão representada pela forma lingüística do sintagma nominal substantivo + adjetivo transmite a carga avaliativa que se pretende dar ao tema.

Pela análise realizada, pensamos que o emprego das anáforas no gênero discursivo “crônica jornalística” é fator relevante na construção da coerência e da argumentatividade do texto. Também, por meio das expressões anafóricas, bastante visível se torna a angulação, pela qual o tema da crônica toma corpo. Portanto, por elas, reconhece-se o teor valorativo dado ao tema pela voz do cronista. Além disso, podemos observar que a escolha desta ou daquela expressão anafórica está na dependência absoluta do universo contextual. Lembremos, também, do papel relevante que assume a intertextualidade na construção do sentido. Nessa crônica, a expressão “*suculenta pizza*” toma um sentido particular recuperado, textualmente, pelo viés do intertexto.

4.5 – Análise da crônica 4

Seremos mais felizes – veiculada em 31/01/2006

O texto em questão ratifica a afirmação de que a crônica jornalística está, irremediavelmente, inserida num contexto sociocognitivo-interacional. O cronista traz, como propósito para sua conclusão sobre o homem e sua vida na praticidade do dia-a-dia, o assunto em voga: os foros sociais. Com uma técnica singular de fazer o leitor se prender à leitura, Cony alia, com a leveza própria da crônica jornalística, o fato as suas percepções. Daí se perceber, com bastante facilidade, que a crônica jornalística oscila entre a informação e o livre narrar. Porém, isso não significa afirmar que seja uma construção isenta de intencionalidade e comprometimento com o dito.

- Introdução (linhas 3 e 4): “um...” e “outro...” são anáforas correferenciais, cuja retomada é parcial. A anáfora parcial “um...” é formada pelo próprio quantificador. Já a anáfora parcial “outro...” é constituída do pronome indefinido. Em ambos os casos, o nome nuclear (foro) é elidido por economia lingüística, sem, porém, comprometer o entendimento. As duas expressões anafóricas retomam o referente “(d) os foros”.

- Introdução (linhas 5 e 6): “eventos distintos geográfica e ideologicamente” recategoriza seu antecedente por meio de um nome genérico. Evidentemente, havemos de prestar atenção ao modificador “distinto” que, por sua vez, recebe carga informativa dos termos “geográfica” e “ideologicamente”. A anáfora, nesse caso, classifica-se como direta correferencial e retoma o referente “os foros”. Atentemos para a recategorização do referente, por meio da qual elemento anafórico e antecedente se estruturam numa seqüência coesiva de organização.

- primeiro parágrafo (linhas 4,5 e 6): “jornalista premiadíssimo do jornal *The New York Times*” é uma expressão anafórica que retoma o referente “Thomas Friedman”, recategorizando-o. Segundo Cavalcante (2003, p.112), as expressões definidas podem

corroborar com dados que, ao mesmo tempo, especificam e qualificam o referente. Torna-se fundamental, na análise das expressões anafóricas, observarmos os termos que acompanham o nome-núcleo. Nessa anáfora, a argumentação é dada pelo superlativo “premiadíssimo”, que dá um tom de grandiosidade ao nome. Sua classificação é anáfora direta correferencial.

- segundo parágrafo (linhas 1 e 2): “gente categorizada” é uma expressão nominal que retoma os referentes “Thomas Friedman” e “Bill Gates”. A expressão consiste de um nome genérico (gente) + adjetivo (categorizada). A presença do adjetivo determina e ratifica, com bastante visibilidade, os referentes. Trata-se de uma anáfora direta correferencial recategorizadora. A recategorização promove uma gradação positivo-ascendente na linha de pensamento que vai se firmando até o término desse parágrafo.

- segundo parágrafo (linha 3): “personagem de Voltaire” é uma expressão que retoma, recategorizando, a expressão “Dr. Pangloss”. A exemplo da classificação feita no primeiro parágrafo, também se trata de uma anáfora direta correferencial constituída de uma expressão nominal definida. A expressão, como um todo, traz informação sobre de quem se trata o referente, entretanto, é o nome “Voltaire” que ratifica o caráter de representatividade pública dada no parágrafo anterior.

- terceiro parágrafo (linha 1): “a coisa” classifica-se como anáfora encapsuladora. A expressão, formada pelo SN determinante definido (a) + nome (coisa), rotula todo o contexto à esquerda. Interessante perceber que a expressão não só se caracteriza pelo seu teor resumitivo, mas também se completa nos itens lexicais que vêm em seguida, induzindo um novo referente. Portanto, o encapsulamento possibilita as predicções seguintes e, ao mesmo tempo, estabelece um elo coesivo que, nesse caso, é indispensável. O emprego do nome genérico “coisa” exemplifica a informalidade natural da crônica jornalística. Nesse parágrafo, o encapsulamento tem o objetivo de mudar a direção a ser tomada na leitura, de forma a trazer de volta uma expectativa já referida na introdução.

- terceiro parágrafo (linhas 4 e 5): à (a+) “a tecnologia” é uma anáfora direta correferencial por repetição. Há uma retomada do mesmo termo citado no primeiro parágrafo. Essa anáfora se apresenta sob a forma lingüística de uma expressão nominal definida. A presença do determinante definido confere, à expressão, a capa do dado.

- terceiro parágrafo (linhas 14 e 15): “maravilha tecnológica indiscutível” trata-se de uma anáfora encapsuladora. A expressão rotula o termo “tecnologia” e o exemplo que o acompanha. Observemos o quanto os elementos que compõem a anáfora colaboram com as explanações dadas ao longo do primeiro e segundo parágrafos (coerência situada). O encapsulamento compõe-se de um nome com valor positivo (maravilha) que se enriquece ainda mais pelos modificadores “tecnológica” e “indiscutível”. A função coesiva também é evidenciada pelo fato de que a anáfora inicia um novo parágrafo (atentemos para o valor cognitivo da paragrafação). A anáfora encapsuladora não deixa dúvidas da direção dada à leitura pelo cronista. O valor argumentativo do encapsulamento está na metáfora expressa pelo substantivo “maravilha”.

- quarto parágrafo (linhas 6 e 7): “a alavanca” é uma anáfora direta correferencial por repetição do nome-núcleo. A forma lingüística representada pela expressão nominal definida lhe confere, igualmente, a capa do dado.

- quinto parágrafo (linhas 4, 5 e 6): “uma façanha além da imaginação e da necessidade” trata-se de uma anáfora encapsuladora que rotula a informação contida no parágrafo em questão. O encapsulamento, além de resumitivo, transcende o campo da neutralidade e deixa à mostra o caráter opinativo-interpretativo do cronista. Logo, tem clara função argumentativa.

Pela análise feita, podemos definir que as expressões anafóricas são um forte recurso para que o leitor reveja suas predições e confronte-as com as pistas que levam à captação do sentido pretendido pelo cronista. Isso significa afirmar que, muitas das hipóteses traçadas pelo leitor, num dado ponto do texto, podem ser desfeitas num outro momento da leitura. Observamos que, no jogo discursivo presente na crônica, não há

linearidade e sim movimentos de projeção, de retrospectão, alusões, disjunções, fusões, etc. As formas lexicais, na função de expressões anafóricas, ao lado de outros elementos do processamento textual, expressam as escolhas intencionais do autor do texto. Podemos concluir, então, que as marcas lingüísticas deixadas pelo autor são sempre intencionais e sinalizadoras de argumentatividade.

Quanto ao tipo de anáfora, presenciamos uma predominância das diretas. Como já mencionado, essa tendência de uso pode ser explicada pelo fato de o produtor do texto pretender, intencionalmente, direcionar a leitura para um único ponto, evitando assim, possíveis digressões. Com isso, o cronista se resguarda da possibilidade de múltiplas leituras, quiçá distantes de seu projeto de dizer.

4.6 – Análise da crônica 5

A planície e o planalto – veiculada em 31/07/2005

A crônica “A planície e o planalto” é mais um exemplo de que o “discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada,...” (KOCH, 2002, p. 80). A expressão que serve como título para a crônica está situada no cenário político-cultural da vida pública. Portanto, com uma certa leveza, mas sem comprometer o ponto para o qual converge o texto, o cronista introduz dois termos sobre os quais recai uma avalanche de fatos e situações envolvendo a política e o atual governo. Ao leitor cabe apenas, quase que automaticamente, estabelecer as devidas associações que levam ao sentido depurado pela expressão. Como já esclarecemos, a memória discursiva exerce um papel fundamental para que haja uma captação de sentido, mesmo preliminarmente. Esse resgate de sentido somente se firma, na corrente discursiva, pelo estabelecimento de pontos associativos com as informações presentes na memória discursiva. Apothéloz & Doehler (2003 apud CAVALCANTE, 2005, p.137) sustentam a afirmação de que é preciso “que se atente para

o papel preponderante da atividade do discurso em sua dimensão situacional, social e interacional”. Por isso, é viável que acreditemos, resolutamente, no fato de que o título da crônica por certo não teria, no passado, esse sentido identificado hoje nas atuais circunstâncias do cenário político brasileiro. O que se quer demonstrar é que essas palavras juntas e inter-relacionadas herdaram esse estigma de um contexto sociopolítico comum e partilhado por uma dada comunidade. Portanto, em algum momento da situação histórico-social, os termos se recategorizaram.

Clark (1992 apud CAVALCANTE, 2005, p.137) acredita na existência de uma “base comum” sobre a qual se depositam, entre outros fatores, os conhecimentos partilhados, as crenças, as concepções culturais e históricas, as suposições comuns. O autor assevera que a base comum é “condição fundamental para que os sentidos e as referências se instituem nas atividades de linguagem”. A base comum assemelha-se ao que Koch (2002, p.87) chama de “background tido por comum”. No mesmo sentido, Cavalcante (2005, p.137) faz a afirmação de que “toda entidade referida é empregada sob a pressuposição de que de algum modo se tornará acessível na interação”. Logo, é de se esperar que as escolhas lexicais, nos processos referenciais, estão intimamente ligadas às suposições que o autor julga estarem na mente do leitor.

- título: “A planície e o planalto” é uma expressão formada pelos SNs determinante definido + substantivo. A expressão nominal é introduzida já recategorizada sem que haja elemento co-textual que o engatilhe, ou mesmo o ancore. Significa afirmar que estamos diante de uma introdução referencial, na qual o sentido é resgatado mesmo antes da própria leitura que vem a seguir. Isso acontece porque o recuperamos, inferencialmente, pelo nosso conhecimento de mundo. Cavalcante (2005, p.130) explica que, além de recuperar o referente da introdução referencial, de imediato “compreendemos a transformação que se processa no próprio instante em que o objeto-de-discurso é introduzido”. Dessa forma, o cronista emprega, já no título, as formas nominais que definem suas crenças e atitudes prováveis que virão ao longo do texto. Observemos que o introdutor referencial se torna um forte recurso argumentativo do qual o cronista dispõe.

- introdução (linha 6): “Mídia e CPI” classifica-se como anáfora direta correferencial por repetição. Essa anáfora se apresenta sob a forma lingüística substantivo + substantivo. A anáfora retoma somente os nomes-núcleo do referente “a CPI como a mídia em geral”. A troca na ordem dos substantivos não expressa nenhum significado, visto que as orações coordenadas que se seguem no período enfatizam a idéia de conjunto, sem implicar hierarquia entre os termos. A opção pela retomada dos nomes-núcleo parece se concentrar na idéia de que os referentes estão presentemente em foco na memória discursiva. Estão, como vimos, sob a capa do dado. Certamente, o leitor necessita do conhecimento que revela a importância da mídia no contexto atual. É de se esperar, também, que o leitor reconheça a presença significativa das CPIs no meio político.

- introdução (linhas 8 e 9): “(n) a dimensão horizontal do escândalo” constitui uma anáfora direta correferencial, pois retoma um referente introduzido no título (“a planície”). A descrição nominal representa uma recategorização do substantivo “planície”. O teor avaliativo-argumentativo dado pela anáfora traz informações que se apresentam, implicitamente, por meio do nome genérico de caráter negativo “escândalo”. Já o modificador “horizontal” situa o referente nos planos histórico e social.

- primeiro parágrafo (linhas 2 e 3): “a pólvora queimada” classifica-se como anáfora direta correferencial. A expressão reativa o referente “a pólvora pura ameaçada”. Entre o elemento anafórico e seu referente há uma previsibilidade de resultado lógico, de modo que consideramos que a anáfora integra somente uma categorização. Isso pode ser comprovado pela presença dos modificadores “pura ameaçada” e, conseqüentemente, “queimada”. Koch (2002, p.80) não põe dúvida de que uma modificação física a que se submete um referente não sugere, de maneira alguma, uma recategorização lexical. O que temos de analisar é o efetivo papel desse elemento anafórico ao longo da cadeia discursiva. Só assim poderemos identificar se esse objeto-de-discurso sofreu ou não uma requalificação a ponto de configurar-se com novos e decisivos aspectos.

- primeiro parágrafo (linha 6): “(n) a horizontal” é uma expressão formada pelo grupo nominal determinante (a) + nome (horizontal). Trata-se de uma anáfora direta

correferencial que, mais uma vez, reativa o nome (planície) constante no título. Os verbos “se perdendo” (introdução, linhas 7 e 8) e “patinando” (primeiro parágrafo, linha 6), bem como a presença da anáfora recategorizadora “(n) a dimensão horizontal do escândalo (introdução, linhas 8 e 9) permitem que a leitura siga coerentemente, sem que a anáfora tenha que ser preenchida com modificadores.

- primeiro parágrafo (linha 8): “(n) o mensalão” constitui uma anáfora indireta, uma vez que se acha na dependência interpretativa de certas estruturas anteriores que lhe servem de âncora. No caso dessa crônica, o termo “mensalão” se apresenta como sendo um referente novo, porém ancorado num universo textual que o precede. Existe, então, uma espécie de ativação-reativação nessa progressão referencial, na qual existem a informação nova e a velha denominada tematização remática (MARCUSCHI, 2000b, p.7). A anáfora indireta “o mensalão” está ancorada em informações que constam no modelo do mundo textual. Assim, a expressão nominal ancora no texto precedente, especialmente nos itens lexicais “CPI” e “esquema de corrupção”. Certamente a compreensão de “o mensalão” decorre também de fatores ligados ao contexto sociopolítico e histórico.

- primeiro parágrafo (linha 14): “(n) o banco tal” classifica-se como anáfora indireta. A expressão formada por um determinante definido (o) + nome (banco) + nome (tal) não contém um antecedente literal explícito, mas se apóia nos itens que a ancoram, quais sejam, “uma retirada” e “(n) a conta” (acompanhados de dados numéricos).

- segundo parágrafo (linha 1): “cada descoberta” classifica-se como anáfora indireta, visto que, sem um antecedente explícito, ancora-se em informações contidas no parágrafo anterior, especialmente no fragmento frasal “acrescentando mais um deputado à lista dos envolvidos no *mensalão*”. A expressão é constituída de pronome adjetivo (cada) + nome (descoberta).

- segundo parágrafo (linhas 8 e 9): “(n) o estranhíssimo campeonato” constitui uma anáfora indireta. A expressão, formada lingüisticamente por determinante definido (o) + nome (campeonato), não contém um antecedente explícito para a retomada. Sua

interpretação se apóia na âncora anterior “a emulação”. Essa anáfora possui marcas lingüísticas que expressam argumentatividade. Assim, observamos o adjetivo no superlativo “estranhíssimo”, que claramente expressa um juízo de valor, ao lado do substantivo “campeonato”. A expressão nominal metaforicamente revela a opinião crítico-avaliativa do produtor do texto.

- segundo parágrafo (linhas 10 e 11): “o grande escândalo” constitui uma anáfora direta correferencial que retoma “o mensalão”, recategorizando-o. A função argumentativa está expressa no grupo nominal formado pelas seguintes marcas lingüísticas: determinante (o) + modificador (grande) + nome genérico (escândalo). A argumentação encontra-se fortemente marcada pela metáfora exibida no nome “escândalo” que traz, por si só, um caráter avaliativo negativo. Mesmo assim, o produtor do texto reforça seu projeto de dizer ao acrescentar, estrategicamente, o adjetivo “grande”.

- quarto parágrafo (linhas 1 e 2): “(d) o vértice da pirâmide”; “(d) o núcleo do poder” são expressões nominais que retomam o nome “o planalto”. Elas formam SNs compostos de determinante definido (o) + nome (vértice e núcleo, respectivamente) + locução adjetiva (da pirâmide e do poder, respectivamente). Esses grupos nominais se classificam como anáforas diretas correferenciais. Ambas categorizam o referente evidenciando seu valor hierárquico. Do ponto de vista argumentativo, tornou-se bastante importante a relação entre os nomes e suas respectivas locuções adjetivas na construção do referente.

- quarto parágrafo (linhas 5 e 6): “um escrúpulo oportunista” retoma como anáfora direta correferencial o termo “temor”. A expressão formada lingüisticamente de artigo indefinido (um) + nome (escrúpulo) + adjetivo (oportunista) recategoriza o referente requalificando de maneira a avaliá-lo negativamente. O caráter negativo, tanto do nome “escrúpulo” quanto do modificador “oportunista”, transmite ao referente e ao próprio enunciado o tom de argumentatividade estabelecido até então. A leitura do co-texto precedente torna-se bastante pertinente no sentido de clarificar a relação entre a anáfora e seu referente. Reparemos que o SN é constituído de uma expressão nominal indefinida com

valor anafórico. Koch (2002, p.88) explica que pode existir a retomada de referentes via artigo indefinido, embora essa não seja a opção usual. Acreditamos que, nessa expressão anafórica, o indefinido esteja muito mais na função de intensificar a informação transmitida que no intuito de prosseguir o texto coesivamente.

- quarto parágrafo (linhas 10 e 11): “onda de corrupção” retoma a expressão “esquema de corrupção”. Entendemos que seja uma anáfora direta correferencial por categorização, porquanto equivale em sentido ao seu referente. O produtor do texto, com a retomada, mantém em foco o tema generalizador “a corrupção”, a partir do qual todas as predicções se fundam. O substantivo “corrupção”, por seu valor naturalmente negativo, fornece toda a orientação argumentativa. A anáfora forma-se pelo grupo lingüístico nome (onda) + locução adjetiva (de corrupção).

- quarto parágrafo (linhas 13 e 15, respectivamente): “a planície”; “o planalto” são SNs compostos lingüisticamente de determinante definido + nome. Ambos retomam pontualmente o título da crônica. As expressões nominais, como já vimos, ao retomarem o introdutor referencial e tudo o que ele representa, por meio de nosso conhecimento sociocognitivo, bastam-se por si mesmas.

Por meio da análise da crônica “A planície e o planalto” facilmente se identificam as expressões nominais como orientadoras do caminho a ser tomado na leitura. Esses grupos nominais encontrados desempenham papel imprescindível para se detectarem os valores argumentativos dados ao tema. Na mesma medida, encontram-se seus modificadores axiológicos que, nessa crônica, adquirem significação negativa. É o caso, por exemplo, de “grande” (segundo parágrafo, linha 10) e “oportunista” (quarto parágrafo, linhas 5 e 6). As expressões nominais acompanhadas de modificadores, em sua maioria, são introduzidas por determinantes definidos. Esse dado faz lembrar a noção de que, quanto ao uso dos determinantes demonstrativo e definido, existem somente tendências de uso. No caso dessa crônica, os modificadores são importantes para a construção argumentativa e não para o reconhecimento do referente. Nesse caso, o usual seria o emprego de demonstrativo, mas o que ocorre é a preferência pelo definido (ZAMPONI, 2003, p.234).

Um dado importante, já averiguado, ao longo das análises e do próprio corpo teórico desse trabalho de pesquisa, é aquele que diz respeito aos processos envolvidos na atividade de referenciação. Nesse sentido, inclinamo-nos, tal como postula Marcuschi (2004, p.264), à pretensão de deixar evidente que, seja qual for a intenção de emprego da linguagem, nosso discurso sempre estará sociocognitivamente produzido “no contexto de uma relação com o interlocutor situado numa cultura e num tempo histórico e esta relação sempre se acha marcada por uma ação”. Bentes (2004, p.282) prudentemente amplia a visão de cognição e a coloca como “integrada das faculdades cognitivas do ser humano, onde linguagem, percepção, afeto, atenção, memória, estrutura cultural e outros componentes do sistema cognitivo encontram-se definitivamente inter-relacionados”. Disso decorre nosso propósito de pensarmos que o processo envolvendo a anáfora, inclusive na reativação de referentes, evidencia muito mais que uma identidade entre termos. Parece-nos mais providencial examinarmos a anáfora numa esfera sociocognitiva ampla de abrangência que envolva atores sociais, situados cultural e historicamente, passíveis de enquadres inferenciais, de conhecimentos partilhados e em constante interação.

4.7 – Análise da crônica 6

O guarda-chuva e a botânica - veiculada em 13/02/2006

A crônica em questão mantém o étimo com a página A2 da Folha de São Paulo, ao se concentrar, tematicamente, no período de retorno às aulas e na sua característica de gênero opinativo. “O guarda-chuva e a botânica” é mais um exemplo de que a crônica jornalística se insere num universo sociocultural e histórico. Em tal dimensão, esse gênero levanta, com uma disposição clara para a argumentação, fatos e situações do cotidiano de modo a criar formas de angulação que conduzem a leitura para uma direção. Já na introdução, percebemos, com bastante nitidez, o traço argumentativo dessa crônica. Reparemos, por exemplo, os itens lexicais que modificam os substantivos a que

correspondem e, ao mesmo tempo, ao lado deles, servem de âncora para o elemento anafórico “um professor mal remunerado”.

- introdução (linhas 8 e 9): “um professor mal remunerado” é uma expressão sem antecedente pontual, mas sua interpretação facilmente se constrói por meio de âncoras com as quais mantém uma relação de sentido. Assim, os itens lexicais “ensino”, “alunos”, “(n) uma sala combalida” motivam o surgimento dessa expressão no universo co-textual. O grupo nominal formado lingüisticamente por artigo indefinido (um) + nome (professor) + modificadores (mal remunerado) classifica-se como anáfora indireta. A forma lingüística “mal remunerado” contribui para a argumentação emitindo um juízo de valor sobre o qual recai um caráter negativo.

- introdução (linha 5): “o ensino” retoma pontualmente o mesmo nome. Sua forma lingüística determinante definido (o) + nome (ensino) mantém o tópico em foco. A expressão nominal classifica-se como anáfora direta correferencial.

- primeiro parágrafo (linha 1): “os alunos” retoma pontualmente o nome “alunos”. A exemplo do caso anterior, a forma lingüística determinante definido (o) + nome (alunos) mantém o tópico em foco. Trata-se, também, de uma anáfora direta correferencial.

- primeiro parágrafo (linhas 1 e 2): “o dever de casa” não reativa um referente prévio, mas se apóia nos itens lexicais precedentes, tal como acontece ao elemento anafórico “um professor mal remunerado”. Marcuschi (2000b, p.10) explica que se trata de “um esquema cognitivo em que estão vários elementos possíveis de ativação (...)”. Classificamos a forma lingüística determinante definido (o) + nome (dever) + locução adjetiva (de casa) como anáfora indireta.

- segundo parágrafo (linha 1): “isso” trata-se de uma anáfora encapsuladora. O demonstrativo resume toda a porção textual precedente. Atentemos, porém, para seu valor significativo de promover a progressão textual.

- segundo parágrafo (linha 2): “a educação” reativa por repetição o referente posto na introdução do texto. Trata-se de uma anáfora direta correferencial. Sua forma lingüística determinante definido (a) + nome (educação) mantém o objeto-de-discurso em foco estabelecendo, dessa forma, uma seqüência textual coesa e coerente.

- terceiro parágrafo (linha 1): “ele” consideramos um tipo especial de anáfora correferencial por entendermos que os pronomes pessoais não se caracterizam como co-significativos ou recategorizadores.

- terceiro parágrafo (linha 5): “um colega” é um termo anafórico cujo resgate se dá por meio da inferenciação. O nome “colega” ajuda a inferir que se trata de um professor. A expressão nominal não possui antecedente literal explícito, mas a acessibilidade de sua interpretação está na questão de existirem estruturas do universo textual que efetuam o entendimento da situação discursiva referencial. A expressão se apóia, então, em âncoras do universo co-textual como “mas nem mesmo a educação tem bons antecedentes entre nós”, “meu pai era professor” e “os colégios”. A forma lingüística artigo indefinido (um) + nome (colega) classifica-se como anáfora indireta.

- terceiro parágrafo (linha 6): “um senhor” retoma o referente “um colega” recategorizando-o. A expressão nominal constituída por artigo indefinido (um) + nome (senhor) classifica-se como anáfora direta correferencial. Um dado importante pode ser observado nessa expressão anafórica formada pelo indefinido. A propósito, Koch (2002, p.88) alerta para a possibilidade de a referenciação dar-se pelas expressões nominais indefinidas com função anafórica, sem que haja introdução de um novo referente. O indefinido, no caso desse exemplo, tem o objetivo de dar continuidade à construção do referente.

- quarto parágrafo (linha 4): “o diretor” é um elemento anafórico que não reativa entidade prévia. No entanto, seu entendimento, na cadeia discursiva, dá-se facilmente, visto que esse SN tem sua ancoragem em estruturas co-textuais, principalmente nos itens

“professor de botânica”, “o colégio” e “aulas de botânica”. A forma lingüística determinante definido (o) + nome (diretor) classifica-se como anáfora indireta.

- quinto parágrafo (linha 1): “o diretor” retoma, por repetição do item lexical, seu referente. Trata-se de uma anáfora direta correferencial.

- quinto parágrafo (linhas 1 e 2): “um botânico” não retoma pontualmente “professor de botânica”, mas ancora-se nessa expressão. Não há, portanto, remissão pontualizada, muito menos correferenciação. A construção referencial dá-se por meio da dependência de informações precedentes. A expressão nominal constituída de indefinido (um) + nome (botânico) classifica-se como anáfora indireta.

- quinto parágrafo (linha 4): “a nomeação” trata-se de um elemento anafórico que, a exemplo da análise anterior, não retoma pontualmente “dar aulas de latim”, mas ancora-se nessa expressão. Logo, o SN formado de determinante definido (a) + nome (nomeação) classifica-se como anáfora indireta.

- quinto parágrafo (linha 5): “os dois guarda-chuvas” retoma pontualmente os referentes “um guarda-chuva” e “um outro guarda-chuva” (retomado já em “o próprio guarda-chuva”). O grupo nominal formado de determinante definido (os) + numeral (dois) + nome (guarda-chuvas) classifica-se como anáfora direta correferencial. A recuperação desses referentes mantém a cadeia coesiva e estabelece a coerência do texto.

- quinto parágrafo (linha 6): “(n) o colégio” retoma, por repetição do item lexical, seu referente. Trata-se de uma anáfora direta correferencial.

- sexto parágrafo (linha 1): “os” é um pronome pessoal do caso oblíquo que retoma, de maneira integral, seu referente “os dois guarda-chuvas”. Ao recuperar o referente, organiza a seqüência textual de maneira a estabelecer a coesão e a coerência. Trata-se de uma anáfora direta correferencial.

- sexto parágrafo (linhas 4 e 5): “uma suculenta e ilegível matéria” é uma expressão sem antecedentes pontuais, mas sua interpretação é facilitada pela presença de itens lexicais que lhe servem de âncoras. Como já citado nessa análise, trata-se de um “esquema cognitivo” em que diversos elementos estão potencialmente na condição de serem ativados a qualquer momento. Assim, o nome “matéria” está nessa condição ao ancorar-se no texto precedente, em especial, nos itens “o jornal” e “a reportagem”. O SN formado de indefinido (um) + modificadores (suculenta, ilegível) + nome (matéria) classifica-se como anáfora indireta. A argumentação está expressa pelas metáforas que surgem dos adjetivos “suculenta” e “ilegível”. Além disso, esses modificadores estabelecem os elos coesivos com as informações anteriores e dão o tom de ironia e comicidade à crônica.

Essa análise realizada, juntamente com as anteriores, autoriza que identifiquemos as anáforas indiretas como facilitadoras da compreensão de sentido dado ao texto. Certamente, sem o reconhecimento e a reflexão dessas anáforas, o sentido ficaria lesado ou relegado a um segundo plano. Certificamo-nos, também, que o processamento textual depende, substancialmente, da organização discursiva dos elementos (coesão) e da construção de sentido (coerência) promovida pelas expressões anafóricas. Acrescentemos a isso a importância das anáforas para se detectarem os valores argumentativos e as direções avaliativas postas em jogo pela voz do autor. Nessa crônica, temos a dimensão avaliativa dada aos nomes “ensino” e “educação”.

CONCLUSÃO

As análises realizadas, à luz dos fundamentos teóricos, autoriza o levantamento de dados. Visto que essa pesquisa tem como objetivo mostrar, no gênero discursivo “crônica jornalística”, a função das expressões anafóricas, não só na organização textual, mas também como mecanismos de argumentação, trabalhou-se no trato com o texto de duas formas. Primeiramente, observaram-se as caracterizações do gênero discursivo “crônica jornalística”. Em um segundo momento, analisaram-se as expressões anafóricas. Vale relembrar que essas duas formas de se abordar o texto estão, invariavelmente, acomodadas no tema da referenciação e em todas as implicações que possam suscitar dessa perspectiva.

A análise feita trouxe resultados importantes para o objetivo desse trabalho. Quanto à caracterização propriamente dita da crônica jornalística, presenciamos a voz do autor e a angulação dada por ele aos temas abordados. Ao mesmo tempo em que percebemos, na crônica, o fato que dá a transitoriedade inerente do jornal, observamos, pelas singulares associações, o eterno, que dá o tom literário a este gênero. Nesse quesito, é importante destacarmos que essas associações, presentes nesse gênero midiático, são construções constitutivamente discursivas e interacionais. A crônica, então, mostrou-se um instrumento importante para se detectarem valores contextuais, num universo sociocultural e histórico das atividades de linguagem.

Quanto à opção por se trabalhar com gênero do discurso, uma vez detectada sua extrema importância no seio das atividades humanas, não nos parece penoso argumentar em favor dessa escolha. Sabemos que a variedade dos gêneros do discurso é incontável. Podemos afirmar, inclusive, que existem tantos gêneros quantas forem as ações envolvidas nas atividades humanas. Como estas são infinitas e dinamicamente inesgotáveis, aqueles também o são. Assim sendo, os gêneros discursivos são sempre fenômenos históricos, profundamente fincados na corrente da vida social e cultural. Assim confere Marcuschi (2002, p.19), quando se refere aos gêneros: “são entidades sociodiscursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa.”

Se nos lançarmos, mais especificamente, ao gênero em relação à lingüística de texto, validamos, da mesma forma, a nossa linha de pesquisa e os resultados obtidos nas análises. Conforme Maingueneau (1996, p.204), “Quando passamos a nos interessar pela

gramática de texto, fica impossível abstrairmos o contexto de enunciação, materializado no gênero de discurso do qual depende o enunciado considerado”. Por isso, acreditamos que o gênero discursivo crônica jornalística ilustrou, com bastante vigor, as atividades enunciativas, conduzidas em um modelo sociocognitivo da linguagem, cujos sujeitos sociais interagem discursivamente, num vasto percurso de versões públicas do mundo. Um dado interessante detectado, ao longo das análises, refere-se à explicitude do querer-dizer, de maneira completa. Parece ser bastante fértil a opção do cronista pela ativação de domínios cognitivo-discursivos, como a inferência, a intertextualidade, o conhecimento de mundo,.... Esses domínios certamente levam às deduções implícitas do querer-dizer.

No que diz respeito às expressões anafóricas, observamos que todos os tipos de anáforas foram encontrados. Pela análise feita, identificamos tanto as anáforas correferenciais, quanto as anáforas indiretas e as encapsuladoras. Acreditamos que, embora a anáfora direta correferencial tenha sido frequentemente empregada, não há motivos para colocá-la como facilitadora da compreensão ou, de uma maneira extrema, como mecanismo empobrecedor do próprio texto. Podemos perceber que a anáfora correferencial não reduz o texto a uma simplificação de sentido. Em muitas situações, percebemos, inclusive, um maior esforço interpretativo no sentido de resgatar informações no co-texto e na relação interativamente situada que vai se construindo na cadeia discursiva para compreensão de uma ou outra anáfora direta. Vimos que as expressões nominais, qualitativamente enriquecedoras do texto, compõem a anáfora dita direta e, sem exceção, são empregadas estrategicamente, definindo-se na e pela atividade discursiva. Logo, a correferencialidade também se reveste de sentidos relevantes para o projeto global do texto. Da mesma forma, ela se caracteriza como fundamental para cada direção argumentativa posta em jogo, pela voz do autor. Isso é facilmente detectável por meio dessas escolhas lexicais, tanto em relação aos nomes, como em relação aos determinantes e aos modificadores. Acreditamos que a reiteração do termo já é uma forma argumentativa de se lidar com a linguagem. Há sempre uma intenção, por parte do locutor, de construir uma imagem do referente. Assim sendo, a tendência ao emprego desse tipo de anáfora, observada nas crônicas, não nos autoriza a identificá-lo como um caso paradigmático.

Já em relação às anáforas indiretas, acreditamos que, ao introduzirem um referente novo, não constituem casos de ambigüidade interpretativa ou de difícil acesso à

compreensão. Conforme detectamos nas análises, elas sempre estão apoiadas em âncoras, que as sustentam. Observamos, efetivamente, que as anáforas indiretas exercem dupla função: de amarrarem o tema e, ao mesmo tempo, de garantirem a progressão seqüenciada da linha temática. Desse modo, elas se manifestaram no texto como facilitadoras da compreensão e da coerência. Acreditamos, pois, que essas anáforas são necessárias para o curso da textualidade. Esse dado ratifica nossa posição de que a anáfora direta não constitui um tipo corrente de uso nos textos escritos. Pelas análises realizadas nas crônicas, observamos a opção do autor pelo emprego de nomes avaliativos, nas ocorrências de anáforas indiretas, se bem que podemos assegurar que a presença desses nomes permeou os textos examinados, como nomes-núcleo das expressões anafóricas e das introduções referenciais.

Quanto às anáforas encapsuladoras, podemos entendê-las como um recurso coesivo, no qual não há somente a caracterização resumitiva. Elas realmente abrem caminho para as predicções seguintes. São, portanto, expressões anafóricas indispensáveis tanto na organização quanto na progressão textuais. Percebemos, também, a possibilidade de se acoplar um valor axiológico ao núcleo do encapsulamento. Evidenciamos esse dado, na análise, pela ocorrência de um SN acrescido de um adjetivo avaliativo como modificador.

Com relação ao uso dos determinantes, é possível se pensar, de uma maneira mais flexível, em tendências de uso. Embora o determinante definido tenha sido mais empregado, cremos que o uso do determinante demonstrativo seja um forte aliado do locutor para que se tenha a garantia da recuperação do co-texto à esquerda. Ao empregar o SN demonstrativo, o locutor não deixa a cargo do interlocutor a procura pelo referente. Há casos nos quais o locutor prefere apresentar o referente como “aquele que eu mostro” (caráter indexical do demonstrativo) a arriscar-se imaginar que o referente ainda esteja no foco de atenção do interlocutor e, portanto, um SN definido seja a escolha para emprego. Certamente, muitos outros elementos, presentes contextualmente, delineiam o favorecimento de um determinante demonstrativo ou definido. Acreditamos, porém, que o contexto sociocognitivo-interacional e a situação imediata são fortes fatores de encaminhamento de uso para um determinante definido ou um determinante demonstrativo. Gostaríamos de frisar que todos esses aspectos envolvendo os determinantes impulsionam o surgimento de pesquisas amplas e detalhadas sobre o assunto.

Nossa discussão também se concentrou num dado que, talvez, abrigue-se no centro de muitas discussões: referência e anáfora não coincidem a ponto de se assemelharem, significativamente, nas ocorrências discursivas. Se assim não o fosse, como explicaríamos os casos nos quais um objeto-de-discurso é introduzido sem que nenhum elemento presente no co-texto o ampare como âncora ou como gatilho? Conseqüentemente, reconhecemos que, nesses casos, ocorrem introdutores referenciais. É assim que, tal como sustenta Cavalcante (2003, p.127), a referência toma corpo não só em presença de anáfora, mas também nas situações nas quais há introdução referencial. É possível se pensar que, na crônica jornalística, essas introduções referenciais dão a direção argumentativa que o autor deseja construir, ao longo do texto. Aliás, observamos que as introduções referenciais, identificadas nas análises, foram evidenciadas novamente, no decorrer do texto, como anáforas correferenciais. Esse dado nos faz pensar que o projeto argumentativo, posto no título pelo introdutor referencial, pode diluir-se, na esfera discursiva, em forma de anáforas correferenciais.

Nossa investigação permite concluirmos que as expressões nominais, de um modo geral, mas especialmente nesse gênero discursivo, representam as escolhas lexicais estrategicamente postas em curso, pela voz do autor. Significa afirmarmos que, diante de um vasto repertório, o cronista seleciona os itens lexicais, convenientes ao seu projeto argumentativo de dizer. De certo que acreditamos existirem escalas argumentativas (ou persuasivas) lexicais. Dito de outra forma, existem palavras que são mais ou são menos argumentativas. Basta que pensemos nos nomes genéricos (muitas vezes menos argumentativos) ou nos nomes metafóricos (argumentativos por excelência). Mesmo assim, cremos que, na corrente discursiva, não existe neutralidade. Por isso, abrimos a possibilidade para refletirmos sobre a evidência de que todas as manifestações lexicais denotam muito mais que um estilo, porquanto estão envolvidas, todo o tempo, num processo amplo de avaliações incessantes e tomadas de posição.

Por fim, é bom que tenhamos em conta que, sob o olhar da Linguística Aplicada, essa pesquisa evidencia a importância da referenciação como uma forte ferramenta para o professor. Uma vez observada a dificuldade de o leitor / aluno chegar à leitura de excelência, sobre a qual se deposita a reflexão compreensivo-interpretativa, percebemos o valor expressivo que os elementos anafóricos adquirem nesse sentido.

O fato de o aspecto sociocognitivo-interacional estar à frente nos estudos concernentes à linguagem faz com que questões da maior importância surjam nesse cenário. Koch (2004b, p.33) destaca os estudos relativos à progressão textual (dentre os quais a referenciação), aos gêneros discursivos, à intertextualidade, ao próprio processamento sociocognitivo do texto, entre outros, como imprescindíveis na “agenda de estudos da linguagem”. Portanto, o professor deve se valer dos mecanismos de referenciação ao introduzir, em suas aulas, as práticas de leitura e produções textuais.

Cumpra que tenhamos a noção primeira, fartamente discutida nessa pesquisa, de que todo processo discursivo se forma à medida que os sujeitos sociocognitivamente interagem, munidos de seus elementos culturais, sociais, de suas crenças e convicções. Assim sendo, parece evidente que, seja qual for o pretexto de leitura e produção textuais, não podemos dispensar o entorno histórico e sociocultural do qual se apropria o texto. Precisamos atentar ainda para o fato de que, pela visão sociointeracional, a linguagem é sempre uma ação compartilhada que nasce em razão de uma atividade discursiva, situada social e ideologicamente. Logo, os processos cognitivos não se encontram preliminarmente prontos e independentes da própria vida em curso.

Nesse sentido, a referenciação vem auxiliar o trabalho do professor, uma vez que ela contempla toda essa visão de discurso constitutivamente contextualizado, histórica e socioculturalmente situado. Ao nos reportarmos aos processos de referenciação, aludimos à construção de objetos-de-discurso que se originam na e pela atividade discursiva. Por isso a anáfora não deve ser considerada meramente em relação pontual com um referente anterior. Ela faz parte, de fato, de um universo bem mais amplo em que relações semânticas, cognitivas e discursivas estão em jogo. São essas relações que fornecerão as pistas que levarão ao sentido.

Outrossim, as atividades envolvendo o estudo da gramática podem aliar o conhecimento científico das estruturas morfossintáticas ao reconhecimento dos aspectos discursivos, numa dimensão pragmático-argumentativa, promovida pela reflexão sobre o papel efetivo das anáforas na textualidade. Isso significa afirmar que uma escolha lexical, por exemplo, rege-se pela intencionalidade argumentativa que, por sua vez, disciplinará, não raramente, a opção por uma forma sintática adequada ao contexto. Como bem apontam Silva & Gurpilhares (2006, p. 57-58), a referenciação mostra-se um elemento indispensável

nos estudos que envolvem as análises morfológicas e sintáticas. As autoras acrescentam que "qualquer texto se torna atraente se o professor oferecer análises que, embora partam dos aspectos gramaticais, contemplem os componentes semânticos e pragmáticos, os quais muitas vezes determinam as escolhas sintáticas dos enunciados".

O aluno que é levado a perceber os elementos anafóricos e sua função na corrente discursiva naturalmente reconhece como o texto se organiza de maneira a manter uma interligação lógica entre os termos lexicais (coesão). Da mesma forma, identifica as marcas lingüísticas deixadas pelo autor, seu estilo e significação valorativa dada ao texto. Certamente são elementos que levam à condução da leitura pelo viés da argumentação e da construção do sentido (coerência constitutivamente situada).

Todos esses aspectos concernentes à referenciação nos fazem pensar que a real competência lingüística, tanto em relação à leitura quanto à escrita, perpassa pelo exercício de reflexão das expressões anafóricas. Por isso, devemos também situar essa pesquisa para além dos estudos da referenciação por ela mesma. Seja qual for o campo de pesquisa, a Lingüística Aplicada, inexoravelmente atrelada a sua função social, deve se voltar à aplicação prática de ensino. Entendemos, pois, que essa investigação abre espaço para se pensar numa trajetória científica de análise das anáforas comprometida com a concepção de língua concreta, absorta em uma estrutura flexível e variável de uso, a ser desvendada pelo olhar responsivo-reflexivo do leitor / aluno.

REFERÊNCIAS

APOTHÉLOZ, Denis. **Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual**. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 53-84.

APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. **Definido e demonstrativo nas nomeações**. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 131-176.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11^a ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BENTES, Anna Christina. **Linguística Textual**. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 1. 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 245-285.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kasper Hauser ou a Fabricação da Realidade**. São Paulo: Cultrix, 1985.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Gêneros do discurso na escola**. 3^a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BRITO, Eliana Vianna. **O ensino das estratégias de leitura**. In: SILVA, Elisabeth Ramos da (Org.). **Texto & Ensino**. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Expressões referenciais – uma proposta classificatória.** Revista Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas. v. 44, p. 105-118, Janeiro / Junho/ 2003.

_____. **Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram.** In: KOCH, Ingedore G. Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 125-149.

CONTE, Maria-Elisabeth. **Encapsulamento anafórico.** In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Lingüística textual: introdução.** 6^a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à lingüística.** 3^a ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FRANCIS, Gill. **Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais.** In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.

GOMES, Pedro Gilberto. **Artigo.** In: MELO, José Marques (Org.). **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo.** Colaboradores Pedro Gilberto Gomes et al. São Paulo: FTD, 1992.

GUARACIABA, Andréa. **Crônica.** In: MELO, José Marques (Org.). **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo.** Colaboradores Pedro Gilberto Gomes et al. São Paulo: FTD, 1992.

ILARI, Rodolfo. **Anáfora e correferência: por que as duas noções não se identificam?** Revista Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas. v. 41, p. 91-109, Julho / Dezembro / 2001.

KATO, M. **O aprendizado da leitura.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.

KLEIMAN, Angela. **Texto e Leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura.** Campinas, São Paulo: Pontes, 1989.

_____. **Leitura: ensino e pesquisa.** 2^a ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem.** 3^a ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A inter-ação pela linguagem.** 8^a ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial.** In: NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria José; OLIVEIRA, Roberta Pires de (Orgs.). **Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari.** São Paulo: Contexto, 2004a. p. 244-262.

_____. **Introdução à lingüística textual.** São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

_____. **Referenciação e orientação argumentativa.** In: KOCH, Ingedore G. Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.

LIMA, Maria Luiza Cunha. **Construção da referência e representação lexical: Por um tratamento dinâmico da semântica lexical.** Revista Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas. v. 41, p. 149-164, Julho / Dezembro / 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Elementos de lingüística para o texto literário.** Tradução: Maria Augusta Bastos de Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Análise de textos de comunicação.** Tradução: Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Leitura como processo inferencial num universo cultural-cognitivo.** In BARZOTTO, Valdir Heitor (Org.). **Estado de leitura.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.

_____. **Quando a referência é uma inferência.** In: grupo de estudos lingüísticos de São Paulo – GEL – SP, 2000a.

_____. **Anáfora Indireta: o barco textual e suas âncoras.** In: VII Jornada do Celsul. 2000b. Curitiba. Anais do IV Congresso do Celsul.

_____. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade.** In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino.** RJ: Lucerna, 2002.

_____. **O léxico: lista, rede ou cognição social?** In: NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria José; OLIVEIRA, Roberta Pires de (Orgs.). **Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari.** São Paulo: Contexto, 2004. p. 263-284.

_____. **Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras.** In: KOCH, Ingedore G. Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

MELO, José Marques. **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo.** Colaboradores Pedro Gilberto Gomes et al. São Paulo: FTD, 1992.

_____. **Jornalismo opinativo.** Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MONDADA, Lorenza; Dubois, Daniele. **Construção dos objetos de discurso e categorização : Uma abordagem dos processos de referenciação.** In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MONDADA, Lorenza. **A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica.** In: KOCH, Ingedore G. Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-31.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. **Semântica.** In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.** v. 2. 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 17-46.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino.** In: Revista Brasileira de Educação – ANPEd, n^o 11 Maio / Junho / Julho / Agosto – 1999, p. 5-16.

SILVA, Elisabeth Ramos da; GURPILHARES, Marlene Silva Sardinha. **Interfaces entre a Lingüística e a Gramática no ensino da Língua Portuguesa**. In CASTRO, Solange T. Ricardo de; SILVA, Elisabeth Ramos da(Orgs.). **Formação do profissional docente: Contribuições de pesquisas em Lingüística Aplicada**. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006. p. 47-71.

ZAMPONI, Graziela. **O determinante demonstrativo em sintagmas nominais**. Revista Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas. v. 41, p. 141-147, Julho / Dezembro / 2001.

_____. **Processos de referenciação: anáforas associativas e nominalizações**. 2003. 255f. Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística, Campinas, 2003.

ANEXOS

ANEXO A - Laranjas de hoje e de ontem

RIO DE JANEIRO – Acredito que ninguém mais duvide da existência do “mensalão”. A CPI vai apurar apenas os detalhes do escândalo: quem pagou, quem recebia, quando e quanto.

Como prática política – e ideológica também, embora não haja qualquer ideologia no “mensalão” da vez -, pagar deputados para formar uma base contra ou a favor de um governo é tradição antiga. Para não ir muito longe, basta lembrar o Ibad, sigla que já não lembro mais o que significa, acho que Instituto Brasileiro de Ação Democrática, ou coisa parecida. Grosso modo, seria um “mensalão” cuja finalidade principal e talvez única fosse a de financiar parlamentares que formassem uma linha de ação no Congresso contra o governo de João Goulart, que estava sendo acusado de preparar um golpe para implantar o comunismo no Brasil.

O Ibad financiado aberta e prodigamente com dinheiro norte-americano. O embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, que teria papel importantíssimo no golpe de

1964, administrava à distância a caixa e os propósitos do Ibad. Mas a operação em si ficara a cargo de brasileiros mesmo, laranjas dos interesses do Departamento de Estado dos EUA.

Laranjas idealistas, que se reuniam na modesta sala do Edifício Central, aqui no Rio. Um coronel até então obscuro – e bota obscuro nisso – começou a ser falado, repetido e temido: Golbery do Couto e Silva. Acho que este nome não é estranho para aqueles que viveram aqueles anos hoje chamados de chumbo.

Em termos operacionais, o chumbo começou lá, na pequena sala onde candidatos a isso ou àquilo iam buscar recursos para a campanha de salvação da pátria. Golbery, mais tarde, fundaria o SNI (extensão oficializada do próprio Ibad), sobrevivendo hoje na Abin, que tem o mesmo DNA.

O produto final do Ibad foram os 21 anos de regime totalitário. À primeira vista, o mensalão de hoje pareceria inocente, destinado apenas a garantir projetos de rotina do governo. Mas.... e depois?

ANEXO B - Lineu e o mensalão

RIO DE JANEIRO – Alguns leitores reclamaram da crônica publicada neste espaço, quando afirmei e reafirmei que a maioria da população brasileira, ao contrário do que a mídia e os políticos estão dizendo por aí, não está escandalizada e muito menos ligada aos escândalos que provocaram a crise nacional mais importante dos últimos anos.

No seu último boletim, divulgado domingo passado, o IVC(Instituto Verificador de Circulação), que funciona oficiosamente como termômetro da venda avulsa dos órgãos da imprensa escrita, revelou que o mensalão(e muito menos o estouro nos Correios) não aumentou a circulação dos principais jornais do país, apelidados de “jornalões”.

Dois deles, a Folha e o “Jornal do Brasil”, tiveram ligeiro aumento de circulação, 0,4% para o primeiro, 0,6% para o segundo. Os outros dois tiveram venda reduzida, “O Globo” com -0,3% e o “Estadão” com -0,2%.

A amostragem nada tem a ver com a qualidade ou quantidade de espaço dedicada pelos jornalões ao assunto.

Uns pelos outros, são as mesmas. O assunto é que não colou, a não ser nas classes A e B, que formam aquilo que a mídia chama, enfaticamente, de “sociedade”. Valérios, Delúbios, Sílvio set caterva não tiveram até agora a empatia que se verificou, por exemplo, naquela novela da qual nem guardei o nome, mas que tinha como trama final saber quem tinha matado um dos personagens, chamado Lineu, aliás interpretado pelo meu velho e querido amigo Hugo Carvana.

Faço – ou melhor, repito – esse comentário para demonstrar mais uma vez que nada entendo de mídia e sobretudo de política. Não tenho culpa de ter desconfiado da horizontalidade das denúncias, investigações e de toda a papelada que jamais será examinada integralmente. E de estranhar a ausência da verticalidade, que poderia levar o escândalo da planície para o planalto.

Tampouco entendo de novela. Até hoje não sei nem quero saber quem matou Lineu.

ANEXO C - A Metástase

RIO DE JANEIRO – O organismo político da nação está sofrendo de uma doença maligna. Os sinais estão na cara de todos nós, mas, acima de tudo, na cara dos principais envolvidos nos escândalos que estão vindo à tona numa progressão assombrosa. A biópsia, a cargo da CPI dos Correios ou da CPI do “mensalão”, mesmo que termine em suculenta pizza, não disfarçará a doença que atualmente corrói a estrutura do poder.

Como acontece com o câncer, se for diagnosticado a tempo e extirpado radicalmente, em 99% dos casos a saúde voltará plenamente ao organismo. Terror da humanidade cujo nome os jornais não se atreviam a publicar, preferindo usar a expressão “insidiosa moléstia”, o câncer está sendo considerado uma doença crônica, não mortal, que pode dar ao seu portador uma sobrevida normal e longa. Mas tudo se esboroa no organismo quando ocorre a metástase.

Não é mais um órgão comprometido,

que pode ser jogado num balde de sala de cirurgia, mas alguma células fora do código que a natureza criou para garantir a normalidade biológica – que garante a saúde e a própria vida.

Deixando de lado essa oncologia improvisada de um leigo, entremos no assunto propriamente dito. Células malignas estão rodando por aí, em vários níveis e com malefícios já detectados. A questão agora é saber se já começou ou não a metástase final. Nos próximos dias trarão o laudo definitivo.

PS – Na crônica sobre a morte do escritor Antônio Carlos Vilaça, ocorrida há duas semanas, cometi um erro de informação. Nos últimos anos de vida, ele contou com o apoio do Pen Clube e, mais tarde, quando sua saúde se deteriorou de forma irreversível, um grupo de amigos, entre os quais estavam Alberto Venâncio Filho e Alberto da Costa e Silva, cotizou-se para ampará-lo física e moralmente.

ANEXO D - Seremos mais felizes

RIO DE JANEIRO – Não acompanho as peripécias dos foros por aí realizados, um em Davos, na Suíça, outro em Caracas, mais ou menos aqui perto de casa. São eventos distintos geográfica e ideologicamente, mas terminam no mesmo resultado: palavras, palavras, palavras, com direito a fotos.

Mesmo assim, li em algum lugar que dois cobras se declararam confiantes no futuro da humanidade. Thomas Friedman, jornalista premiadíssimo do jornal “The New York Times”, e Bill Gates, que não precisa de prêmios para ser o que é, acreditam que a tecnologia dará toda a cota de felicidade e bem-estar que merecemos ou que nos é devida.

Ainda bem que há gente categorizada que pensa assim. O Dr. Pangloss, personagem de Voltaire, pensava mais ou menos a mesma coisa, mas com um adendo indispensável: o melhor dos mundos “possíveis”.

Aí está a coisa: a possibilidade de tudo de bom que pode nos acontecer, desmentida a cada dia por tudo que realmente nos acontece. Quanto à

tecnologia, caio de joelhos diante dela, não para adorá-la (não adoro nem a Deus, adora apenas certas mulheres), mas para expressar o meu assombro. Lembro que fiquei pasmo quando vi, na estante de um supermercado, o primeiro peru já temperado e com um termômetro enfiado no peito para apitar na hora em que estiver pronto dentro do forno. Maravilha tecnológica indiscutível. Sim, podemos ser felizes e o futuro será melhor ainda.

Já falei, em crônica passada, naquela pequena alavanca que ajuda a abrir latas de graxa para sapatos. Era um custo abri-las apenas com a força dos dedos. Depois da roda, a maior conquista da humanidade foi a alavanca com a qual Arquimedes garantiu que suspenderia o mundo (não sei para quê).

Li também em algum lugar que inventaram um robô capaz de muitas coisas, inclusive de trocar cuecas sem necessidade de tirar as calças. Uma façanha além da imaginação e da necessidade.

ANEXO E - A planície e o planalto

RIO DE JANEIRO – Tanto a CPI como a mídia em geral estão cometendo um erro tático (ou conveniente) na tentativa de apurarem o esquema de corrupção que traumatiza a nação. Mídia e CPI caminham juntas, uma alimentando a outra e ambas se perdendo na dimensão horizontal do escândalo, esquecendo a sua verticalidade.

As semanas passam, a pólvora pura ameaçada, reduzida a pólvora queimada, demonstra que deputados, senadores, técnicos disso e daquilo e os profissionais da mídia que cobrem o caso estão patinando na horizontal, acrescentando mais um deputado à lista dos envolvidos no “mensalão”, descobrindo que uma retirada de R\$ 9 milhões na conta de fulano virou R\$ 39 milhões na conta de outro, a secretária ou o assessor de alguém foi visto ou deixou marcas de sua passagem no banco tal.

Cada descoberta causa pasmo, estupor, editoriais e colunas veementes, na base indignada do “onde estamos?”, provocando cartas e e-mails de leitores que repetem o mesmo pasmo,

o mesmo estupor, a mesma indignação. É flagrante a emulação de cada órgão no estranhíssimo campeonato para sagrar quem mais se estupora, quem mais vitupera o grande escândalo.

Apesar disso, e pelo menos até agora, tudo tem ficado na horizontal, abrindo o leque para os lados, com o acréscimo diário de mais um nome, mais uma retirada bancária, mais uma licitação ilícita – perdão pelo trocadilho, saiu sem querer.

Na vertical, em busca do vértice da pirâmide, do núcleo do poder do qual se propagam em ondas todas as tramóias, nada foi feito até agora. Há mesmo temor, um escrúpulo oportunista de ir fundo na corrupção. Membros da CPI e mídia estão se cevando nos beneficiários, culpados sem dúvida, mas não os verdadeiros responsáveis pela onda de corrupção instalada em nossa vida pública. Ela só será esclarecida e punida se esquecerem a planície, já suficientemente averiguada, e chegarem ao planalto.

ANEXO F - O guarda-chuva e a botânica

RIO DE JANEIRO – A educação, que geralmente é confundida com ensino, sobretudo aqui no Brasil, nunca foi lá essas coisas entre nós, sendo que o ensino consegue ser pior ainda. Reúne-se 30, 40 alunos numa sala combalida, quase sórdida; durante três, três horas e meia, um professor mal remunerado ensina a correta colocação dos pronomes oblíquos, o nome dos rios da margem esquerda do Amazonas e a data da proclamação da república.

Manda os alunos fazerem o dever de casa. Grande parte deles nem tem casa para fazer o dever.

Isso é ensino, não é educação. Mas nem mesmo a educação tem bons antecedentes entre nós. Meu pai era professor concursado, após algumas experiências pediu o boné e foi ser jornalista, e como tal pagou o leite das crianças, incluindo meu próprio.

Ele não se adaptava à burocracia que dominava os colégios, não apenas a burocracia, mas a burrice institucionalizada. Um dia apareceu lá em casa com um colega que estava desempregado. Era um senhor mais

velho do que ele, magro, com fumos de solenidade, vestido sempre de preto, parecia um guarda-chuva. Fizesse sol ou chuva, sempre trazia no braço um outro guarda-chuva, para evitar confusões: eram duas entidades diversas mas não conflitantes, ele, que parecia um guarda-chuva, e o próprio guarda-chuva.

Era professor de botânica e entrou em colisão com o colégio. Como também se tratava de um concursado, não podiam demiti-lo. O diretor comunicou-lhe que ele não mais daria aulas de botânica, mas de latim. “Eu não sei latim!” reclamou ele.

O diretor não acreditou. Um botânico devia saber o nome de todo o reino vegetal em latim, logo, sabia latim. Manteve a nomeação. Revoltados, os dois guarda-chuvas prometeram nunca mais pisar no colégio.

Meu pai levou-os ao jornal em que trabalhava. Descolou para o amigo e seu guarda-chuva uma vaga na reportagem. Estrearam fazendo uma suculenta e ilegível matéria sobre o Jardim Botânico.

Autorizo cópia total ou parcial desta obra, por meios reprográficos, apenas para fins de estudo e pesquisa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de reprodução para fins comerciais sem prévia autorização específica do autor.

Juçara Gonçalves Freitas
Taubaté, Abril/2006